



Maria Madalena Soares de Souza Esteves

**Produtivismo acadêmico no Brasil: uma abordagem introdutória dos parâmetros da
avaliação da pós-graduação e dos seus possíveis efeitos**

Rio de Janeiro

2017

Maria Madalena Soares de Souza Esteves

**Produtivismo acadêmico no Brasil: uma abordagem introdutória dos parâmetros da
avaliação da pós-graduação e dos seus possíveis efeitos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Mariano Vilaça.

Rio de Janeiro

2017

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

E69p Esteves, Maria Madalena Soares de Souza.
Produtivismo acadêmico no Brasil: uma abordagem introdutória dos parâmetros da avaliação da pós-graduação e dos seus possíveis efeitos / Maria Madalena Soares de Souza Esteves. -- 2017.
143 f. ; graf.

Orientador: Murilo Mariano Vilaça.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, em associação das IES FIOCRUZ, UFRJ, UFF e UERJ. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2017.

1. Pesquisadores. 2. Assédio não Sexual. 3. Atividades Científicas e Tecnológicas. 4. Indicadores de Produção Científica.
I. Título.

CDD – 22.ed. – 658.3145

Maria Madalena Soares de Souza Esteves

**Produtivismo acadêmico no Brasil: uma abordagem introdutória dos parâmetros da
avaliação da pós-graduação e dos seus possíveis efeitos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense.

Aprovada em: 31 de julho de 2017.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Simone Santos Oliveira
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Marisa Palacios da Cunha e Melo de Almeida Rego
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Murilo Mariano Vilaça (Orientador)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2017

Dedico este trabalho aos que buscam e aos que transmitem o conhecimento fazendo dele seu ofício a fim de se tornarem pessoas melhores para si mesmos e, conseqüentemente, para o mundo.

AGRADECIMENTOS

Os anos de mestrado foram, de longe, os que me propiciaram mais amadurecimento. A partir das mudanças que causou e da necessidade de estar só, refletindo sobre a ética, produzindo conhecimento, pude finalmente ter mais contato comigo mesma. Antes mesmo do ingresso, toda a reflexão que gerou a decisão de me inscrever no processo seletivo, demandou muito autoconhecimento e autopesquisa, a fim de resgatar quem eu sempre quis ser. Neste processo todos e todas que colaboraram para a concretização deste momento se fizeram importante, em maior ou menor grau, à sua maneira.

Agradeço à minha família, sempre presente para me dar suporte quando solicitado e pela inspiração, inclusive a dos que já não estão mais presentes fisicamente. À sorte que tive em ter vários pais, os que se fazem presente com apoio incondicional. À minha mãe, em especial, pelo amparo, pela criação e pelo estímulo.

Às amigas que me mostraram, com seu exemplo, que há um sentimento de luta pelo direito social ao trabalho que nos une, e quando precisei, me questionaram sobre aquele brilho no olhar de quem pensava relações de trabalho mais justas, e por estarem sempre presentes me lembrando que sim, eu daria conta, e elas não duvidavam disso.

Aos colegas evolutivos, pelo estímulo, pela certeza da aprovação, pelas melhores energias, por me lembrarem que este é o meu caminho. Agradeço também àquele, que, com coragem, começou este movimento que nos uniu nesta existência. Vocês fazem meus dias muito melhores.

Aos colegas que me ajudaram nesta vitória, aos que, um dia, cansaram, e também aos que nunca desistiram e me criticaram tantas vezes quantas foram necessárias. Todos foram fonte de inspiração para a superação.

À amiga que foi o meu presente da faculdade de Direito, e partiu antes de poder acompanhar essa finalização, sabendo o quanto ela foi essencial na minha vida, me deixando amigas e sua família como herança.

Aos colegas, secretárias e professores do PPGBIOS, foram meses maravilhosos de convivências, nossos debates e nossas muitas ideias sobre como tornar o mundo um lugar melhor me encantaram. À amiga que conheci no dia da entrevista, que acreditou no meu potencial e me indicou para a oportunidade que viria a mudar radicalmente a minha vida para melhor.

Aos professores e colegas que conheci, que possuem o mesmo sentimento de ser o trabalho o local de desenvolvimento e não de adoecimento, que me aprofundaram o conhecimento

sobre o campo da Saúde do Trabalhador e me alimentaram a vontade de reforçar, academicamente, a importância das relações de trabalho.

Aos colegas de magistério, pela força que deram e dão, cotidianamente, para lutar pelos objetivos. Pelos elogios, pelas críticas, por fazerem parte.

Aos alunos que saíram da sala de aula para a vida, e muito me auxiliaram na adaptação em um novo município, que me apoiaram nos meus ápices de estranhamento com tantas mudanças, enquanto a dissertação arduamente se concretizava.

Ao meu amigo e querido mestre, Prof. André Marcelo M. Soares, por me indicar os caminhos da academia, por me lembrar o quanto eu pertencço a este espaço, pelas oportunidades proporcionadas, pelas muitas aulas informais, pelo investimento intelectual, pelos livros, por ter me apresentado à Filosofia e à Bioética. Pessoa sem a qual eu possivelmente ainda teria muitas respostas para buscar, e tenho reais dúvidas se conseguiria. Logo, agradeço também a quem nos apresentou, por tornar isso possível.

Aos professores que me explicaram as normas de referência, é incrível como todo o trabalho não se concretiza sem este conhecimento.

Às amigas de sempre, e às que fiz na nova rotina, sobretudo as que acompanharam os meses finais, tensos, sempre com palavras de apoio e carinho. Junto a isso, tive muitas mensagens de incentivo de colegas que depois nem mesmo encontrei novamente, mas foram providenciais. É o que me nutre para prosseguir.

Agora, rumo à produção!

O homem passa a maior parte da sua vida útil no trabalho, exatamente no período da plenitude de suas forças físicas e mentais, daí porque o trabalho, frequentemente, determina o seu estilo de vida, influencia nas condições de saúde, interfere na aparência e apresentação pessoal e até determina, muitas vezes, a forma da morte.

OLIVEIRA, 2011, p. 142.

RESUMO

O tema do produtivismo acadêmico nesta dissertação se desenvolveu a partir da percepção de a importância da produção literária científica se traduzir no meio de aplicação análoga do modelo produtivista industrial à produção acadêmica, e as pressões decorrentes desta imposição. Foi utilizado o método científico dialético, com pesquisa de natureza aplicada, qualitativa e descritiva, com a Análise de Conteúdo como técnica de organização e análise do material selecionado a partir da pesquisa a artigos, dissertações e teses com as palavras “produtivismo” e “acadêmico”, publicados por autores nacionais em língua portuguesa, por considerar as especificidades brasileiras quanto à sua história, concepção econômica e sistema jurídico e de governo. Os resultados apontaram para o desejo de reconhecimento como ferramenta para obter do pesquisador o aumento de sua produção, desconsiderando a qualidade de vida, a saúde e a dignidade do pesquisador e para a importância da dimensão mórbida do produtivismo, fenômeno que aparece diante da forma que cada pesquisador e a organização científica em geral tratam o novo modelo avaliativo, principalmente diante da adesão, por sua própria autonomia e manifestação de vontade, ao protagonismo desta desconsideração, inclusive quanto à ética e até mesmo ao seu próprio bem-estar, por acreditar que os fins que pretende alcançar são mais importantes. Ou seja, não só o sistema transforma o pesquisador em instrumento de produção: muitas vezes ele também instrumentaliza a si e a seus pares para atender a tais exigências. Diante deste cenário, o assédio moral organizacional é trazido como chave analítica, tendo as preocupações do campo da Saúde do Trabalhador como cenário e suas considerações sobre o tempo de trabalho e tempo de lazer diante das revoluções tecnológicas. Concluiu-se pela necessidade de promover o ajuste que se entender necessário a partir do diagnóstico de existência de uma patologia, o que se conseguirá com a reflexão sobre a construção de novas políticas de avaliação considerando todos os aspectos relevantes tanto para os pesquisadores quanto para o desenvolvimento coletivo, científico, social e econômico, garantindo que a ciência brasileira ocupe seu lugar de valor na comunidade internacional, mesmo considerando seu início tardio e ainda recente, a partir do enriquecimento dos debates quanto à metodologia e desenvolvimento da pesquisa e da carreira acadêmica, mantendo em primeiro plano a ética mais adequada, as limitações do Estado e o desenvolvimento da ciência, possibilitando o seu próprio crescimento e o daqueles que nela têm o seu ofício.

Palavras-chave: Pesquisadores. Assédio não Sexual. Atividades Científicas e Tecnológicas. Indicadores de Produção Científica.

ABSTRACT

The theme of academic productivism in this dissertation developed from the perception of scientific literary production importance into an analogous application of the industrial productivist model to academic production and the pressures resulting from this imposition. It was used the dialectical scientific method, with applied research, qualitative and descriptive, with Content Analysis as a technique of organization and analysis of the material selected from the research to articles, dissertations and theses with the words “productivism” and “academic”, published by national authors in portuguese language, considering the brazilian specificities as to their history, economic conception and legal and governmental system. The results pointed to the desire for recognition as a tool to obtain from the researcher the increase of his production, disregarding researcher’s life quality, health and dignity and the importance of the morbid dimension of productivism, a phenomenon that appears by the way in which each researcher and the scientific organization in general deal with the new evaluative model, especially when the researcher’s adhesion, through its own autonomy and will manifestation, to the protagonism of this disregard, including ethics and even his own well-being, for believe that the ends you want to achieve are more important. In another words, not only does the system transform the researcher into an instrument of production: he often also equips himself and his peers to attend such demands. Given this scenario, organizational harassment is brought as an analytical key, with the concerns of the Occupational Health field as its scenario and its considerations about working time and leisure time, in the face of technological revolutions. It was concluded that there is a need to promote the adjustment that is deemed necessary from the diagnosis of the existence of a pathology, which will be achieved by reflecting on the construction of new evaluation policies considering all relevant aspects to both, researchers and collective, scientific, social and economic development, ensuring that brazilian science occupies its place of value in the international community, even considering its late and recent beginning, from the enrichment of the debates regarding methodology and development of research and academic career, keeping in the foreground the most appropriate ethics, the limitations of the State and the development of science, enabling its own growth and that of those who works on it.

Keywords: Research Personnel. Harassment, Non-Sexual. Scientific and Technical Activities. Scientific Publication Indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Publicações sobre o tema classificadas por área.....	37
Quadro 1 -	Publicações sobre o tema no decorrer dos anos em cada área.....	38
Gráfico 2 -	Teses e dissertações sobre o tema classificadas por área.....	39
Quadro 2 -	Teses e dissertações sobre o tema no decorrer dos anos em cada área.....	40
Quadro 3 -	Definição dada ao produtivismo acadêmico percebida nos artigos coletados.....	47
Quadro 4 -	Definição dada ao produtivismo acadêmico percebida nas teses e dissertações coletadas.....	49
Quadro 5 -	Resumo do produtivismo apurado nas análises coletadas.....	60
Figura 1 -	Linha do tempo a partir das informações extraídas da análise de “hipótese de surgimento e desenvolvimento do produtivismo acadêmico”.....	62
Quadro 6 -	Informações extraídas da análise de “hipótese de surgimento e desenvolvimento do produtivismo acadêmico”.....	66
Quadro 7 -	Condutas de caráter questionável apontadas como atreladas ao produtivismo.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS	Centro Nacional de Pesquisa Científica
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DORA	<i>San Francisco Declaration On Research Assessment</i>
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
EUA	Estados Unidos
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FI	Fator de Impacto
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBQM	Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo De Meis
IES	Instituição de Ensino Superior
JCR	<i>Journal Citation Reports</i>
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MTB	Ministério do Estado do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS	Ministério do Trabalho e da Previdência Social
NR	Norma Regulamentadora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAD	Planos de Atividades Departamentais
PNPG	Política Nacional da Pós-Graduação
PPG	Programas de Pós-Graduação
SJR	<i>Scimago Journal & Country Rank</i>
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação

UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal de Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WOS	<i>Web Of Sciencie</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ORIGEM E DESDOBRAMENTOS.....	18
3	PRODUÇÃO E PRODUTIVISMO ACADÊMICO: O EMBATE ENTRE O PARADIGMA EPISTEMOLÓGICO E OS MODELOS <i>FORDISTA</i> E <i>TAYLORISTA</i> NA PRODUÇÃO LITERÁRIA CIENTÍFICA.....	31
3.1	PRODUTIVIDADE E PRODUTIVISMO ACADÊMICO: ASPECTOS CONCEITUAIS.....	41
3.2	A PRODUÇÃO REGIDA PELO PARADIGMA EPISTEMOLÓGICO: ANTES E DEPOIS DAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	61
3.2.1	O risco de obsolescência.....	67
3.2.2	A mercantilização do conhecimento.....	68
3.2.3	A imperativa adequação ao Qualis e ao Fator de impacto.....	70
3.2.4	Desafios para a autonomia acadêmica.....	71
3.3	INFLUÊNCIA DOS MODELOS DE PRODUÇÃO NO AMBIENTE ACADÊMICO: À SOMBRA SUTIL DO ASSÉDIO.....	74
3.4	AS PRESSÕES ORIUNDAS DO PRODUTIVISMO ACADÊMICO E SEUS DELITOS CONSEQUENTES.....	97
3.5	TRANSPARÊNCIA E MORALIDADE PÚBLICA NA ATIVIDADE DO PESQUISADOR.....	101
4	BREVES APONTAMENTOS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	118
	APÊNDICE A – REVISTAS COM NOME EM OUTRO IDIOMA.....	128
	APÊNDICE B – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO INTELECTUAL COMO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO.....	131
	APÊNDICE C – RESULTADO DA PESQUISA NA BASE SCIELO...	133
	APÊNDICE D – RESULTADO DA PESQUISA NA BASE BVS.....	136
	APÊNDICE E – RESULTADO DA PESQUISA NA BASE BDTD.....	139

1 INTRODUÇÃO

O suposto efeito nocivo da pressão por produção literária científica diz respeito ao ambiente de trabalho acadêmico, tendo em vista que as estratégias para atender às metas de produção e a angústia pelo risco da improdutividade podem comprometer as relações profissionais, além da saúde física e mental dos pesquisadores.

No texto intitulado: “*Publicar mais ou melhor? A ciência brasileira se preocupa mais com a quantidade ou a qualidade da sua produção?*”, Neves (2010) comenta, em um *blog*, o que, para ele, seria uma lamentável busca pela quantidade de publicações científicas. Segundo o autor, o propósito desta busca é o de enquadrar-se nos parâmetros instituídos pelas agências financiadoras, pelos sistemas de indexação das publicações e pelas próprias instituições de ensino e pesquisa. Neste aspecto, surgem o que Sousa Filho (2015), em artigo sobre as práticas de violação à autoria nas publicações científicas, denomina de formas de delinquência acadêmica motivadas por uma produtividade desenfreada, fenômeno cada vez mais comum nas universidades.

É importante a publicação do resultado da pesquisa, porém o que se observa é a preocupação meramente estatística e protocolar nesta produção. Em outras palavras, nem sempre é possível relacionar a vida das pessoas, que, como cidadãos, tributam em prol do progresso científico, com os resultados obtidos pelas pesquisas subvencionadas com o dinheiro público e que, algumas vezes, não representam ganho algum do ponto de vista científico e social. A atual relação entre conhecimento e produção científica tem, de acordo com as metas dos programas de pós-graduação, mais relação com o volume de incentivos financeiros empregados do que com as reais necessidades da população.

Neste contexto, a existência de práticas antiéticas em publicação, tais como plágio, adulteração de dados, entre outras, necessitam também ser consideradas: em primeiro lugar, considerando a própria relação de transparência imposta a toda a pesquisa, desde o início do entendimento histórico que temos dela, e em segundo lugar, para além do produtivismo, o impacto social, e não só estatístico-acadêmico, do desfecho prático de cada trabalho publicado. Também é importante recordar que a prática da pesquisa não é incentivada nos primeiros anos do ensino acadêmico, aliás, desde o início da vida escolar os alunos foram, por uma distorção pedagógica, levados a repetirem, em suas provas e trabalhos, literalmente, os textos estudados para estas atividades. Ainda que pareça forte a afirmação, o plágio, por exemplo, é algo que se aprende mais cedo do que a reflexão ética

sobre ele. Sendo assim, a proposta deste trabalho é abordar a relação entre pesquisa, produtivismo e moralidade pública.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre as pressões decorrentes da imposição de publicar resultados em revistas indexadas como consequência da vida acadêmica. A partir desta compreensão, é possível estabelecer um paralelo entre produtivismo industrial, de inspiração *fordista*, com as normas impostas aos pesquisadores no campo acadêmico. Através deste paralelo, observa-se uma padronização dos critérios de produção acadêmica que pode, como risco, desrespeitar o *tempo criativo* de cada pesquisador, fazendo assim sucumbir sua autonomia e sua liberdade. Como sintetizam Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 166), “trata-se do *tempo da economia* determinando o *tempo da universidade*”. A partir deste enfoque, o assédio moral apresenta-se como um dos delitos inerentes à violência cotidiana sutil, inscrito nesse processo de produção literária científica a partir da ditadura das metas.

Para a ciência jurídica as normas, gerais e abstratas, estabelecem parâmetros de conduta que devem ser seguidos. Tais normas conjugam o bem comum com o respeito ao indivíduo. Portanto, pensar juridicamente o papel da coletividade (objetivamente considerada) deve ser priorizado, mas é importante equilibrar este direito com aquele outro, subjetivo, que assegura à individualidade a sua dimensão personalíssima. Por isso, proponho a análise da possibilidade de que o modelo produtivista industrial sirva para compreender o produtivismo acadêmico, no qual o assédio moral é um aspecto desta reflexão. Embora a tipificação jurídica do assédio moral ainda não seja definida com clareza pelo ordenamento jurídico brasileiro, alguns elementos são constitutivos comumente nas relações abusivas em que ele se expressa: (i) a intensidade da violência psicológica; (ii) o prolongamento no tempo, afetando aos poucos o equilíbrio emocional e o bem-estar físico e mental; e (iii) a finalidade de exclusão, caracterizada pela dificuldade que o profissional apresenta em se adequar às normas de produtividade.

Em instituições públicas, nas quais não há a possibilidade de exclusão direta (a exemplo das demissões sem justa causa em âmbito privado), o assédio se caracteriza na exclusão indireta, mediante o ataque à autoestima, à autoconfiança e ao desenvolvimento daquele que não atende aos requisitos pré-estabelecidos no meio social para ser reconhecido como merecedor de respeito e admiração.

O contexto da pesquisa será, prioritariamente, os programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições públicas federais de ensino superior, pois, segundo sinaliza Mancebo (2013, p. 524), a elevada produção combinada à competição pelas verbas ocorre

principalmente na pós-graduação, sistema que se localiza “na rede pública, é basicamente nesse lócus que todo esse cenário se desenvolve, provocando efeitos internos de prevalência de interesses privados sobre os públicos”.

O problema da pesquisa se expressa do seguinte modo: O produtivismo acadêmico possui relação com questões objetivas e subjetivas da Ética e do Direito, ou seja, com condutas antiéticas e antijurídicas que afetam a atividade de pesquisa.

A hipótese que se deseja provar é que a política científica nacional, em que pese ter como um dos pilares a solidariedade entre os pares, também estimula a competição entre os pesquisadores, ao considerar como indicativo de desempenho o número de publicações em determinadas revistas, o que repercute na relação moral entre o papel da pesquisa e a responsabilidade fiscal do governo no uso da verba pública. Isto porque o alcance de tais metas não se relaciona necessariamente com a qualidade do que é produzido, mas restringe-se à análise dos números a partir de premissas apriorísticas da qualidade do pesquisador, pré-estabelecidas a partir de critérios que se sugere questionáveis.

O Capítulo 2 faz o percurso da regulamentação normativa da política de avaliação dos programas de pós-graduação brasileira. Sendo necessário instituir um critério de avaliação, ocorre padronização cada vez maior do indicador de qualidade pré-estabelecida e desconsidera-se critérios reais quanto à qualidade do que é produzido.

No Capítulo 3 será analisada a relação entre produtividade e produtivismo acadêmico e o embate entre o paradigma epistemológico, marcado pela primazia da qualidade do conhecimento sobre a estatística da produção descomprometida com os benefícios reais dos resultados, própria da aplicação do modelo *fordista* na produção científica.

A relevância do tema abordado nesta pesquisa justifica-se ao ganhar importância no mundo científico, no qual os códigos de ética profissional até então existentes já não atendem às necessidades dos novos desafios que se apresentam diante da pressão por publicação a que é exposto o pesquisador. É preciso aprofundar conceitos com o objetivo de analisar o impacto das regras de avaliação do desempenho do pesquisador, para um entendimento dialógico entre ética e ordenamento jurídico. Assim, é importante refletir alguns temas suscitados pelo produtivismo, tais como:

- a. É necessário investigar o que tem sido denominado como produtivismo na literatura científica brasileira;
- b. Se o trabalho dos pesquisadores passa a ser reduzido a um número estatístico, então torna-se prioritário entender a lógica do produtivismo e a relação destes imperativos com a perda de autonomia dos pesquisadores;

c. Quais condutas questionáveis eticamente estão comumente atreladas ao produtivismo na literatura científica sobre o tema.

A partir de um diálogo interdisciplinar, considerando a bibliografia pertinente, será estudada a atividade do pesquisador em pós-graduação e a atual organização do ambiente acadêmico. A presente reflexão pretende contribuir para a análise do atual sistema de avaliação, com objetivo de subsidiar críticas e reflexões para revisão das políticas públicas de ensino, pesquisa e sua relação com as verbas públicas.

2 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ORIGEM E DESDOBRAMENTOS

A Constituição brasileira prevê a preocupação do Estado com a ciência como dever jurídico, em seu artigo 218, que dispõe: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”, reforçando, em seu §1º, que “a pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação”. Estabelece, ainda, que “a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”, nos termos do §2º deste mesmo artigo, além de prever, no artigo 23, inciso V, a competência administrativa comum dos entes federativos, e no artigo 24, inciso IX, a competência legislativa concorrente da União, estados e distrito federal sobre o tema.

O desenvolvimento da ciência como dever do Estado exige a utilização de critérios de distribuição de recursos, conforme bem ressalta Camargo Jr. (2013, p. 1.708), “a avaliação da produção científica é indispensável, já que parte fundamental de seu financiamento provém de fundos públicos [...]. Tanto decidir sobre a alocação de tais recursos como certificar-se de seu bom uso exigem alguma avaliação”.

Segundo Mendonça (2014, p. 114), “avaliar vem de “a + *valere*”, verbo de origem latina que quer dizer julgar o *valor* de algo. Assim sendo, a temática dos valores se impõe, inevitavelmente, à questão da avaliação – avaliar é valorar”. Valores, por sua vez, “são referenciais responsáveis pela coesão social” (MENDONÇA, 2014, p. 114).

A análise do desenvolvimento científico e do sistema atual de sua avaliação e os valores que atualmente orientam este sistema se faz importante, principalmente porque o sistema vigente aparece como responsável pelo produtivismo acadêmico (MACHADO E BIANCHETTI, 2011, p. 244).

Na análise da estrutura da República brasileira para distribuição dos recursos, os Ministérios, que são órgãos executivos, têm como função “estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos, bem como criar normas, acompanhar e avaliar programas federais”¹ e o Ministério de Educação e Cultura (MEC),

¹ Portal Brasil. Governo. Governo federal é formado por ministérios, secretarias e órgãos especiais. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/governo-federal-e-formado-por-ministerios-secretarias-e-orgaos-especiais>>. Acesso em 14 nov. 2016.

ligado à Presidência da República, avalia os programas e os pesquisadores nacionais.

O Brasil possui algumas agências de financiamento de pesquisa que são ligadas aos Ministérios. Uma destas agências, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é a entidade atualmente responsável por avaliar os Programas de Pós-Graduação (PPG). Elucida Ferraz (2012, p. 129) que a CAPES, surgida em 1951, preocupou-se “mais com a formação de pesquisadores” e, a partir de 1992 torna-se “fundação”, cabendo-lhe gerenciar e distribuir recursos, “passando a priorizar a pesquisa, fortalecendo não só a avaliação, mas a meritocracia”.

Sobre o papel da CAPES na interlocução entre educação e mercado, Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 54) esclarecem que

Por meio de financiamento estatal/mercantil, na forma de parcerias público-privadas, dos fundos setoriais, da Lei de Inovação Tecnológica e da Lei do Bem, esta agência de fomento [a CAPES] articula a educação com o mercado, especialmente a de nível superior, e cria condições de financiamento para o trânsito entre a academia e o setor produtivo.

A CAPES desempenha papel estratégico para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira e tem como atividades, dentre outras, (i) a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; (ii) o acesso e divulgação da produção científica; (iii) os investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; (iv) a promoção da cooperação científica internacional e “o sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, [que] serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais”, demonstrando os resultados que dimensionam as ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios)².

Estes resultados são obtidos mediante a “Avaliação da Pós-Graduação”, criada em 1976 para a pós-graduação *stricto sensu*, que constitui “instrumento de grande importância à concessão de auxílios, tanto por parte das agências de fomento nacionais, como dos organismos internacionais”³.

Desde a criação deste instrumento de avaliação, 6 (seis) Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) foram criados, e, segundo Vogel (2015, p. 50-51), tiveram como norte os seguintes pontos:

² CAPES. História e Missão. Disponível em: <https://www.CAPES.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em 14 nov. 2016.

³ CAPES. SOBRE AVALIAÇÃO DE CURSOS. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/acesoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

- I PNPG (1975-1979): que introduziu o planejamento estatal das atividades de pós-graduação no Brasil, com o objetivo de formar docentes e pesquisadores.
- II PNPG (1982-1985): que se preocupou com a institucionalização da avaliação da pós-graduação, processo existente desde 1976, mas ainda incipiente.
- III PNPG (1986-1989): que propôs a subordinação das atividades de pós-graduação ao desenvolvimento econômico brasileiro, por meio de sua integração com o sistema nacional de ciência e tecnologia.
- IV PNPG 1996: que não se concretizou como um plano oficial, mas teve suas diretrizes adotadas pela CAPES: ênfase na expansão do sistema, na inserção do Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG) e apresentação de propostas de mudanças no processo de avaliação.
- V PNPG (2005-2010): que propôs o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação, a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica, a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino e a criação de uma nova modalidade de curso: o mestrado profissional.

O atual PNPG (2011-2020) analisa os avanços dos planos anteriores e discute temas que caminham junto com o desenvolvimento do país, buscando a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade (VOGEL, 2015, p. 51). Conforme indicado pelo Plano, o mesmo fundamenta-se em três eixos:

Três eixos caracterizam a avaliação: 1 – ela é feita por pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; 2 – ela tem uma natureza meritocrática, levando à classificação dos e nos campos disciplinares; 3 – ela associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas. (BRASIL, 2010, vol. I, p. 125).

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), regulado pelo MEC, possui específico capítulo quanto aos “princípios e recomendações” da Política Nacional da Pós-Graduação (PNPG). De início, clama pela “diversidade e a busca pelo contínuo aperfeiçoamento, explicando que as universidades possuem autonomia para criar ou fechar cursos, mas dependendo do financiamento da CAPES e do seu *Ranking*, que lhes atribui o selo de qualidade” (PNPG, 2011, vol. I, p. 127). Coloca “a necessidade de formar professores e pesquisadores voltados para o sistema de ensino e de pesquisa; noutro extremo, a necessidade de formar quadros e técnicos altamente especializados para os setores público e privado” (PNPG, 2011, vol. I, p. 128). Segue o programa (2011, vol. I, p. 128-129) explicando, ainda, a exclusividade da CAPES na avaliação, resguardando suas atribuições na responsabilidade pelo fomento e pela avaliação do sistema de pós graduação, sendo passível a quebra desta exclusividade somente nos casos tais como

residências médicas ou jurídicas, ou quando a especialização ocorrer fora dos programas *stricto sensu*, ou seja, fora do objeto de política governamental. Ressalte-se que define a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a agência de fomento como o “órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação” (artigo 2º, inciso I).

Nessa lógica, é possível afirmar que “a pós-graduação *stricto sensu* concentra-se na formação do pesquisador”, dando menos importância, muitas vezes, à formação didático-pedagógica dos futuros mestres e doutores, uma vez que “as avaliações estão voltadas ao número de patentes, pesquisas e publicações ou ao grau de internacionalização”, conforme orientação reiterada do PNPG (VOSGERAU, ORLANDO E MEYER, 2017, p. 233). Ou seja, é possível salientar que a orientação da avaliação feita pela CAPES direciona-se mais à pesquisa e à interlocução com o mercado e menos à formação pedagógica do profissional para o exercício do magistério.

Além da CAPES, fundação vinculada ao MEC, há também o investimento a partir do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), criado pelo Decreto nº 91.146, em 15 de março de 1985 (atualmente vigente o Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016). Em seu vídeo institucional, o MCTIC menciona que o Brasil é responsável por 2,5% (dois e meio por cento) dos arquivos científicos indexados no mundo, o que demonstra a importância atribuída à publicação de arquivos científicos indexados.

Este Ministério tem, como uma de suas competências, a Política Nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação, e tem, ainda, como agência, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros (CNPq, 2016).

Os financiamentos obtidos e a participação do pesquisador em PPG bem avaliado são indicadores que, em conjunto, garantem profissionalmente seu *status*, conforme tenha experiência em obter bolsa produtividade e/ou esteja vinculado a PPG bem avaliado pela CAPES. Conforme explicam Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 155), “a bolsa produtividade do CNPq [...] tornou-se símbolo de *status* acadêmico”, pois, “mais do que um bônus financeiro, que talvez não ultrapasse em média um quinto do salário dos seus beneficiários, tem um peso significativo como *capital acadêmico*”. Tais informações devem constar de seu currículo, como referenciais de sua produtividade.

O currículo do pesquisador é apresentado na *Plataforma Lattes*, ligada ao CNPq, e assim definido:

O Currículo *Lattes* se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, **se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia**⁴.

O currículo *Lattes* é interligado ao banco de dados chamado *Diretório dos Grupos de Pesquisa*, que objetiva inventariar os grupos de pesquisa em atividade no país. No sítio da Plataforma *Lattes* (2016), explica-se que neste diretório é possível encontrar informações tais como “os recursos humanos constituintes dos grupos, as linhas de pesquisa e os setores de atividade envolvidos, as especialidades do conhecimento, a produção científica, tecnológica e artística e os padrões de interação com o setor produtivo” de todos os grupos registrados. Logo, a atualização constante do *Lattes* também se torna um imperativo para a boa avaliação acadêmica e as instituições passam a cobrar atualização constante de seus pesquisadores, pois, segundo ressalta Mendonça (2014, p. 118), “as atividades de cunho ‘administrativo’ (e.g.: preencher plataformas de base de dados, como o *Lattes*) passam a ter uma cobrança igual ou maior do que as questões acadêmicas propriamente ditas”.

Quanto ao sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, este foi criado no Brasil em 1976, “como parte da Reforma Universitária promovida pela Ditadura Militar, com a missão de formar pesquisadores e professores” (VOGEL, 2015, p. 53). No primeiro momento, o resultado da avaliação só possuía interesse para as instituições que dela participavam, não havendo divulgação pública do mesmo. A partir de 1990 indicadores quantitativos começam a ser considerados no processo de avaliação, dentre eles o volume de artigos publicados (BARATA, 2016, p. 14). Neste desenvolvimento, Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 192-193) acrescentam que paulatinamente a pós-graduação tornou-se central no novo processo de trabalho nas universidades públicas, sobretudo “pelo mercado que se põe dentro da universidade e a universidade que se põe no mercado, possibilitando o trânsito entre pesquisadores e o setor produtivo (mercado)”.

A partir destas transformações, cumpre analisar o impacto no cotidiano das universidades públicas federais brasileiras e as possíveis formas de redução do conflito entre os objetivos organizacionais (dimensão objetiva) e os objetivos pessoais (dimensão

⁴ Grifos nossos.

subjetiva) (CHIAVENATO, 2016, p. 2-3).

Para a “*Avaliação da Pós-Graduação stricto sensu*” feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme histórico trazido pelo atual PNPG,

Nas últimas décadas, dois sistemas de avaliação foram criados. No período de 1976-1997, vigorou na classificação a escala conceitual alfabética de A a E, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles contemplados com o conceito A. (BRASIL, 2010, vol. I, p. 125)

Atualmente, a avaliação instrumentaliza a nota aplicada aos programas, numa escala de 1 a 7, sendo atribuídas notas 6 e 7 aos programas com desempenho equivalente ao alto padrão internacional⁵.

A partir de 1997, passou a vigorar a escala numérica de 1 a 7; sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles classificados com os conceitos 6 e 7, ocupando o topo do sistema. Quando foi implantada a escala numérica, a CAPES adotou a sistemática de ratificar os cursos 7, mediante pareceres de consultores internacionais. (BRASIL, 2010, vol. I, p. 125)

Nesse seguimento, a busca pela visibilidade internacional é outro ponto importante, levando à “adoção do inglês como língua universal para a comunicação científica e na necessidade de publicar em revistas estrangeiras” (SCHMIDT, 2011, p. 330). Vogel (2015, p. 72-73) explica que o quesito “internacionalização”, diferencia os programas de doutorado com nota cinco, demonstrando excelente nível, diferenciando-os por suas ações com outros países, sendo possível atribuí-los a nota 6 ou 7.

Quanto às revistas, a fim de demonstrar a tendência à internacionalização, o quadro contido no apêndice D demonstra a mudança de nome de algumas revistas dispostas no sítio eletrônico *Scielo*⁶. É possível observar, das informações retratadas neste quadro, que dos 285⁷ periódicos listados como “Títulos correntes”, 34 deles (12%) utilizam nome em outras línguas (predominantemente inglês) e destes 34, apenas 5 (15%) fazem alguma referência à sua nacionalidade. Destes 34, 12 (35%) tinham nome em português anteriormente e 1 (3%), apesar do nome em inglês, modificou o nome para retirada da referência “Brazilian”.

⁵ CAPES. SOBRE AVALIAÇÃO DE CURSOS. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

⁶ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_alphabetic&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2016.

⁷ Data-base: dez-2016.

Neste direcionamento, segundo Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 226), “pesquisas na área de Saúde Pública ou sobre Educação no país podem não ser prioridade de publicação em outros países e raramente serão publicadas em revistas internacionais”. Ou seja, áreas como a de Saúde Pública ficam em desvantagem, pois retornam melhor à sociedade quando produzem pesquisas localmente, com foco na realidade nacional, e, como consequência, não se tornam alvo das revistas internacionais, nem de publicações em outros idiomas, o que implica em consequências desfavoráveis para a área e respectivos programas.

Para os programas que obtém notas 1 e 2, o resultado é, dentre outros, o cancelamento das autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos, é o que determina a Portaria CAPES nº 013, de 01 de abril de 2002, do Ministério da Educação, em seu artigo 4º, §2º: o programa deixa de integrar o SNPG, tem suas autorizações de funcionamento canceladas e fica impedido de matricular novos alunos.

A nota a ser atribuída será calculada tendo como base o julgamento de cinco requisitos: (1) proposta do programa; (2) corpo docente; (3) corpo discente, teses e dissertações; (4) produção intelectual; (5) inserção social.

É possível observar a relevância da produção científica em todos os requisitos, além de constar especificamente no quarto requisito (o que trata especificamente da produção intelectual). Ou seja, em que pese constituir requisito autônomo, também se insere na composição de outros itens, constituindo de 20% a 30% da avaliação de “proposta do programa” em alguns casos (considerado pelo “planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento [...]”) (CAPES, 2017), cerca de 30% a 35% da avaliação no item “corpo discente, teses e dissertações”, e, ainda, de 15% a 20% do requisito “inserção social”, que corresponde a 10% da avaliação total (logo, 1,5% ou 2% da avaliação total), considerando a necessidade da publicação, na página virtual do PPG, das dissertações e teses produzidas.

O estudo de Vogel (2015, p. 141), aponta para a grande incidência de críticas negativas ao produtivismo, relacionando-o a problemas éticos e à falta de definição sobre o que seria qualidade na ciência. Destaca que:

[...] sem sobra de dúvida, o quesito Produção intelectual é o ponto central dos comentários coletados, tanto para elogios como para comentários negativos. Esse item recebeu 70% da atenção entre os 89 comentários feitos nos 62 artigos coletados no período de 1997 a 2013 (VOGEL, 2015, p. 143).

Após, conclui que da atenção recebida, a maior parte das críticas foi no sentido negativo:

Entre as críticas sobre Produção intelectual, 60% são negativas (positivas são 23%, sugestões são 11%, e constatações são 6%). São questões levantadas pela comunidade acadêmica os tipos de indicadores utilizados, a natureza qualitativa ou quantitativa, e o que é classificado (artigos, livros, trabalhos de evento, entre outros). A melhora da produção e sua inserção nacional e internacional são preocupações tanto da comunidade acadêmica como do PNPG (VOGEL, 2015, p. 144).

O conteúdo do quesito Produção Intelectual da área de Saúde Coletiva, por exemplo, considera os seguintes pontos (CAPES, 2016):

4.1 Publicações qualificadas do Programa por docente permanente: (40%)

- Para quantificar a produção do programa, cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa não serão considerados mais de uma vez.
- Examinar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, capítulos e livros de natureza científica) per capita dos docentes permanentes do programa.
- Examinar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, capítulos e livros de natureza científica) per capita dos docentes permanentes do programa com participação de discentes.
- Examinar a pertinência da produção bibliográfica em relação à área de concentração e linhas de pesquisa.

4.2 Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. (40%)

- Examinar a homogeneidade da distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.
- Examinar os níveis da produção científica qualificada na forma de artigos em periódicos, livros e capítulos de livros dos docentes permanentes do Programa.
- Examinar a qualificação da produção científica do corpo docente permanente, considerando os estratos do *Qualis* da área de Saúde Coletiva.

4.3 Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.

- Examinar a produção técnica do programa considerando as seguintes modalidades: (20%)
 - a) Documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico;
 - b) Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a política de saúde;
 - c) Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área;
 - d) Elaboração de normas, protocolos e programas de saúde coletiva;
 - e) Consultorias e assessorias no âmbito da política de saúde;
 - f) Desenvolvimento de produtos de uso na gestão das políticas de saúde, nas ações de controle de doenças e agravos ou para a promoção da saúde;
 - g) Produção de Material Didático para o ensino básico ou superior na área;
 - h) Atividades de divulgação científica relacionadas com o tema do programa;
 - i) Atividades de integração com a educação básica.

No apêndice E é possível visualizar a percentagem atribuída ao item referente à

produção intelectual do programa em cada área, nas últimas avaliações. Na Avaliação Trienal de 2013, por exemplo, 31 das 49 áreas (o que corresponde a 63%), tem como percentual de avaliação da produção intelectual 35%, sendo 18 áreas (ou seja, 37%), com percentual de avaliação de 40%, demonstrando a importância do requisito na nota total. Explica Vogel (2015, p. 72) que

Este item avalia a quantidade de publicações qualificadas que cada docente permanente publicou no triênio avaliado. A distribuição de publicações entre os docentes também é considerada, de modo a identificar se há distribuição equilibrada entre os docentes. O *Qualis* é a fonte para essas análises, em suas duas modalidades: *Qualis* periódicos e *Qualis* livros.

Assim, pode-se afirmar que a avaliação tem como principal critério a classificação da produção intelectual, como critério de justiça para atribuição de nota ao programa. Ressalte-se que esta consideração se faz a partir do sistema *Qualis*, o qual é determinado de acordo com a avaliação do periódico em cada área:

A classificação é realizada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação [...] que procuram refletir a importância relativa dos diferentes periódicos para uma determinada área. [...] o *Qualis* afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos (CAPES, 2014).

Assim, são determinados estratos indicativos de qualidade, conforme se expõe:

A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero (CAPES, 2014).

Em breve síntese, o indicador apontado pela classificação será variável conforme a área, fundamentado no fator de impacto que a revista apresenta. Cada área produz uma curva de Gauss, 25% dos títulos ficam em A1 e 2; 50% ficam em A1,2 e B1. As revistas do estrato A1 publica artigos tidos como produções de ponta. Quanto ao B1 e B2, não possuem o mesmo grau de “excelência”, mas também trazem alguns requisitos mais específicos para sua categorização. Os periódicos B3 e B4 são mais acessíveis a pós-graduandos e em algumas áreas já não possuem fator de impacto (FI). Os de qualificação B5 preenchem minimamente os requisitos da área e são mais voltadas para os discentes (VILAÇA, 2013, p. 201-202).

Conforme explica Barata (2016, p. 20), “há, ainda, algumas poucas áreas que

utilizam o estrato C para glosar toda a produção divulgada em periódicos que, por seu escopo, não pertencem à área de conhecimento sob avaliação”. Tal procedimento é ainda mais ameaçador à qualidade dos periódicos, pois, conforme elucida, “uma deliberação como essa por parte do coordenador de área ou de sua comissão de avaliação pode ter efeitos deletérios sobre as possibilidades de cooperação interdisciplinar”.

A classificação dos periódicos, criada a partir da necessidade de qualificar a produção dos programas enquanto contabilizava o número de artigos publicados (BARATA, 2016, p. 15), não é uma lista exaustiva destes, ao contrário, busca ressaltar os periódicos que tenham recebido “**produção no ano ou período de classificação**”, ou seja, listar “**periódicos efetivamente utilizados pelos programas de pós-graduação no período em análise**”⁸(CAPES, 2014).

O *Qualis* Periódicos, tido como um marco no PNPG 2011-2020 (vol. I, p. 126):

O último capítulo foi a introdução do Ranking *Qualis* para as revistas acadêmicas, com nível de confiabilidade e grau de impactação diversos, variando segundo as áreas do conhecimento, com mais lastro nas ciências naturais e certas áreas tecnológicas, e menos lastro nas ciências humanas e sociais.

Desta forma, o *Qualis* integrou o sistema de avaliação como “um dos instrumentos fundamentais para a avaliação do quesito produção intelectual, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo” (BARATA, 2016, p. 16), por isso é possível afirmar que a publicação de textos passa a ser “condição de sobrevivência profissional” (VILAÇA, 2013, p. 28).

A manutenção das informações mais atualizadas no currículo sobre a produção se torna um imperativo, pois serve como parâmetro de qualidade do programa de Pós-graduação. Vogel (2015, p. 62) esclarece que

Os dados são obtidos por meio de um aplicativo, a Plataforma Sucupira (anteriormente chamado Coleta de Dados ou Coleta CAPES), no qual os programas de pós-graduação em avaliação informam os dados sobre a produção intelectual de seus professores, pesquisadores e alunos.

Conforme indicado na página oficial da CAPES, “a função do *QUALIS* é exclusivamente para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação não é de

⁸ Grifos nossos.

responsabilidade da CAPES”⁹. Tal aviso possivelmente se fez necessário a partir da popularização do uso do *Qualis* para outros fins. Sobre este ponto Barata (2016, p. 17) faz um importante esclarecimento:

Tendo em vista que a classificação é sempre feita *a posteriori*, [...] não é aconselhável que a lista sirva de referência para ações futuras, tais como a escolha de periódicos para submissão de artigos. A escolha de um periódico para a submissão deveria levar em conta, entre outros aspectos, o público-alvo do próprio artigo, [...].

Ou seja, embora a consideração do fator atribuído ao periódico na eleição do instrumento de comunicação seja uma distorção da finalidade deste fator de impacto, não se pode desconsiderar que o pesquisador quer aproveitar sua publicação para elevar sua pontuação, por isso buscará as revistas tidas como mais relevantes para sua área.

Reforce-se que a produção intelectual equivale de um terço a quase metade do critério de avaliação, considerando o que o Programa Nacional de Pós-Graduação denomina de *Indução Estratégica*, uma diretriz de “formação de recursos humanos via pós-graduação”¹⁰ mediante a imposição de metas desta nota de avaliação. Tal *indução*, nas palavras de Vilaça (2013, p. 70), forma a ideia de que o atingimento de tais metas é positiva, sendo uma forma não necessariamente única, mas a correta, de avançar no desenvolvimento do país. Isto ganha relevância porque não se trata apenas de avaliar o ensino da pós-graduação, mas sim de determinar como os pesquisadores direcionarão seu trabalho.

Alcançar a pontuação 6 e 7 garante ao programa de pós-graduação, além tranquilidade pelo espaçamento maior entre as avaliações (quanto mais mal avaliado, mais o programa recebe minuciosa atenção quanto aos seus resultados), também possibilita as bolsas PROEX, conforme elucida Vilaça (2013, p. 207):

Em suma, os ‘PROEXs’ (PPGs de excelência) servem como aquele ponto ao qual todos querem chegar. Como o que confere aos PPGs uma ‘excelência’ é o estrito cumprimento no mais alto nível de todas as determinações da CAPES, logo, os PPGs ‘não excelentes’, no afã de se tornarem excelentes, passarão a rezar a cartilha científica da política CAPES. Essa é uma clara amostra de como o princípio da indução estratégica funciona na prática.

Pois bem, partindo da premissa possível que o pesquisador usará como referência

⁹ Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Publicado em 1º Abr. 2014. Atualizado em 1º Ago. 2016. Acesso em 08 Abr. 2017.

¹⁰ PNPG 2011-2020, p. 291.

para escolha do periódico a pontuação aplicada à sua área, o que não seria difícil acontecer, cabe aqui breve reflexão, por exemplo, sobre o objeto de estudo do Colégio de Humanidades. Ao tratar das ciências humanas, sociais aplicadas, linguísticas e artísticas, esta segregação das outras ciências se demonstra meramente ilusória. Explico. A Ciência Jurídica, por exemplo, entrelaça-se com as demais ciências, à medida que normatiza (ou regulamenta) as relações sociais. Logo, uma abordagem sobre a saúde humana pode então ser feita por um médico ou por um advogado, ou mesmo por ambos em conjunto, sendo certo que se estiver em periódico relevante apenas para a medicina, não contará pontos para o advogado e vice-versa. Ou seja, o estímulo é no sentido de que os profissionais se fechem em suas áreas e não no sentido de compartilhar conhecimento. Conforme ressalta Vogel (2015, p. 93):

quando se classifica um mesmo periódico com diferentes notas, pode ocorrer como consequência o desencorajamento do exercício da interdisciplinaridade – fato que vai contra a evolução da ciência na contemporaneidade e contra os próprios objetivos da CAPES, manifestos no PNPG 2011-2020.

Uma vez que o pesquisador recebe estímulo diferente para escrever em determinada revista, sendo certo que se ele precisa de boa pontuação para ser reconhecido como bom pesquisador, deverá buscar publicação que na sua área corresponda à melhor pontuação, mesmo que não se refira exatamente ao assunto almejado. Este pesquisador ganha a pontuação mais elevada, mas isso não tem qualquer relação com o fato de que o público pretendido possa não ter sido atingido.

Importante ponto também são as ciências inclusas no Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, referente à área “Multidisciplinar”, que aponta as áreas “Biotecnologia”, “Ciências Ambientais”, “Ensino”, “Interdisciplinar” e “Materiais”. Sobre a área “Interdisciplinar” vale elucidar seu objeto:

hoje encontram-se pequenos, médios e grandes grupos de programas semelhantes, voltados para a solução de problemas que necessitam **urgência na abordagem com agregação de conhecimento**. Dentre esses grupos observa-se, por exemplo, os com foco em agronegócio, políticas públicas, educação e ensino, desenvolvimento regional, envelhecimento humano, tecnologias e aplicações da computação, das ciências sociais e da saúde (CAPES, 2011)¹¹.

Trata-se de área que claramente comporta os mais diversos profissionais, porém a priorização é sempre pela nova formação, ou seja, somente os pesquisadores dedicados aos

¹¹ Grifos nossos.

temas especificamente ali tratados, de certa forma, desvinculados à sua formação original, poderão ser beneficiados com boa contagem de ponto caso publiquem nos periódicos relevantes para esta área do conhecimento. O mesmo artigo em outro periódico não terá o mesmo valor, ao passo que o mesmo periódico também muda de valor de acordo com a área.

Diante deste cenário se pode refletir sobre a necessidade, colocada ao pesquisador, de publicar por quantidade em revistas capazes de alavancar sua carreira e proporcionar boa colocação perante seu programa de avaliação, sendo possível, conjecturar a desconsideração de bons trabalhos, sérios, com qualidade e de real importância social, por terem sido produzidos por pesquisadores que ainda não alcançaram o patamar a partir do qual possam ser considerados como bons, e, num ciclo vicioso (VILAÇA, 2013, p. 289), não conseguem acesso às revistas capazes de o qualificarem perante a comunidade acadêmica, enquanto outros trabalhos de menor relevância são priorizados em razão de boas conexões profissionais, mantendo estes profissionais em outro círculo, que pode ser considerado como virtuoso.

Junto a isto há o custo para a publicação e a necessária (e custosa) participação em eventos científicos. Tais eventos teriam (ou deveriam ter) a finalidade de debater as invenções produzidas ou em andamento, porém já foi percebido também como possibilidade de girar capital, tornando-se eventos cada vez mais caros nos quais o objetivo original de debate tornou-se secundário, sendo priorizado o ambiente de formação de contatos (rede de trabalho ou *network*) (VILAÇA, 2013, p. 211-212), que inclusive podem vir a garantir maior acesso às revistas tidas como mais relevantes para a respectiva área.

Quando se trata de fomento à pesquisa, o Governo Federal brasileiro prioriza, a exemplo do cenário internacional, as publicações de artigos científicos em periódicos pré-estabelecidos como validadores do nível de excelência da pesquisa, formulando equações que ditam o *ranking* de importância dos pesquisadores brasileiros. Essa é a lógica perversa que faz com que a competição seja o *modus operandi* fundamental.

3 PRODUÇÃO E PRODUTIVISMO ACADÊMICO: O EMBATE ENTRE O PARADIGMA EPISTEMOLÓGICO E OS MODELOS *FORDISTA* E *TAYLORISTA* NA PRODUÇÃO LITERÁRIA CIENTÍFICA

Após a invenção do método científico, outros inventos aceleraram o desenvolvimento social, sobretudo no século XIX, marcado pelo intenso crescimento industrial, que chegou ao Brasil no início do século XX.

O sistema *taylorista*, a partir de Frederick Taylor (1856-1915), propôs “a minuciosa separação de tarefas e sua conseqüente rotinização no processo laborativo”, reduzindo “a necessidade de sofisticada especialização do trabalho, transformando-o em uma seqüência de atos basicamente simples”, permitindo a simplificação do treinamento e sua agilização, potencializando a produtividade (DELGADO, 2015, p. 46). O *fordismo*, a partir de Henry Ford (1863-1947) incorporou o modelo anterior e produziu “inovações no estratagema de gestão da força de trabalho e do próprio empreendimento empresarial, dando origem a um modelo de grande influência nas décadas seguintes” (DELGADO, 2015, p. 46-47).

Assim, ao final do século XIX e início do século XX, o *taylorismo* e o *fordismo* se consolidaram, tornando-se, sobretudo, este último, um “dos mais importantes sistemas de produção industrial” (DAL ROSSO, 2008, p. 56), estruturado sobre ideia de que a especialização do operário seria mais produtiva, mesmo se limitando a uma única operação (DAL ROSSO, 2008, p. 67). Este sistema surgiu “dentro do ramo automotivo e suas práticas intensificadoras daí se espalharam para todos os outros ramos econômicos”, abrangendo “todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e fronteiras” (DAL ROSSO, 2008, p. 31).

Chiavenato (2016, p. 20) descreve a primeira fase das organizações como era da industrialização clássica (1900-1950), na qual “o homem ainda era considerado um apêndice da máquina. Supiot (2007, p. 143) também descreve uma primeira fase de preocupação e intervenção do Direito na aceleração do trabalho, a fim de proteger a integridade e a saúde dos trabalhadores, marcada pelo assentamento de suas bases jurídicas, considerando a economia de mercado e a revolução industrial (séculos XVIII e XIX) a partir da Revolução Francesa (século XVIII), que impôs uma concepção do direito de propriedade sem vínculos feudais, surgindo o contrato de locação de serviços para os vínculos corporativos, e permitiu a aceleração do maquinismo, sistematicamente fortalecida pelos valores de mercado, ou seja, importando mais o resultado do que a saúde e o bem-estar dos envolvidos.

Supiot (2007, p. 143-144) descreve o segundo momento de preocupação do Direito com a aceleração do trabalho como perfeitamente analisado por Marx, quando este descreveu o fato do maquinismo industrial gerar condições de trabalho perigosas e desumanas, pois, ao reduzir a necessidade de força muscular, tornou possível a exploração do trabalho ignorando o cansaço e o ciclo circadiano e prolongando, de forma indefinida, a jornada de trabalho, assim, como sede de um exército industrial, “a fábrica foi organizada a partir do modelo militar, com seus superiores, suas tropas e sua disciplina de caserna”. Explica Dal Rosso (2008, p. 46-47), que a teorização de Marx sobre “o valor de troca repousa sobre a noção de tempo”, então para aumentar a produção de valor, “o capitalista aumentava o número de horas de trabalho”. Com a intervenção do Direito para limitar as horas de trabalho, os capitalistas “passam a investirem equipamentos modernos para aumentar a produção” e, neste momento, a necessidade de aprender novas técnicas faz com que o homem deixe de dominar a máquina, momento no qual ele passa a ser por ela dominado. Na mesma lógica, elaborando uma segunda fase das organizações, Chiavenato (2016, p. 20-21) descreve a época após a segunda grande guerra como a era da industrialização neoclássica (1950-1990), ocasião na qual, explica Oliveira (2011, p. 63), surgem os estudos sobre a ergonomia (a partir de 1949), com a proposta de “viabilizar a aplicação prática do pensamento contemporâneo de adaptação do trabalho ao homem, em oposição ao antigo costume em que o homem é que devia se ajustar às necessidades do trabalho”.

O terceiro momento de preocupação do Direito com a aceleração do trabalho é trazido por Supiot (2007, p. 143-144) ao lecionar que, em todos os países industriais, houve uma intervenção para limitar a sujeição do ser humano às suas novas ferramentas, buscando a proteção física dos trabalhadores mediante a imposição de duração máxima do trabalho. É o primeiro reconhecimento das liberdades coletivas, contribuindo para fazer do trabalho um instrumento de “bem-estar”, em oposição à sua concepção inicial de castigo. Tal limitação, contudo, vê-se cada vez mais abalada “pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, e [o trabalhador cada vez mais] exposto às fantasias da ubiquidade: a de um ser humano disponível em todo lugar e toda hora para trabalhar” (SUPIOT, 2007, p. 164). Por outro lado, Oliveira (2011, p. 73) refere-se ao princípio da ubiquidade para esclarecer que é impossível “isolar o homem-trabalhador do homem-social, como se o trabalhador pudesse deixar no portão de entrada da empresa toda sua história pessoal, ou se na saída retirasse do corpo físico e mental toda a carga de significado imposta pelo dia de trabalho”. Em qualquer dos sentidos que se pense a ubiquidade, percebe-se cada vez mais a impossibilidade de delimitar o que é o tempo disponível para o trabalho e aquele disponível

para a vida pessoal do trabalhador, e, do ponto de vista jurídico, também já não se consegue delimitar o quanto o trabalho envolve o psiquismo do sujeito que o realiza. Chiavenato (2016, p. 21) descreve, quanto às organizações, o terceiro momento tido como a era da informação (final da década de 1990), no qual “a tecnologia da informação provocou o surgimento da globalização da economia: a economia internacional transformou-se em economia mundial e global” e ressalta: “a competitividade tornou-se mais intensa entre as organizações”.

Sinaliza Oliveira (2011, p. 214) que “a força de trabalho [...] está se deslocando rapidamente dos braços para o cérebro, [...] vem ocorrendo uma diminuição efetiva da fadiga física, porém um aumento considerável da fadiga psíquica, cuja recuperação é muito mais lenta e complexa”. Dal Rosso (2008, p. 45) exemplifica que “o aumento do grau de intensidade impulsionado por mudanças tecnológicas ocorre durante os períodos de revoluções industriais, tal como nos dias de hoje com a revolução informática”. Atualmente, têm-se a preocupação do Direito com a revolução tecnológica, tendo em vista que o avanço da tecnologia permite performances cada vez mais sofisticadas, com maior acesso a informação e interações, exigindo do trabalhador o batimento de metas que se superam cotidianamente em nome da lucratividade e da competitividade da empresa no mercado, competitividade esta que é replicada ao ambiente laboral com a intensificação constante do trabalho. Desta forma, trazendo à tona os ensinamentos de Supiot (2007, p. 144): embora o Direito possa ser visto como “uma técnica entre outras, não é uma técnica como as outras”, visto que ele se interpõe entre o Homem e a máquina para proteger o ser humano das “fantasias de onipotência geradas pela potência das máquinas”, na tentativa de humanizar o maquinismo industrial e o uso das técnicas novas sem ser destruído por elas. Chiavenato (2016, p. 22) prevê que “a organização do futuro” funcionará de forma livre de “espaço, tempo ou distância”, pois o uso de “escritórios com salas particulares darão lugar a locais coletivos de trabalho, enquanto funções de retaguarda serão realizadas na casa dos funcionários”, ou seja, o que hodiernamente se conhece como teletrabalho tende a ser a regra, e não mais a exceção.

Como preocupação com a saúde do trabalhador, no Direito Comunitário Europeu emprega-se o “princípio geral de adaptação do trabalho ao homem, nomeadamente a fim de atenuar os efeitos do trabalho monótono e cadenciado”¹². Dal Rosso (2008, p. 45) as-

¹² Directiva de base para a Organização do tempo de trabalho Directiva nº 93/104/CE do Conselho, de 23 de Novembro de 1993 relativa a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho, alterada pela Directiva 2000/34/CE, de 22 de Junho de 2000, do Parlamento Europeu e do Conselho.

sume como premissa que “a história do trabalho conheceu e conhece várias e distintas práticas de intensificação, cuja manifestação contemporânea constitui apenas mais uma onda”.

Por outro lado, o mesmo Direito que humaniza pode impor regras de aumento de produção. Não se pode olvidar que estas normas de produtividade são fruto de humanos que, em última análise, instrumentalizam outros humanos fundamentados em um contrato (consentido a partir da autonomia e da liberdade individual), ainda que se possa afirmar não ser este o objetivo pelo qual o prestador contrata a prestação de seus serviços. Por isso, o Direito se configura como instrumento a ser bem manejado e jamais negligenciado, no alcance do almejado bem-estar que fundamenta o direito à saúde, e que também fundamentará o direito ao desenvolvimento pelo exercício do trabalho, tanto na esfera pessoal quanto no que diz respeito ao crescimento nacional.

A passagem dos sistemas *taylorista* e *fordista* da indústria para os serviços tem, como consequência, a transição do trabalho material para o imaterial (DAL ROSSO, 2008, p. 32) e, “assim como a Revolução Industrial repercutiu sobre a classe trabalhadora dando origem à classe operária industrial, a Revolução Informacional gera a classe dos trabalhadores imateriais intensificados” (DAL ROSSO, 2008, p. 31), uma vez que o uso de aparelhos e sistemas de comunicação tendem a romper o limite do tempo de trabalho e de não trabalho (DAL ROSSO, 2008, p. 35). Nesse mesmo ponto de vista, Chiavenato (2016, p. 24) esclarece que “a moeda do futuro não vai ser financeira, mas intelectual”.

No caso do professor-pesquisador, seu trabalho intelectual escapa da medida de tempo, o que significa dizer que uma descoberta feita por um pesquisador, pode ter valor infinito (se a descoberta puder “ser comodificada, mercantilizada, transformada em mercadoria”) ou nenhum valor, nas palavras de Dal Rosso (2008, p. 34). Em todo caso, a análise das dimensões intelectual e emocional do trabalho contribui para melhor compreensão do trabalho do pesquisador-professor (DAL ROSSO, 2008, p. 40), pois constituem “elementos fundamentais do processo contemporâneo de intensificação” (DAL ROSSO, 2008, p. 42). Dal Rosso menciona, ainda, que é possível a intensificação, também, pela fragmentação, que aumenta o rendimento e as horas de trabalho, deslocando-a para diversos turnos durante o dia, dissociando o tempo do trabalhador do tempo da máquina, e isso acontece com o trabalho do professor, pois ao lecionar seis horas ininterruptas não teria o mesmo rendimento comparado às aulas de duas horas com intervalo entre estas horas, e “compreender que fragmentação também indica intensificação, ainda que abstratamente possa existir separadamente do trabalho mais intenso” (DAL ROSSO, 2008, p. 76).

Esta análise se faz importante, porque, conforme expresso no PNPB 2011-2020 (BRASIL, 2011, vol. I, p. 127):

No curso dos anos, o *taylorismo* intelectual e o imperativo do *publish* ou *perish* invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade. Ademais, as áreas profissionais e aplicadas continuam sendo avaliadas a partir de parâmetros das áreas básicas e acadêmicas, prevalecendo o *paper* e o livro sobre as criações e os inventos.

Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 19), em seu estudo, analisam a prática universitária dos docentes das universidades federais brasileiras, entendidas como “decorrência das políticas e imposições oficiais, mas, ao mesmo tempo, como produto das relações das instituições e dos professores com essas políticas e imposições”. A todo tempo é possível verificar esta dicotomia: o embate entre a dimensão objetiva das normas de avaliação e a dimensão subjetiva da percepção dos pesquisadores, a dimensão jurídica de organização social e a dimensão ética de absorção das normas prescritas, a moralidade da pesquisa e o retorno social, a esfera institucional e a esfera individual. Quanto à dicotomia público/privado, esta contradição “sempre existiu, desde que o ser humano abandonou o estado de natureza para viver em estado societal” (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 60). Embora seja difícil alcançar um modelo (ideal) de organização que agrade a todos e aprimore o próprio sistema em si considerado, é papel das ciências sociais analisar estes fenômenos de interação e a interseção destes interesses.

Em seguida Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 19) explicam que a prática universitária pode “significar formas de efetiva materialização das políticas oficiais para a educação superior pública”, tanto com “estímulos e facilidades para a prestação de serviços extra-regime de trabalho”, quanto com “redução de financiamento, constrangimentos da carreira docente, medidas de restrição do quadro docente, achatamento salarial sobrecarga de trabalho, pressões por aumento da produção científica”, daí entende-se a relevância de compreender “como cada instituição incorpora as políticas oficiais”, considerando que cada uma terá “sua própria densidade histórica já apropriada pelos seus professores, além de cada professor ter sua específica história de vida, que o orienta na incorporação da (ou na resistência à) política oficial na instituição”.

Importa, desta forma, estabelecer quais influências sobre o pesquisador (docentes envolvidos com a pós-graduação *stricto sensu*) já seriam passíveis de identificação. Diante da percepção de haver estudos indicando que estas normas são recebidas por muitos pesquisadores como pressão por produtividade, e que as estratégias para atendê-la e os

riscos da improdutividade têm comprometido a qualidade de vida destes profissionais, instrumentalizando-os, ou seja, com desconsideração da dimensão subjetiva do profissional, reduzindo sua autonomia e sua capacidade intelectual a critérios meramente objetivos, por razões econômicas, a partir de uma avaliação meramente quantitativa, qualificada apenas por indicadores padronizados, é que se buscou analisar estas pesquisas a fim de melhor compreender o que se tem dito sobre o que este fenômeno tem representado, e sua relação com o ambiente de trabalho na academia brasileira.

Streck (2016, p. 543-544), ao analisar a qualidade da relação entre os sujeitos da pesquisa e a praticabilidade do conhecimento, traz alguns aspectos importantes da produção científica, dentre os quais: (i) a confiança do pesquisador em si mesmo, ao se dispor a contradizer suas próprias crenças e pressupostos a partir da observação e resultado da pesquisa, utilizando-a como ferramenta de crescimento pessoal e profissional; (ii) o sentido da pesquisa, considerando se o que esta acrescenta à vida das pessoas envolvidas é útil ou não, bem como o quanto a pesquisa tem a ver com o grupo pesquisado; e (iii) compreensão, pelos sujeitos pesquisados, da importância de sua participação na pesquisa, a qual não deve se pautar somente no respeito geralmente atribuído ao pesquisador acadêmico, sugerindo a empatia como fundamento da pesquisa com seres humanos. Tal ponto é relevante quando contextualizado na lógica de mercado: na ânsia de produzir para fins de pontuação, o pesquisador pode não se atentar a tais aspectos. Nestes casos, a falta de sentido em algumas pesquisas pode configurar-se um ponto de partida para a discussão sobre a moralidade do uso de recursos públicos para atender a fins diversos da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

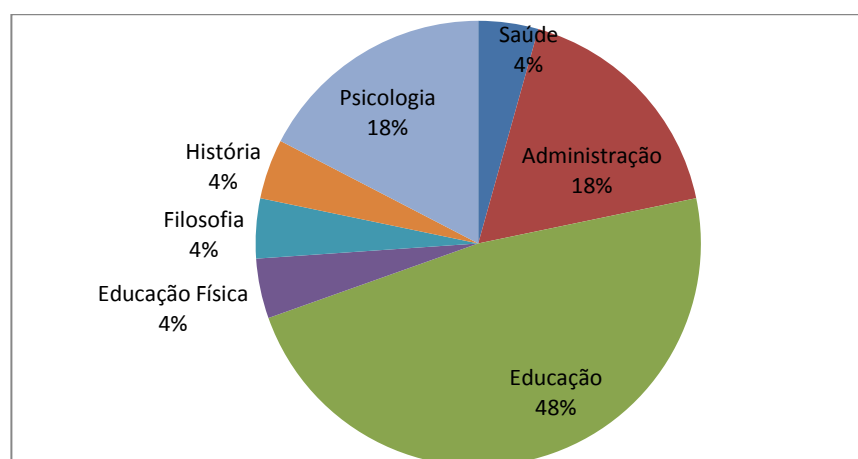
Se for possível identificar outros efeitos nocivos da pressão por produtividade correlacionados, ou até mesmo identificar a adoção de más-condutas como parte de uma estratégia de resposta individual às pressões laborais por produtividade / cumprimento de metas (aspecto contextual), e não como a expressão de falta caráter (aspecto moral individual), tal postura adotada pode, por exemplo, interferir no que diz respeito à saúde do pesquisador. Nesse sentido, o conceito jurídico de assédio moral será trazido como uma chave analítica.

Assim, buscou-se analisar como a literatura brasileira retrata o impacto que esta racionalidade (que prioriza a produção) causa na qualidade de vida dos pesquisadores e seu resultado para a sociedade que financia, através dos seus tributos, a atividade de pesquisa, bem como estabelecer possível correlação do aumento da competitividade entre os pesquisadores com o conceito de assédio moral. A escolha pelo cenário brasileiro se fez a

partir das especificidades do país, a fim de não confundir argumentos que possam servir para um país estrangeiro, mas não para o brasileiro, *e.g.*, como explicam Dias e Serafim (2015, p. 340), ao contrário das instituições de ensino superior (IES) “públicas norte-americanas, que perderam significativamente o suporte do Estado [...] e passaram a estabelecer uma forte relação com o setor privado como fonte de renda, as [...] latino-americanas emularam essa relação [...]”. Considerando que as concepções econômicas (liberalismo / intervencionismo) e/ou os sistemas de governo (parlamentarismo / presidencialismo) são diferentes em cada país, optou-se por analisar autores nacionais que publicaram em língua portuguesa.

Para a análise da literatura sobre o produtivismo acadêmico foi feita pesquisa a artigos com as palavras “Produtivismo” e “acadêmico” (“PRODUTIVISMO” AND “ACADÊMICO”) nas bases Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em 6 de junho de 2017¹³, na qual foram localizados vinte e três artigos pertinentes ao tema, publicados entre 2009 e 2017. Considerando as revistas de publicação, observou-se que o tema foi abordado nas seguintes áreas: Saúde (1); Administração (4); Educação (11); Educação Física (1); Filosofia (1); História (1) e Psicologia (4). Esta análise sugere maior interesse da área de Educação pelo tema, e a incidência em áreas ligadas ao Colégio das Humanidades.

Gráfico 1 - Publicações sobre o tema classificadas por área



Fonte: A autora, 2017.

Em análise à variação das publicações nos anos, têm-se

¹³ Os artigos estão listados no apêndice deste trabalho.

Quadro 1 - publicações sobre o tema no decorrer dos anos em cada área

Área	2009	2010	2011	2013	2014	2015	2016	2017	Total geral
Administração			1			2	1		4
Educação		1	1		2	5	1	1	11
Educação Física					1				1
Filosofia					1				1
História						1			1
Psicologia			1	2	1				4
Saúde	1								1
Total geral	1	1	3	2	5	8	2	1	23

Fonte: A autora, 2017.

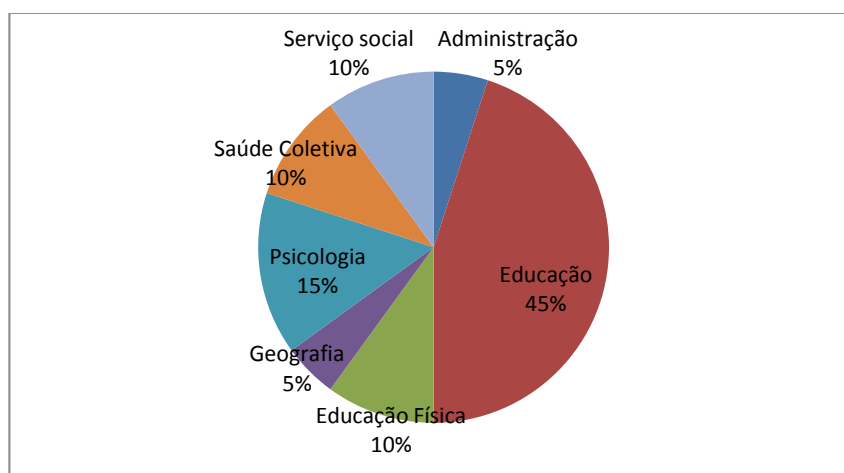
Quanto ao ano de publicação, 5 artigos foram publicados entre 2009 e 2012, 2 em 2013, 5 em 2014, 8 em 2015, e 3 em 2016-2017, demonstrando tratarem-se de artigos recentes, apresentando maior número de publicações no período 2014-2015.

Optou-se pela utilização de publicações dos últimos cinco anos (2012-2017), restringindo-se o número de documentos analisados para 18 artigos, que então passaram a se dividir, conforme as áreas de publicação, da seguinte forma: Administração (3); Educação (9); Educação Física (1); Filosofia (1); História (1); Psicologia (3).

Alguns artigos encontrados trazem em sua conclusão a necessidade da modificação das regras de avaliação das instituições de pós-graduação *stricto sensu*, em razão dos impactos causados ao mundo acadêmico como um todo. Os artigos buscam, geralmente, apontar os desequilíbrios causados pelo produtivismo no sistema de desenvolvimento científico, seja por reduzir a qualidade do(s) trabalho(s), por desgastar a saúde dos envolvidos ou mesmo porque se observa a proliferação de condutas antiéticas. Em outras palavras, ao se pensar o desenvolvimento e a comunicação da ciência como um sistema próprio, lista-se alguns impactos causados pela lógica produtivista, os quais serão separados segundo os argumentos utilizados, servindo como base para a análise também de dissertações e teses envolvendo o assunto.

Assim, a mesma pesquisa foi feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – (BDTD/IBICT), e Biblioteca Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 6 de junho de 2017¹⁴, foram localizados vinte e uma teses e dissertações, desconsiderando-se uma não pertinente, totalizando vinte documentos com o tema, publicados entre 2010 e 2017, sendo 11 dissertações e 9 teses. Considerando as áreas dos Programas de pós-graduação, observou-se que as defesas ocorreram seguintes áreas: Administração (1); Educação (9); Educação Física (2); Geografia (1); Psicologia (3); Saúde Coletiva (2) e Serviço social (2). Esta análise sugere, novamente, maior interesse da área de Educação pelo tema, e também a incidência em áreas ligadas ao Colégio das Humanidades.

Gráfico 2 - Teses e dissertações sobre o tema classificadas por área



Fonte: A autora, 2017.

Em análise à variação das publicações nos anos, foi possível montar quadro demonstrando a variação do interesse pelo tema nas áreas, destacando-se os anos que não foram utilizados para fins de análise de conteúdo, mas demonstram o desenvolvimento da preocupação com o tema. Desta forma, têm-se:

¹⁴ Os documentos estão listados no apêndice deste trabalho.

Quadro 2 - teses e dissertações sobre o tema no decorrer dos anos em cada área

	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2017	Total geral
Administração						1		1
DISSERTAÇÃO						1		1
Educação	1	3	2		2	1		9
DISSERTAÇÃO	1	2	1		1			5
TESE		1	1		1	1		4
Educação Física		1				1		2
DISSERTAÇÃO		1						1
TESE						1		1
Geografia					1			1
TESE					1			1
Psicologia				1	1	1		3
DISSERTAÇÃO					1	1		2
TESE				1				1
Saúde Coletiva						2		2
DISSERTAÇÃO						1		1
TESE						1		1
Serviço social						1	1	2
DISSERTAÇÃO						1		1
TESE							1	1
Total geral	1	4	2	1	4	7	1	20

Fonte: A autora, 2017.

Quanto ao ano de publicação, 5 documentos foram publicados em 2010-2011; 2 em 2012; 1 em 2013; 4 em 2014; 8 em 2016-2017, demonstrando tratarem-se de artigos recentes, apresentando maior número de publicações nos anos de 2014 e 2016, sem publicações em 2015.

Também aqui se optou pela utilização de publicações dos últimos cinco anos (2012-2017), restringindo-se o número de documentos analisados para 15 documentos, sendo as áreas: Administração (1); Educação (5); Educação Física (1); Geografia (1); Psicologia (3); Saúde Coletiva (2); Serviço social (2).

O método científico empregado foi o dialético e a pesquisa tem natureza aplicada e, quanto à forma de abordagem, classifica-se como qualitativa, e quanto aos objetivos, descritiva. Utilizou-se a Análise de Conteúdo como técnica de organização e análise do material selecionado, a fim de “descrever o conteúdo emitido no processo de

comunicação”, “permitindo a realização de inferência de conhecimentos” (CAVALCANTE, CALIXTO E PINHEIRO, 2014, p. 14). Para Moraes (1999, p. 3), há muitas formas possíveis de categorizar possíveis objetivos de pesquisas, “levando em consideração os aspectos intrínsecos da matéria prima desta análise, do contexto a que as pesquisas se referem e das inferências pretendidas”, sendo as questões aqui utilizadas: 1) definição dada ao produtivismo acadêmico; 2) Resumo apurado da análise e 3) hipótese de surgimento e desenvolvimento, as principais utilizadas a fim de categorizar o resultado. Em complemento, conforme necessidade da pesquisa especificamente, outras questões pontuais foram analisadas, tais como: Finalidade da análise de cada estudo, modo de realização da análise; como é abordada a prevalência da quantidade de publicações em detrimento da qualidade; a informação referente ao FI; e também como é analisada a regra de produtividade similar para todas as áreas do conhecimento, desconsiderando as especificações de cada uma em sua totalidade.

3.1 PRODUTIVIDADE E PRODUTIVISMO ACADÊMICO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Chiavenato (2016, p. 29) analisa a relação da organização com as pessoas que a integram com o conceito de “sistema aberto” (conceito que tem origem na Biologia), o que implica definir tal relação como a existente entre elementos inter-relacionados desenvolvendo uma atividade para um propósito conjunto, e que “descreve as ações e interações de um organismo vivo dentro de um ambiente circundante” (CHIAVENATO, 2016, p. 5). Nesta análise, o indivíduo é visto como um microssistema e a sociedade como macrossistema, sendo a organização um sistema e “o nível organizacional pode ser visto como categoria ambiental do comportamento individual” (CHIAVENATO, 2016, p. 6). Ao definir a organização como um sistema aberto, implica dizer que nele há alguma permeabilidade, ou seja, o intercâmbio com o ambiente que o envolve externamente, o que justifica que o ambiente lhe fornece insumos (ou entradas), dentro da organização há o processamento (operação) gerando as saídas (os resultados ou os produtos) (CHIAVENATO, 2016, p. 8), sendo “o dinheiro e o mercado [...] o mecanismo de reciclagem de recursos entre a organização e o ambiente” (CHIAVENATO, 2016, p. 11). Nesta lógica, a preocupação com as pessoas como *parceiros da organização* permite a perspectiva de que, como parceiros, as pessoas podem levar a organização à excelência. O esforço, a dedicação, o comprometimento e a responsabilidade são vistos como

investimentos na organização, fundamentados por uma expectativa de colheita de retorno, seja na forma de provimento, incentivos, desenvolvimento – em suma, reconhecimento, dando o tom de reciprocidade na interação, aliada à atividade, à autonomia e à ausência de passividade ou inércia dos envolvidos (CHIAVENATO, 2016, p. 13). Esta sinergia de esforços é que transforma os insumos/recursos – ou competências, em um resultado/produto maior, a ser devolvido ao ambiente (pode-se pensar aqui em ‘retorno social’), visando sua autossustentação (CHIAVENATO, 2016, p. 26), devendo as organizações ser vistas como

unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas de maneira planejada e elaboradas para atingir determinados objetivos. Elas também são [...] reestruturadas e redefinidas, à medida que os objetivos são atingidos ou que se descobrem meios melhores com menor custo e menor esforço. Uma organização [...] [é] um organismo social vivo e [...] em contínua mutação e desenvolvimento (CHIAVENATO, 2016, p. 25).

Aqui cabe argumentar se é possível ver a produção científica como forma de intercâmbio com a sociedade e como “reciclagem” (aprimoramento) do conhecimento, bem como se é possível analisar o fundamento do produtivismo acadêmico na ideia de que a ciência se autossustenta com as publicações, logo, fazer parte da pós-graduação significa envolver-se com sua produção. Chiavenato (2016, p. 44) ressalta que “a tarefa primária da organização é exatamente aquilo que a permite sobreviver: atender a alguma necessidade do meio ambiente”, ou seja, é possível afirmar que a produção torna-se o modo de sobrevivência da organização.

Além de ser possível analisar as organizações como sistemas abertos, também é possível analisá-las como sistema sociotécnico e, por esta ótica, as organizações se dividiriam em três subsistemas interdependentes, quais sejam, o técnico, o social e o gerencial, este entendido como a “estrutura organizacional, as políticas e procedimentos, as regras e normas, o sistema de recompensas e punições, as maneiras pelas quais as decisões são tomadas” (CHIAVENATO, 2016, p. 42).

De toda forma, pode se pressupor que, embora talvez não seja possível delimitar se as regras de produtividade geram, de fato, a intensificação, é possível trazer a questão ao debate, o que é feito, no presente trabalho, analisando os argumentos trazidos nos trabalhos publicados sobre o assunto, por pesquisadores e a partir de entrevistas com pesquisadores. Neste ponto, a percepção dos pesquisadores quanto às regras de avaliação atuais, sobretudo no tocante à quantidade preponderar sobre a qualidade, além do fato de todas as áreas

terem regras similares, por entender que estes são os pontos que mais confrontam com a subjetividade dos pesquisadores.

Cabe enfatizar que Karl Marx (1818-1883) analisou a produção como ferramenta pela qual os homens se relacionam entre si e com a natureza, pois “não atuam apenas sobre a natureza, mas também atuam uns sobre os outros”. Isto porque, para produzir, precisam se associarem de alguma forma, estabelecendo intercâmbio de atividades, e, conseqüentemente, contraindo vínculos e relações sociais¹⁵. Segundo Dal Rosso (2008, p. 55), “o termo produtividade em Marx é reservado para descrever o aumento da produção da mais-valia relativa mediante [...] aquilo que Marx chama de desenvolvimento das forças produtivas”.

Em análise etimológica, o termo *produção* vem do idioma Latim, *productio*, do verbo *producere*, “produzir”, aplicável tanto no sentido econômico quanto no jurídico, “como a soma de certas coisas produzidas, isto é, oriundas da natureza ou trabalhadas pelo homem”, traduzindo também a soma de trabalhos intelectuais, sendo a produção científica aquela que promana do cérebro e da inteligência com matéria de natureza científica (SILVA, 2006, p. 1106). Em termos econômicos, têm-se como produtividade a “relação entre a quantidade ou valor produzido e a quantidade ou valor dos insumos aplicados à produção” (SILVA, 2006, p. 613). Chiavenato (2016, p. 132) explica que o indivíduo quando busca ter produtividade elevada, o faz porque entende ser esta um meio de obter outros resultados, tais como dinheiro, benefícios sociais, promoção ou aceitação social, o que pode sugerir ser a orientação pelo produtivismo uma busca desequilibrada por estes fins.

O termo *produtivo* deriva também do idioma latim, *productivu*, “que produz; fértil, fecundo”, “rendoso, proveitoso” (FERREIRA, 2010, p. 613). O sufixo “ismo” deriva do idioma Grego, *ismós*, “doutrina; escola; teoria ou princípio artístico, filosófico, político ou religioso; ato, prática ou resultado de; peculiaridade de; ação; conduta; hábito ou qualidade característica de; quadro mórbido; condição patológica (causada por)”, usado geralmente em tom depreciativo (FERREIRA, 2004, p. 1135-36). Já o vocábulo *acadêmico* vem também do idioma Latim, *academicu*, “relativo a academia” e, aplicado a obras, aquelas “marcadas por respeito estrito às convenções, com pouca ou nenhuma aceitação de inovações” (FERREIRA, 2010, p. 8).

O propalado fenômeno do produtivismo trata de um constructo, isto é, uma

¹⁵ Marx, K. Trabalho assalariado e capital, cap. III, cf BARBOSA, 2014. p. 178.

“existência *sistêmica*”, um “modo de existência próprio de uma entidade cujas descrições são *analíticas* no âmbito de um sistema de proposições” (ABBAGNANO, 2000, p. 198), que decorreria de um contexto de pressão por publicação e produtividade, criando clima acadêmico-científico que pode ser resumidamente expresso pelo aforismo publicar ou perecer (VILAÇA E PALMA, 2013, p. 477). Assim, foi possível analisar muitas definições (determinações de extensão ou limites; explicações de significados, cf. FERREIRA, 2010, p. 222), as quais serão trazidas a fim de propor parâmetros para a construção do conceito (formulação da ideia por palavras, cf. FERREIRA, 2010, p. 183).

Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 223) verificam o papel instrumental e ideológico do produtivismo acadêmico na reforma da universidade, e afirmam que sua análise sobre a intensificação do trabalho docente nas federais consistem

em afirmar que o núcleo da ideologia do produtivismo acadêmico, como política de Estado e de cultura institucional, tem como sua mais completa tradução, no âmbito filosófico, o pragmatismo e, no plano econômico, a mercadorização da ciência e da inovação tecnológica, o que o torna, com a pós-graduação, nos moldes atuais, o pólo gerador de uma reforma da instituição universitária que tende a colocá-la a reboque do mercado (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 62).

Logo, entende-se que houve uma classificação do produtivismo como (i) ideologia, (ii) política de Estado, ou (iii) cultura institucional, traduzindo-se no (i) pragmatismo e na (ii) mercadorização da ciência e da inovação tecnológica. Especifica a compreensão do produtivismo “como ideologia, [...] com base nas precárias condições objetivas dos programas, é naturalizado e reproduzido em todos os espaços institucionais onde atua o professor-pesquisador” (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 224), uma vez que a “gestão se burocratiza tendo parâmetros técnicos a orientá-la, os quais se apresentam como isentos no plano político. Isto mostra a construção ideológica do produtivismo acadêmico e a forma burocrática pela qual os professores internalizam esses valores” (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 228).

Sguissardi (2010) define o produtivismo acadêmico como “um fenômeno derivado dos processos de regulação e controle, em particular, os de avaliação, que se caracterizam pela excessiva valorização da quantidade de produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade”. Passa-se agora a analisar as definições localizadas no material coletado.

Ferraz (2012, p. 325-326), define uma “supremacia da produção científica”, que ocorre quando “a docência universitária configura a sua profissionalidade tomando a

pesquisa como elemento central, segundo a concepção de docência performativa”. Silveira (2013, p. 16) aponta que “os espaços acadêmicos têm sido atravessados por uma lógica administrativa que estrangula o fluxo virulento do pensamento inventivo”, impelindo os pesquisadores a se interrogarem “sobre os imperativos de transformação de si, em debate com as normatizações, padrões de eficiência, modelos bem-sucedidos apontados como formação competente”, sendo o efeito *Lattes* o “gerador de uma corrida desenfreada para produzir, publicar e acumular pontos nos currículos cheios de estrelas e redes”.

Borsoi e Pereira (2013, p. 1222) explicam que a produtividade passou a se restringir aos trabalhos materializados em publicações, a partir da imposição das instituições que regulam, avaliam e financiam as pesquisas e os programas de pós-graduações. Silva e Piresa (2014, p. 787) buscam definições de outros autores, entretanto é possível verificar que associam ao produtivismo “uma corrida dos autores por publicação” nas revistas que têm, como condição, o estrato superior do *Qualis/CAPES*, enquanto DOMINGUES (2014, p. 234) referencia um “processo ligado à fusão do conhecimento e da indústria que termina por submeter a ciência e a pesquisa às leis do mercado e aos modos de gestão das empresas capitalistas”. Pimenta (2014, p. 158) aponta para “a produção de saberes reduzida à corrida por publicação e aos pontos que pode gerar” na carreira. Girotto (2014, p. 28), na mesma lógica, aponta para a “produção definida por sua inserção em uma lógica quantitativa pré-determinada”. Araujo (2014, p. 128) diz ser uma ideologia que serve de apoio à “nova cultura do empreendedorismo que permeia atualmente a pós-graduação”. A influência do poder econômico é reforçado por Vosgerau, Orlando e Meyer (2017, p. 238).

Rego (2014, p. 325), associa o fenômeno à “obrigação de publicar em periódicos, como indicador praticamente exclusivo para a avaliação da produção científica e da qualidade do pesquisador”. Vilaça e Palma (2013, p. 802) atentam para a “deliberada ação de criar estratégias para elevar a produtividade [...], sobretudo envolvendo más condutas científicas”. Nesta definição, as más condutas surgem como elemento extra, não sendo possível precisar se todo produtivismo necessariamente acarreta as más condutas, e se somente quando há má conduta é possível dizer que se configura o produtivismo. Outro elemento relevante é trazido, conforme já mencionado, por Ferraz (2012, p. 325-326) e, também, por Dias e Serafim (2015, p. 343), quando definem ser o “imperativo que coloca a produção e publicação de trabalhos científicos, independente de sua pertinência, relevância ou qualidade, como objetivo central da atividade de pesquisa acadêmica”. Kuhlmann Jr. (2015, p. 842), diz ser o produtivismo “uma forma (insatisfatória) de medir a produtividade nesse modelo de avaliação atual que contabiliza a produção em quantidade”, enquanto Fico

(2015, p. 1029) defende que a ideia produtivista da necessidade de publicar cada vez mais não é orientação que parta da CAPES. Este ponto torna-se sensível e merece análise mais cuidadosa, uma vez que atribuir à CAPES esta exigência significa, em última análise, que uma solução possível seria acabar com sua existência, o que não parece ser o objetivo de quem discute o assunto. Neste sentido, Ferraz (2012, p. 287) ressalta, a partir de sua análise, “uma tensão entre os docentes que acreditam na existência de uma pós-graduação não produtivista, uma vez que veem os critérios da CAPES como sendo critérios mínimos e relativamente fáceis de serem atingidos”, e que defendem, ainda, “a importância da avaliação para o aperfeiçoamento da prática e do aumento da produção acadêmica, segundo uma dimensão produtivista”. Falaster, Ferreira e Canela (2016, p. 300-301) trazem definições diversas, sem que fosse possível identificar uma própria dos autores.

Para muitos autores a definição de produtivismo acadêmico gradativamente passou a ser resumidamente atrelada à priorização da quantidade de publicações em detrimento da qualidade da produção científica, conforme se verifica nos estudos de Domingues (2013, p. 197); Bernardo (2014, p. 129); Bianchetti e Valle (2014, p. 97); Streck (2016, p. 544) e Costa (2016, p. 65), quando define o produtivismo, *v.g.*, como fez esta última autora, como “expressão que [...] refere-se à quantidade de publicações, à pressão para publicar e aos meios e as estratégias para tal”.

Zuin e Bianchetti (2015, p. 731), por sua vez, apontam para o “caráter hegemônico que as induções e exigências por produção / produtivismo e performatividade vão assumindo na academia”. Vizeu, Macadar e Graeml (2016, p. 989) esclarecem que o produtivismo, “engendrado pelas organizações”, seria um “comportamento utilitarista” que “as pessoas são compelidas a adotar”, ou seja, a responsabilidade não seria atribuível ao pesquisador, mas sim ao sistema, assim considerado o ser que o compele a adotar o comportamento utilitarista.

Paiva (2016, p. 115) analisa que com “as exigências do órgão regulador dos programas de pós-graduação, a CAPES, essa produção tende a ser comprometida em sua qualidade”. Sampaio (2016, p. 30), em sua tese, estabelece que o produtivismo será entendido como instrumento para aceleração, barateamento e controle da produção “de conhecimento-mercadoria”. Nascimento (2016, p. 186) entende que o produtivismo modifica e intensifica a função do professor, transformando a identificação do seu trabalho e “promovendo sua solidão”, ao potencializar “a cultura da pesquisa (encomendada pelas empresas) na universidade”. Estabelece que “isso ocorre, muitas vezes, em virtude das políticas públicas de avaliação”, pois estas “determinam por meio de seus indicativos de

qualidade/quantidade” o reconhecimento ou não do trabalho docente, considerado muito em função da produção na área de pesquisa. Na mesma perspectiva, para Duarte (2017, p. 196) “resulta do viés privatista que a política de educação superior vem assumindo nas últimas décadas, no qual valorizam o produto e não o processo, prestigiando o quantitativo em detrimento do qualitativo”.

Após conferência das definições trazidas, segue, abaixo, quadro demonstrativo do resultado da pesquisa com a transcrição das definições encontradas sobre o produtivismo, primeiro nos artigos, após, nas teses/dissertações, sempre em ordem cronológica.

Quadro 3 - Definição dada ao produtivismo acadêmico percebida nos artigos coletados

AUTORES	ANO	1) DEFINIÇÃO DADA AO PRODUTIVISMO ACADÊMICO
BORSOI, I. C. F.; PEREIRA, F. S.	2013	“Produtividade, então, se restringe aos trabalhos materializados em publicações. Essa é uma concepção construída com base na visão de produtividade imposta por instituições que regulam, avaliam e financiam as pesquisas e os programas de pós-graduações” p. 1222
DOMINGUES, E.	2013	“Recomendações e estratégias para tentar coibir práticas de autoria indevida não faltam, porém este tipo de prática está afinado com a lógica produtivista, que prioriza a quantidade em detrimento da qualidade, e com a ética do capitalismo” p. 197
BERNARDO, M. H.	2014	“No Brasil, o aspecto com maior destaque nas publicações é o “produtivismo acadêmico”, que tem como mote a ênfase na quantidade de produções bibliográficas” p. 129
BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R.	2014	“destacamos a predominância do quantitativo sobre o qualitativo, que interfere na produção científica e gera o que é denominado por "produtivismo" acadêmico” p. 97
DOMINGUES, I.	2014	“processo ligado à fusão do conhecimento e da indústria que termina por submeter a ciência e a pesquisa às leis do mercado e aos modos de gestão das empresas capitalistas” p. 234
REGO, T. C.	2014	“entendido como a obrigação de publicar em periódicos, como indicador praticamente exclusivo para a avaliação da produção científica e da qualidade do pesquisador” p. 325

SILVA, M. R.; PIRESA, G. L.	2014	“criaram, por um lado, uma corrida dos autores por publicação nas (poucas) revistas que tem essa condição (o tal estrato superior do <i>Qualis/CAPES</i>)” p. 787
DIAS, R.; SERAFIM, M.	2015	“imperativo que coloca a produção e publicação de trabalhos científicos, independentes de sua pertinência, relevância ou qualidade, como objetivo central da atividade de pesquisa acadêmica” p. 343
FICO, C.	2015	“a ideia produtivista de que é preciso publicar cada vez mais não é orientação da CAPES, nem da coordenação da área” p. 1029
KUHLMANN JR, M.	2015	Não localizado
KUHLMANN JR., M.	2015	“produtivismo seria uma forma (insatisfatória) de medir a produtividade nesse modelo de avaliação atual que contabiliza a produção em quantidade” p. 842
PATRUS, R.; DANTAS, D. C.; SHIGAKI, H. B.	2015	Reporta-se a Sguissardi, 2010
VILAÇA, M. M.; PALMA, A.	2015	“deliberada ação de criar estratégias para elevar a produtividade [...], sobretudo envolvendo más condutas científicas” p.802
ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L.	2015	“caráter hegemônico que as induções e exigências por produção / produtivismo e performatividade vão assumindo na academia, em especial na PG” p. 731
FALASTER, C. FERREIRA, M. P.; CANELA, R..	2016	Não localizada definição própria dos autores
STRECK, D. R.	2016	“se evidencia pela enorme quantidade de periódicos e publicações” p. 544
VIZEU, F.; MACADAR, M. A.; GRAEML,A.R.	2016	“as pessoas são compelidas a adotar um comportamento utilitarista, se envolvendo em um produtivismo engendrado pelas organizações econômicas (e que se faz presente mesmo nas organizações não econômicas)” p. 989
VOSGERAU, D. S.R.; ORLANDO, E. A.; MEYER, P.	2017	“A produção de artigos se torna uma tarefa em série, como uma linha de montagem” p. 8

Fonte: A autora, 2017.

A seguir, a mesma análise considerando as teses e as dissertações localizadas, demonstrando, ainda, as indisponíveis para consulta, conforme quadro:

Quadro 4 - Definição dada ao produtivismo acadêmico percebida nas teses e dissertações coletadas

AUTOR	ANO	1) DEFINIÇÃO DADA AO PRODUTIVISMO ACADÊMICO
SILVA, E. L.	2012	Trabalho indisponível para consulta
FERRAZ, B. T.	2012	“considerando a concepção de pós-graduação defendida pelo produtivismo acadêmico e pela cultura da performatividade, baseado na supremacia da produção científica, a docência universitária configura a sua profissionalidade tomando a pesquisa como elemento central, segundo a concepção de docência performativa”. p. 325-326
SILVEIRA, L.	2013	“os espaços acadêmicos têm sido atravessados por uma lógica administrativa que estrangula o fluxo virulento do pensamento inventivo, o que nos impele a interrogar sobre os imperativos de transformação de si, em debate com as normatizações, padrões de eficiência, modelos bem-sucedidos apontados como formação competente. Como analisador, podemos pensar sobre o <i>efeito Lattes</i> que sofremos atualmente, que é gerador de uma corrida desenfreada para produzir, publicar e acumular pontos nos currículos cheios de estrelas e redes” p. 16
PIMENTA, A. G.	2014	“A produtividade do programa, dos docentes e dos discentes é medida principalmente pelo número de publicações e <i>Qualis</i> das mesmas. Esse critério quantitativo, entretanto, desconsidera a relevância e a qualidade das produções, consolidando um produtivismo acadêmico vazio de conteúdo e de significado. É a produção de saberes reduzida à corrida por publicação e aos pontos que pode gerar” p. 158
GIOTTO, E. D.	2014	“produção definida por sua inserção em uma lógica quantitativa pré-determinada” p. 28
D'OCA, K. N. M.	2014	Trabalho indisponível para consulta
ARAUJO, J. B.	2014	“a nova cultura do empreendedorismo que permeia atualmente a pós-graduação, apoiada na ideologia do produtivismo acadêmico, que toma a forma de produção de muitos artigos, seções de livros, pesquisas aplicadas que resultem em maior produção acadêmica e técnica” p. 128
PAIVA, J. Z. S.	2016	“com as exigências do órgão regulador dos programas de pós-graduação, a CAPES, essa produção tende a ser comprometida em sua qualidade. Ocasionalmente o que se tem denominado de produtivismo, em virtude dessa pressão por publicação, onde o quantitativo se

		sobrepõe ao qualitativo”. p. 115
SAMPAIO, P. P.	2016	“meio para se “acelerar, baratear e controlar a produção de conhecimento-mercadoria”, aqui referindo-se a tecnologia desenvolvida nas universidades, as patentes de produtos, as assessorias e os cursos de especialização lato sensu” p. 30
TSCHOKE, A.	2016	Remete-se a REGO, 2014, e menciona que “levanta-se elementos que compõe a denominada cultura científica”. (p. 131)
NASCIMENTO, C. M. V.	2016	“não é por acaso que a função do professor tende a se modificar e a se intensificar em decorrência dos moldes do produtivismo acadêmico, potencializando a cultura da pesquisa (encomendada pelas empresas) na universidade e a transformação da identidade do trabalho do professor e, acima de tudo, promovendo a sua solidão. Isso ocorre, muitas vezes, em virtude das políticas públicas de avaliação que determinam por meio de seus indicativos de qualidade/quantidade o reconhecimento ou não reconhecimento do trabalho docente, muito relacionado a produção na área de pesquisa” p. 186
SILVA, K.	2016	Não identificada uma definição da autora
MARTINELLI, S. G.	2016	Não identificada uma definição da autora
COSTA, D. L.	2016	“O produtivismo constitui-se em uma expressão que utilizada no meio acadêmico, refere-se à quantidade de publicações, à pressão para publicar e aos meios e as estratégias para tal” p. 65
DUARTE, J. L. N.	2017	“resulta do viés privatista que a política de educação superior vem assumindo nas últimas décadas, no qual valorizam o produto e não o processo, prestigiando o quantitativo em detrimento do qualitativo” p. 196

Fonte: A autora, 2017.

Desta análise, pode-se dizer ser o produtivismo acadêmico o (i) princípio político; (ii) ideologia; (iii) quadro mórbido ou condição patológica de produção literária científica dos pesquisadores de forma excessiva, ao tornar-se o eixo central da atividade acadêmica, ao qual os pesquisadores aderem a partir de (i) medo de ser rotulado como improdutivo; (ii) crença; (iii) senso de utilidade; e/ou (iv) sensação de (i) poder; (ii) *status* e/ou (iii) reconhecimento, consistindo na busca de extenso rol de publicações no currículo, podendo envolver estratégias, inclusive, consideradas como más condutas, em razão (efeito) do modo como as regras de avaliação dos programas de pós-graduação são recebidas e

repassadas pelas instituições de ensino superior. Equipara-se a uma espécie de ditadura da eficácia intelectual ou, em outras palavras, uma eficiência acadêmica, ainda que aparente.

Tais conceitos serão pormenorizados a seguir.

A fim de reforçar a definição encontrada, o segundo argumento buscado na análise dos artigos coletados foi identificar como estes resumem a problematização trazida pelo produtivismo. Segundo ensina Sguissardi (2010),

O problema posto pelo produtivismo acadêmico, traduzindo a quantidade pura e simples de produções/publicações – em geral pouco lidas ou que não têm maior importância científica – é que ele serve de parâmetro básico para os concursos de acesso à (e progressão na) carreira acadêmica, para a obtenção de bolsas de estudo e de auxílios à pesquisa, e até, em muitos casos, para o próprio acesso a cargos administrativos.

É o que se pretende analisar nos itens a seguir, porém, antes, necessário se faz compreender como a literatura atual tem tratado o assunto. Cabe esclarecer que não se trata de coleta dos resumos ou de trechos do mesmo, mas da percepção de frases que resumiriam a problematização do produtivismo, considerando a abordagem e a comunicação propostas por cada trabalho, sendo que estas frases poderiam estar ou não no resumo do trabalho analisado. Faz-se importante esclarecer este ponto, pois, em alguns trabalhos, o produtivismo surge como mais uma variável, causa ou consequência do assunto pesquisado, não sendo o assunto principal do mesmo. Apenas para ilustrar, vale trazer um exemplo no qual o produtivismo aparece como elemento da conclusão do artigo, após ter analisado os principais motivos de rejeição de artigos pelos editores de revista (FALASTER, FERREIRA E CANELA, 2016, p. 285). Neste caso específico, verificou-se a análise da percepção dos autores, ao pesquisar os motivos de rejeição dos artigos, em concluir o artigo abordando o produtivismo acadêmico, o que sugere que, na perspectiva destes autores, um assunto está interligado ao outro. Observar quais foram as pesquisas realizadas não está no escopo desta dissertação, de modo que se buscou identificar o quanto do produtivismo contido nos textos, bem como as relações feitas com os demais assuntos, seria proveitoso para uma análise de literatura.

Borsoi e Pereira (2013, p. 1226) analisam “de que maneira aspectos do trabalho docente têm provocado sofrimento e/ou adoecimento entre professores de instituições públicas de ensino superior”, verificando “processo relacionado à imensa demanda de atividades acadêmicas que tem o docente” em conjunto com a “necessidade de pesquisar e publicar”, a partir da compreensão de que a agenda de atividades tem levado docentes do

ensino público superior ao adoecimento (BORSOI E PEREIRA, 2013, p. 1213). Bernardo (2014, p. 129-130) traz o resultado de pesquisa qualitativa com professores de uma universidade pública, analisando o grande número de pesquisas sobre o tema (incluindo o próprio artigo) como estratégias de resistência (BERNARDO, 2014, p. 138) e evidenciando que “a organização do trabalho universitário na atualidade se caracteriza, sobretudo, pela competição e produtividade exacerbadas”, assim como Bianchetti e Valle (2014, p. 89) também analisam o desenvolvimento do produtivismo e as manifestações dos profissionais sobre as transformações a que as universidades foram submetidas e Vosgerau, Orlando e Meyer (2017, p. 231), pretendem “discutir o impacto da lógica do produtivismo acadêmico no desenvolvimento profissional docente” universitário, destacando que “as políticas públicas voltadas ao acompanhamento e à avaliação dos programas de pós-graduação [...] ainda não consideram a multiplicidade de saberes necessários para uma boa atuação do professor universitário, como se bastasse formá-lo para a pesquisa” (VOSGERAU, ORLANDO E MEYER, 2017, p. 245), sugerindo que a prioridade que tem esta forma de produção acadêmica faz com que se dedique pouco esforço à formação pedagógica do professor de ensino superior.

Ainda na análise sobre o trabalho do pesquisador, Pimenta (2014, p. 8) discute que o produtivismo acadêmico atravessa a pós-graduação brasileira, “põe em funcionamento relações de saber-poder”, “produzindo efeitos nos professores pesquisadores”, objetivando “tensionar as políticas produtivistas, suas demandas e seus efeitos na atividade docente”, a partir de “discursos produzidos pelos professores pesquisadores, tendo como materialidades uma carta escrita e publicada pelos sujeitos da pesquisa e entrevistas narrativas”. Para Giroto (2014, p. 21), sobressai a “análise da formação de professores [...] entre os anos de 2010 e 2013” em área específica, verificando que a lógica produtivista “tem alterado profundamente os sentidos e significados dos espaços-tempos escola e universidade, reproduzindo assim uma formação docente distante da dimensão geográfica da prática educativa” (Giroto, 2014, p. 8).

Ferraz (2012, p. 7), mediante “entrevistas e observações em reuniões e atas de colegiado”, busca potencializar “investigações que se proponham a problematizar desafios e proposições para minimizar a disjunção entre o que está posto como exigência de avaliação” e da necessidade sentida por docentes “de que haja um reconhecimento no âmbito da docência universitária na pós-graduação”, concluindo que “ao fomentar o exercício individualizado, a avaliação privilegia o desempenho individual dos docentes, através das publicações de pesquisas”, mas, ao mesmo tempo, fragiliza “a potencialização

do trabalho coletivo” e, por isso “é alvo de crítica de alguns docentes, que concebem a importância de valorizar outros espaços de formação, para além da pesquisa nos programas, como as aulas, as atividades de extensão e gestão”. Ressalta-se nesta análise a demonstração de que todas as outras atividades perdem valor quando se erige a pesquisa e sua consequente publicação como fator determinante de avaliação. E ainda que se possa argumentar que não seja esta a intenção, em tese, dos critérios de avaliação, verifica-se que, ao menos na prática, este é o papel que a publicação de artigos científicos desempenha, conforme já analisado no capítulo 1 deste trabalho.

Paiva (2016, p. 8), ao realizar “pesquisa de campo no âmbito dos Programas de Pós-Graduação das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Interdisciplinar” com “dez docentes do quadro permanente com mais de dez anos de trabalho institucional”, busca “conhecer as condições de trabalho dos docentes e averiguar a produção e o produtivismo no trabalho docente” e conclui que “as exigências oriundas da Pós-Graduação intensificaram o trabalho docente, sobretudo, quanto à produção científica”, e trouxeram o “investimento restrito do Estado nas Universidades Federais” como fator que “tem contribuído para que os docentes concorram a Editais nas agências de fomento a fim de conseguirem recursos financeiros para suas pesquisas, visto que as condições de trabalho não têm garantido isso” o que gera o predomínio do produtivismo intelectual.

Sampaio (2016, p. 7) requer “compreender como os professores [...] estão vivenciando esta nova configuração do trabalho docente (flexibilização, intensificação e precarização) frente às exigências de produtivismo acadêmico”, e a partir de “estudo multicaso de abordagem qualitativa com professores portugueses (Saúde Pública) e brasileiros (Saúde Coletiva)” verifica que o “comportamento e a saúde do professor da Pós-graduação em Saúde Coletiva/Saúde Pública estão gravemente afetados pela lógica do produtivismo acadêmico”.

Nascimento (2016, p. 8), mediante “o diálogo entre as questões teóricas” e sua experiência, capta, “por meio de entrevistas e análise documental, relações que têm se constituído em torno do processo avaliativo e do trabalho docente no âmbito da universidade”, estudando “como ocorre o produtivismo acadêmico no centro pesquisado, assim como a supervalorização do professor da pós-graduação em detrimento do professor da graduação”, buscando “compreender os impactos das políticas públicas de avaliação do governo federal sobre o trabalho docente”, verificando que a esfera financeira passa a representar “o posto avançado do movimento de mundialização do capital, o que interfere diretamente no trabalho docente (ensino, pesquisa, extensão e administração), e nos rumos

da universidade brasileira” (NASCIMENTO, 2016, p. 201), sendo possível perceber que “as políticas públicas de avaliação do governo federal afetam diretamente o trabalho docente e fragilizam a autonomia e os vínculos da universidade com um projeto transformador da sociedade”, trazendo “indicativos para pensarmos sobre as ideologias que envolvem as políticas públicas de avaliação da educação superior e o processo de desvalorização do trabalho docente” (NASCIMENTO, 2016, p. 201).

Silva (2016, p. 7) usa “a Clínica do Trabalho e da ação, que propicia um espaço de fala e escuta das vivências de prazer e sofrimento no trabalho”, para realizar “treze sessões coletivas com os trabalhadores, sendo uma devolutiva”, a fim de “compreender a configuração do assédio moral e suas implicações no trabalho dos professores de uma instituição pública de ensino superior” avaliando, ao fim, que a “meritocracia pautada pelo produtivismo acadêmico” contribui para o ambiente patogênico de trabalho.

Costa (2016, p. 6), pesquisa o “levantamento de afastamentos por licença para tratamento da própria saúde dos servidores”, realizando a análise documental do período 2010-2014, além de “pesquisa de campo com entrevista acerca de prazer e sofrimento no trabalho, de nov/15 a jun/16 (docentes de diversas áreas)”, a fim de “analisar a relação entre o trabalho e a saúde mental de docentes de uma instituição pública federal de ensino superior” e conclui que “os docentes, apesar do sofrimento vivenciado no trabalho, das condições de desconforto, de mal-estar, por vezes culminando até em adoecimento, reconhecem o seu trabalho como estimulante, como uma mola propulsora, que dá sentido à sua existência”, uma vez que consideram como promotores do prazer e da qualidade de vida no trabalho “o simples fato do ser professor e do exercício da docência”.

Nesta mesma linha, Duarte (2017, p. 10) utiliza as “determinações que incidem sob o trabalho contemporâneo; e do movimento histórico de avanços e retrocessos da educação superior, sob o contexto de reorganização capitalista” para analisar “contradições e resistências [do trabalho docente dos assistentes sociais inseridos nas instituições de ensino superior federais] diante da expansão consolidada pela contrarreforma da educação superior no Brasil” e verifica que “a metamorfose na universidade e no trabalho docente, conduzida pelos processos articulados de intensificação e precarização do trabalho, endossados pelo produtivismo acadêmico”, geram “diversificação e faces distintas que dialogam na graduação e na pós-graduação, questões na saúde dos professores/as” e, ainda, a “competitividade e o individualismo”, além da “redução das possibilidades de solidariedade entre docentes e dificuldade no seu reconhecimento enquanto trabalhadores, com repercussões na qualidade da formação profissional e na resistência coletiva”.

Segundo Domingues (2014, p. 238), dois são os vetores básicos do *taylorismo*: “a divisão parcelada do trabalho, gerando a dispersão dos processos e a especialização dos indivíduos” e, conseqüentemente, “a instituição de corpos de gerentes e administradores para monitorar os processos e vencer a segmentação, colocando os indivíduos a serviço do todo ou da empresa”, lógica que, utilizada também no modelo *fordista*, tem como norte a segregação das tarefas. Destaca Chiavenato (2016, p. 18), que a “tendência à especialização separa pessoas”, sendo possível, assim, conjecturar que a cooperação e a amplitude do conhecimento configuram fator de saúde. Duarte (2017, p. 310), aponta que “o estímulo às formações específicas” ocorre “em detrimento das formações generalistas e críticas”. Logo, elemento que merece atenção é a relevância da relação entre saúde humana e a segregação do conhecimento.

É possível, então, afirmar, que o produtivismo enquanto ideologia isola o trabalhador, conforme ressaltado por Schmidt (2011, p. 330), pela “falta de tempo e de interesse em ler o que os colegas escrevem”, impedindo um “aprofundamento de suas temáticas” e sem que haja “um espaço de discussão fecundo”.

Domingues (2014, p. 245), ao se aprofundar no surgimento e definição do *taylorismo* acadêmico, analisa os processos de comunicação, divulgação e popularização da ciência em face deste fenômeno que atinge o sistema de comunicação, sintetizando que “a alma do sistema *taylorista* é o “publicar ou perecer”, sua *ratio* é o *quantum*, seu método, as métricas, e seu corpo ou matéria é o artigo científico”.

Segundo Domingues (2014, p. 238), dois são os vetores básicos do *taylorismo*: “a divisão parcelada do trabalho, gerando a dispersão dos processos e a especialização dos indivíduos” e, conseqüentemente, “a instituição de corpos de gerentes e administradores para monitorar os processos e vencer a segmentação, colocando os indivíduos a serviço do todo ou da empresa”, lógica que, utilizada também no modelo *fordista*, tem como norte a segregação das tarefas. Destaca Chiavenato (2016, p. 18), que a “tendência à especialização separa pessoas”, sendo possível, assim, conjecturar que a cooperação e a amplitude do conhecimento configuram fator de saúde. Duarte (2017, p. 310), aponta que “o estímulo às formações específicas” ocorre “em detrimento das formações generalistas e críticas”. Logo, elemento que merece atenção é a relevância da relação entre saúde humana e a segregação do conhecimento.

É possível, então, afirmar, que o produtivismo enquanto ideologia isola o trabalhador, conforme ressaltado por Schmidt (2011, p. 330), pela “falta de tempo e de interesse em ler o que os colegas escrevem”, impedindo um “aprofundamento de suas

temáticas” e sem que haja “um espaço de discussão fecundo”.

Domingues (2013), em análise sobre os critérios de autoria nos artigos científicos, verifica a reciprocidade e relações de poder interferindo nas atribuições de autoria. Rego (2014, p. 330) aponta para o necessário “debate sobre as relações entre políticas de avaliação e universo editorial”, trazendo “oportunas e instigantes questões capazes de estimular e ampliar o debate acerca dos rumos que se quer dar à pesquisa e à política de divulgação científica no Brasil” (DOMINGUES, 2014, p. 344) e conclui pela “necessidade de uma ação coletiva entre os editores das revistas científicas, visando ao desenvolvimento de uma ação política capaz de combater as mazelas do sistema hoje vigente de produção, avaliação e comunicação da ciência” (DOMINGUES, 2014, p. 325), enquanto Silva e Piresa (2014, p. 781), neste mesmo sentido de analisar a comunicação científica, ao verificarem o contexto da inserção de revista específica de sua área no contexto político, econômico e científico, relatam como perceberam o *Qualis* tornar-se parâmetro para publicação (SILVA E PIRESA, 2014, p. 786).

Dias e Serafim (2015, p. 335) enfrentam a “emergência do capitalismo acadêmico, a gênese do inovacionismo e o acirramento do produtivismo na pesquisa” como processos que podem trazer efeitos prejudiciais ao cumprimento do papel civilizatório das universidades. Araujo (2014, p. 7), ao “analisar as mudanças ocorridas na pós-graduação [...] entre 2000 e 2010” em universidade pública de Minas Gerais, busca “demonstrar como as políticas macroeconômicas implementadas [...] produziram consequências na educação superior, mais especificamente, na pós-graduação” e ressalta que o “realinhamento econômico [...] gerou consequências para a educação superior, alterando, extraordinariamente, a cultura das instituições públicas universitárias, [...] resultando no empresariamento do conhecimento” e Martinelli (2016, p. 9) instiga “uma reflexão a cerca do produtivismo acadêmico e da necessidade de qualificar o conhecimento produzido”, a fim de “desenvolver uma modelagem de um sistema de gestão para a *sustentabilidade* do conhecimento em universidades” (g. n.).

Falaster, Ferreira e Canela (2016, p. 285-287), como já mencionado, analisam os principais motivos de rejeição de artigos, trazendo requisitos fundamentais na preparação dos mesmos para aumentar as chances de aceitação, mediante pesquisa da análise dos editores sobre formas de melhoria das diretrizes de avaliação e os cuidados que o pesquisador precisa ter na sua escrita para conseguir efetivar a publicação. Em que pese parecer mera sujeição à lógica produtivista, ao se observar este trabalho como uma compreensão de “como ser aceito?”, é importante entender as regras de publicação que

talvez não estejam suficientemente claras para os pesquisadores, e que vão além das publicações sobre boas práticas científicas¹⁶, a fim de evitar a sobrecarga de trabalho aos pareceristas e a perda de tempo com a rejeição dos artigos, e o que se observou desta pesquisa é que, dentre os motivos de rejeição, com grande incidência comparece a escrita de alguns pesquisadores, com pouco conhecimento sobre síntese e dificuldades de transformação do conhecimento em algo inovador, considerando o toque pessoal de cada cientista ao textualizar seu trabalho. Insta ressaltar que transmitir o conhecimento requer alguma prática, razão pela qual se pode dizer que o cientista com mais publicação teria, ao menos em tese, mais *expertise* no saber da pesquisa.

Neste sentido, Streck (2016, p. 538), que também somente traz o produtivismo como argumento de conclusão, defende que “critérios de qualidade são social e historicamente construídos”, por isso busca a “construção de critérios de qualidade e de validade de pesquisas em educação” (STRECK, 2016, p. 544), analisa “o que pode ser considerado boa pesquisa” (STRECK, 2016, p. 538) e qual seria sua expectativa de utilidade (STRECK, 2016, p. 543), acaba por levar o leitor a refletir sobre o bom pesquisador ser aquele que tem prática com pesquisa, quando exemplifica que “o aperfeiçoamento na arte de tocar violino não virá pela leitura de manuais, que podem ser úteis para algumas informações, mas pela prática. Isso vale para todas as práticas, inclusive, a pesquisa” e adiante provoca: “O ser humano é um ser de práxis não apenas porque pode aperfeiçoar a sua prática profissional, mas porque pode fazer um projeto de seu destino” (STRECK, 2016, p. 542).

Vizeu, Macadar e Graeml (2016, p. 990), a fim discutir a ética profissional na produção científica, analisam esta prática profissional como um trabalho como qualquer outro, para pensar como se aplicaria a ética habermasiana (discursiva) no labor acadêmico, tratando-o igualmente a outras práticas profissionais (VIZEU, MACADAR E GRAEML, 2016, p. 984), o que revela a preocupação em pensar a pesquisa como trabalho para fins de aplicação da proteção jurídica dada às relações de trabalho e emprego, inobstante esta

¹⁶ À época da elaboração desta dissertação, os códigos de boas práticas científicas percebidos como mais comentados no Brasil eram o (i) Manual ANPAD de Boas Práticas da Publicação Científica (Boas Práticas da Publicação Científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de Corpos Editoriais (2010), 1ª ed., disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/boas_praticas.pdf, acesso em 15 jun. 17); o (ii) *San Francisco Declaration on Research Assessment – DORA* (2012), disponível em <http://www.ascb.org/files/SFDeclarationFINAL.pdf?x30490>, acesso em 15 jun. 17); o (iii) Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP (2014), disponível em: http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf, acesso em 15 jun. 17); a (iv) Declaração sobre Integridade Científica e Boas Práticas em Pesquisa do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis - IBQM/UFRJ (2014), disponível em: <http://www.bioqmed.ufrj.br/institucional/codigo-de-boas-praticas-em-pesquisa/>, acesso em 15 jun. 17); e as (v) Diretrizes, traçadas pelo CNPq (disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>, acesso em 15 jun. 17). Optou-se por não se fazer a análise destes documentos, ampliando o escopo desta dissertação, a fim de não torná-la demasiadamente extensa.

adaptação conceitual requeira acurada análise.

Tal preocupação também é expressa por Silveira (2013, p. 9) quando “problematiza a experiência migratória do estudante de pós-graduação participante de programas de intercâmbio internacional, entendendo que este é um trabalhador cognitivo que sofre a extração de sua força de trabalho” da mesma forma que outros trabalhadores, “regulado pela universidade que tem sido atravessada por uma lógica administrativa repleta de imperativos de normatizações, padrões de eficiência e modelos bem-sucedidos” e “discute analisadores que atravessam a formação”, ou seja, rotinas incorporadas na pós-graduação, tais “como o *efeito Lattes*, que incita o produtivismo”, analisando-o em conjunto com “a *tara* contemporânea que nos impele a um estado permanente de formação” e “o *aumento de programas de intercâmbio internacional*, que tornam-se mais uma *griffe* em busca do *status* de excelência”, a partir da análise das “experiências dos sete estudantes que compuseram as travessias em estudo”. Quanto ao currículo *Lattes*, e o efeito competitivo por ele proporcionado, importante observar o apontamento de Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 46):

Quer-se saber se os colegas publicaram ou não; se publicaram, em que periódico o fizeram, e se de prestígio segundo o sistema *Qualis*, criado pelos pares no âmbito das associações científicas e que classifica cada periódico como ‘internacional’, ‘nacional’ e ‘local’, acrescidos de outra subclassificação horizontal com as letras ‘A’, ‘B’ e ‘C’.

Ao discorrer sobre os “critérios e desafios da avaliação enfrentados pela Fundação CAPES”, Fico (2015, p. 1019) situa a avaliação como algo “mais do que a atribuição de notas a programas”, por se tratar também de “uma disputa orçamentária” (FICO, 2015, p. 1021) e atenta para o dever dos pesquisadores de “dizer para a CAPES – e não o inverso – o que nós consideramos internacionalização” (FICO, 2015, p. 1025).

Em relação à extensão, Tschoke (2016, p. 185) discursa sobre como este aspecto do “cotidiano universitário, em alguns casos, é negligenciado pela dificuldade que os professores têm em trabalhar de forma articulada o ensino, a pesquisa e a extensão”, fato que “também pode estar vinculado à busca em atender as metas de pesquisa, que são supervalorizadas em relação ao ensino e extensão”, ao mapear “a realidade de docentes em relação ao ensino, abordando disciplinas que discutem a temática lazer dentro dos cursos de Graduação em Educação Física”, resume que, “se por um lado a CAPES gerou, com o estabelecimento de critérios de avaliação, o fenômeno do produtivismo, por outro lado, contribuiu para o avanço da produção científica no campo do lazer, na área da Educação

Física e na área Interdisciplinar” (TSCHOKE, 2016, p. 6).

Vilaça e Palma (2015, p. 794) buscam qualificar o debate, expondo pontos de acordo e desacordo com outro artigo sobre o assunto, comparando argumentos, assim como Zuin e Bianchetti (2015, p. 730) trazem o resultado de sua busca por “entender as origens e a instauração do *publish or perish*”. Kuhlmann Jr. (2015, p. 838) busca problematizar “o argumento de que o produtivismo acadêmico seria a causa primordial dos males que afetam a produção da pesquisa”, e considera que “para além dos importantes estudos e análises que estabelecem relações entre produtivismo e práticas de má conduta científica, seja no campo ético”, também importa cuidar “para não isolar esse componente dos processos em que ocorre a prática da pesquisa” (KUHLMANN JR., 2015, p. 853). Nesta continuidade, a preocupação de uma análise identificando questões históricas, interesses de grupos e problemas nos processos de avaliação no interior dos programas de pós-graduação é revelada, e conclui o autor que “as denúncias sobre as pressões excessivas por publicações mostram que elas também se fazem presentes e interferem nos problemas de saúde [dos pesquisadores], mas não estão isoladas” (KUHLMANN JR., 2015, p. 843), atentando que “a luta por espaços de poder e por recursos precede a política produtivista” (KUHLMANN JR., 2015, p. 853).

Patrus, Dantas e Shigaki (2015, p. 3) optam por analisar se o produtivismo acadêmico ameaça a solidariedade que o torna possível, ou seja, a partir da premissa de que só é possível publicar mediante a cooperação dos pares na análise dos artigos encaminhados à publicação, destacando que tal tema é o “lado oculto e não valorizado” desta questão (PATRUS, DANTAS E SHIGAKI, 2015, p. 4), ressaltando a importância da solidariedade acadêmica no “publicar ou perecer”, e enfatiza que, “sem a dimensão da solidariedade” o sistema em si pereceria, e logo a solidariedade “se converteria em mera colaboração utilitária, tendo em vista o curto prazo e com uma perspectiva individual, pragmática, em prejuízo de uma perspectiva comunitária, sistêmica e de longo prazo” (PATRUS, DANTAS E SHIGAKI, 2015, p. 14).

A partir desta análise de como seria possível resumir a análise do produtivismo feita pelos autores nos trabalhos objeto da pesquisa, foi possível elaborar o quadro a seguir, demonstrando as formas de abordagem do produtivismo nestes estudos, separando-os por assunto, verificando que o assunto de maior incidência foi o impacto desta ideologia na profissão do docente-pesquisador, o que também se buscou nesta pesquisa.

Quadro 5 - Resumo do produtivismo apurado nas análises coletadas

2) RESUMO APURADO DAS ANÁLISES	AUTORES
Impactos no trabalho do docente pesquisador	Borsoi e Pereira (2013, p. 1226 e 1213); Bernardo (2014, p. 129-130); Bianchetti e Valle (2014, p. 89); Vosgerau, Orlando e Meyer (2017, p. 231); Pimenta (2014, p. 8); Ferraz (2012, p. 7); Girotto (2014, p. 8 e 21); Paiva (2016, p. 8); Sampaio (2016, p. 7); Nascimento (2016, p. 8); Silva (2016, p. 7), Costa (2016, p. 6), Duarte (2017, p. 10).
<i>Taylorismo acadêmico</i>	Domingues (2014, p. 245)
Autoria e Comunicação científica	Domingues (2013); Rego (2014, p. 325 e 330); Silva e Piresa (2014, p. 781)
Papel das universidades	Dias e Serafim (2015, p. 335); Araujo (2014, p. 7); Martinelli (2016, p. 9).
Prática científica	Falaster, Ferreira e Canela (2016, p. 285-286); Streck (2016, p. 538 e 542-543); Vizeu, Macadar e Graeml (2016, p. 990); Silveira (2013, p. 9)
Desafios da avaliação	Fico (2015, p. 1019 e 1025); Tschoke (2016, p. 6 e 185)
Problematizações do debate	Vilaça e Palma (2015, p. 794); Zuin e Bianchetti (2015, p. 730); Kuhlmann Jr (2015, p. 838)
Solidariedade	Patrus, Dantas e Shigaki (2015, p. 3 e 14)

Fonte: A autora, 2017.

Verificou-se que as abordagens consistiram em analisar os impactos no trabalho do docente pesquisador, algumas definições sobre o *taylorismo* acadêmico, o impacto na autoria e na comunicação científica, a mudança no papel das universidades e na prática científica, os desafios enfrentados na avaliação, as problematizações do debate e a importância da solidariedade e como esta é afetada neste mecanismo. Por tal razão, esta dissertação aborda estes aspectos à medida que se inter-relacionam com a temática.

Conforme enunciado na metodologia, o terceiro ponto principal analisado foi a hipótese de surgimento e desenvolvimento do produtivismo acadêmico do ponto de vista de cada autor, o que será feito no tópico a seguir, a fim de traçar uma cronologia de como o fenômeno se desenvolveu no território das universidades públicas federais brasileiras.

3.2 A PRODUÇÃO REGIDA PELO PARADIGMA EPISTEMOLÓGICO: ANTES E DEPOIS DAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS

A seguir será feita a análise das informações sobre as hipóteses de surgimento e desenvolvimento do produtivismo acadêmico no cenário das universidades públicas federais brasileiras. Sinaliza Sguissardi (2010) que é possível observar que, “no caso brasileiro, esse fenômeno tem sido objeto de preocupação da crítica, nos anos 1970, não exatamente nos termos de hoje, mas em que se destacam elementos que se tornariam centrais na sua forma atual”.

Aponta Sampaio (2016, p. 29-30) que o “termo produtivismo acadêmico surge a partir de uma reportagem bem polêmica veiculada no jornal *Folha de São Paulo*”. Tal reportagem, publicada em fevereiro de 1988, ficou conhecida como a “lista dos improdutivos”, e apresentava “lista com os professores da [Universidade de São Paulo] USP que não tinham produzido nada nos anos de 85 e 86”. A partir desta publicação, diversas reflexões e debates intelectuais abordando a produção literária científica foram publicados. “Apesar de ter iniciado um debate em torno da produtividade docente, o que se verificou, nos anos seguintes, foi que a prática da produção acadêmica foi se tornando hegemônica” (SAMPAIO, 2016, p. 29-30).

Schmidt (2011, p. 317), após analisar o episódio acima citado e os respectivos artigos que o debateram, aponta que, em que pese a manifestação de dois autores “a favor da elaboração e divulgação da lista com indicadores individuais de produção”, a maioria “manifestou-se contra a elaboração e divulgação da lista”, e como fundamento à crítica apontaram “a mentalidade empresarial de setores da universidade, a mediocridade da burocracia e o sensacionalismo da *Folha* pela geração do lamentável acontecimento”. O jornal então se diz representante da “sociedade civil que vem cobrar da universidade a prestação de contas de suas atividades e declara-se ético em relação aos docentes”, argumentando que apenas torna público um mecanismo interno até então desconhecido por estes (que seriam os mais interessados). Por fim, Schmidt (2011, p. 321) elucida que a crítica ao sistema de avaliação veio identificando sua estrutura e seus efeitos ideológicos e

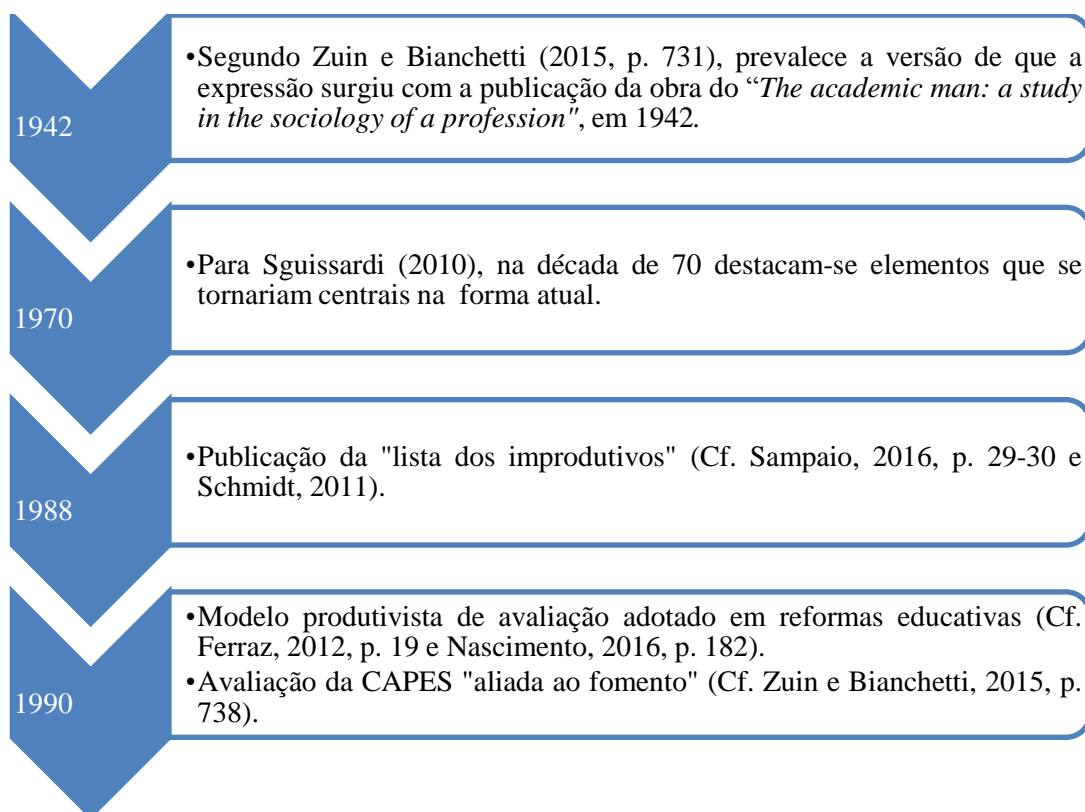
políticos como produtivismo e que “a expulsão da subjetividade permite a aplicação do modelo instrumental na apreciação da ciência e da vida acadêmica, reduzindo essa apreciação à medida e a atividade acadêmica aos seus produtos” (SCHMIDT, 2011, p. 327).

Para Zuin e Bianchetti (2015, p. 731) a expressão, no campo acadêmico, origina-se a partir de obra do “*The academic man: a study in the sociology of a profession*, do sociólogo americano Logan Wilson, publicada em 1942” e, no Brasil, “a avaliação feita pela CAPES – acoplada ao fomento – assumiu a forma que apresenta atualmente, a partir de meados da década de 1990, aquilo que foi implementado [...] conhecemos hoje, sintetizados na expressão ‘produtivismo acadêmico’” (ZUIN E BIANCHETTI, 2015, p. 738).

Ferraz (2012, p. 19) afirma que a avaliação da CAPES “tem sido alvo de questionamentos ambivalentes pelos docentes, até certo sentido, pelo modelo produtivista de avaliação adotado no contexto de reformas educativas desenvolvidas no mundo, especialmente a partir da década de 1990” – retoma-se aqui que a época a partir de 1990 foi a chamada de “era da informação” por Chiavenato (2016, p. 21). No mesmo ponto de vista, Nascimento (2016, p. 182) afirma que “nos anos 1990, o processo de mundialização do capital exigiu um novo movimento da sociedade”, o que repercutiu nas reformas da educação e trouxe “como orientação as mudanças na identidade da instituição superior, que passou a ser compreendida e sistematizada sob a perspectiva produtivista”.

Os anos de 1990 seriam reconhecidos como aqueles nos quais o Brasil transformou-se no país das reformas, demarcado por “mudanças na produção e valoração do capital”, orientadas pela “reestruturação produtivista” e pela “crescente presença, no mundo do trabalho, do trabalho imaterial qualificado e superqualificado”, ambas no contexto da acumulação flexível (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 60).

Figura 1 - Linha do tempo a partir das informações extraídas da análise de “hipótese de surgimento e desenvolvimento do produtivismo acadêmico”.



Fonte: A autora, 2017.

Alguns autores apontam para a lógica empresarial ou mercantilização, tais como Giroto (2014, p. 36), ao mencionar o seguinte fenômeno: “o intelectual engajado vai cedendo lugar para [...] o administrador da ciência, burocrata que age conforme a lógica empresarial de produção”, especificando que, para este profissional, “sua ascensão na carreira está diretamente relacionada à inserção nesta lógica”, e, então surge também, “o especialista competente, detentor de um conhecimento técnico, parcelar, mercadoria valorizada na lógica produtivista”. Nesta mesma linha, Araujo (2014, p. 113) descreve o movimento de a universidade se orientar “cada vez mais para atender as exigências do mercado, sendo considerada um empreendimento como outro qualquer, característico do mundo capitalista em que a administração deve apoiar-se nos preceitos da eficiência gerencial”, enquanto Bernardo (2014, p. 129) menciona “características típicas de mercado presentes na universidade pública” e Paiva (2016, p. 120) afirma que “a universidade está adquirindo características de empresa, na qual é avaliada de acordo com o que produz”, segundo um “pensamento positivista dominante de tudo quantificar. E isso tem gerado mudanças no desenvolvimento do trabalho docente, visto que recai sobre estes a obrigação por esta produção”, que então “se transformou em produtivismo, ou melhor, em uma

produção em série”, pois “é quase que obrigatória em virtude da avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES que exige uma produção docente significativa para manutenção dos mesmos” (PAIVA, 2016, p. 8). Ainda nesta acepção, Tschoke (2016, p. 135) defende que o produtivismo “vem do sistema de avaliação dos Programas de Pós-Graduação orquestrada pela CAPES e por outros órgãos internacionais, inserida em um espaço concorrencial” e gera o “descontentamento dos sujeitos [...] em relação aos critérios atuais” e “a necessidade do início de debates para busca de alternativas que tornem o cotidiano dos pesquisadores mais tranquilo”. Duarte (2017, p. 400) aponta para uma motivação “pela via do produtivismo acadêmico importado do mundo empresarial e imposto pelas agências de fomento e financiamento da pesquisa no Brasil”, repercutindo nos programas de pós-graduação “por meio de exigências quanti-qualitativas e da cultura de avaliação exógena, o que vem alterando o sentido e a produção do conhecimento”.

Outro diálogo comum é do ambiente das universidades com o das fábricas e corporações, tal como faz Domingues (2014, p. 226) ao comparar que “as coações e os incentivos à produção de conhecimento novo vão junto com as formas de auditagem e controle da produção, que são os expedientes administrativos comumente utilizados nas fábricas e nas grandes corporações”. Ressalte-se, ainda, a política de metas e mérito, como Silva (2016, p. 53), em sua pesquisa, ao avaliar que “o mérito é um ponto importante a ser considerado na evolução da carreira docente e, principalmente, no acesso a cargos de chefia”, e que quanto à “vinculação do mérito à produtividade [...], surgiram questionamentos acerca dos padrões avaliativos das agências de fomento à pesquisa, como a CAPES”, e Martinelli (2016, p. 51), quando afirma que a cobrança “provém das próprias instituições de ensino superior ou dos órgãos que financiam as pesquisas”, priorizando “a verticalização do ensino com a criação de pós-graduação *stricto sensu*, nessa lógica, os docentes são obrigados a atingir uma pontuação mínima para fazer parte ou mesmo se manterem na pós-graduação”, em detrimento da “extensão dos conhecimentos gerados na universidade”. Na mesma perspectiva, Borsoi e Pereira (2013, p. 1218) destacam que “o professor passou a assumir um leque de tarefas não só qualitativamente distintas, mas também, e principalmente, impactantes em termos quantitativos”, dificultando ao docente estabelecer limites para sua jornada de trabalho. Nesta pesquisa, “entre os entrevistados, o principal motivo de sofrimento e adoecimento é a exigência de produtividade científica, além do sentimento de improdutividade” (BORSOI E PEREIRA, 2013, p. 1221).

Bianchetti e Valle (2014, p. 96) também apontam para a forte influência “da política sintetizada na fórmula ‘publish or perish’ (publique ou pereça), oriunda dos [Estados

Unidos da América] EUA e que passou a ser uma das mais influentes no novo patamar a que foi induzida a PG brasileira, e porque não dizer, mundial”, assim como Falaster, Ferreira e Canela (2016, p. 286) mencionam pressões institucionais, reconhecimento dos pesquisadores mais prolíficos e a reputação do pesquisador em jogo, a cultura do *publish or perish* e sistemas financeiros de incentivos à publicação. Patrus, Dantas e Shigaki (2015, p. 5) resumem que “os argumentos favoráveis às cobranças por publicação defendem o princípio de tornar público o resultado das pesquisas, lutar contra o desperdício de recursos públicos e induzir o desenvolvimento da pesquisa em níveis internacionais”, o que justifica o modelo de avaliação. Porém, este sistema acaba por ter, como efeito, o produtivismo acadêmico.

Dias e Serafim (2015, p. 339) ressaltam que “noções como 'eficiência' e 'produtividade' [...] tornaram-se parâmetros de primeira ordem de importância, que passaram a ser perseguidos acriticamente por muitas universidades e institutos públicos de pesquisa”, apontando a “forte relação entre a disseminação do furor produtivista e a racionalidade neoliberal em sua acepção mais ampla: o produtivismo é, de certa forma, a tradução do imperativo da eficiência no âmbito da pesquisa” (DIAS E SERAFIM, 2015, p. 343). Fico (2015, p. 1023-1024) esclarece que, na universidade, a *taylorização* se traduz no “famoso aluno profissional em bolsa, que começa a pesquisar na graduação, passa para o mestrado e vai para o doutorado estudando sempre o mesmo tema” e, por fim, “não sabe dar aula, nunca deu aula e não tem familiaridade com outras temáticas”.

Vilaça e Palma (2015, p. 796) apontam para a “pressão por publicação decorrente do modelo cientométrico/bibliométrico”, relacionando-o, no Brasil, ao “modelo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES”, enquanto Vizeu, Macadar e Graeml (2016, p. 992) reconhecem que “nos últimos anos, têm-se intensificado no Brasil os questionamentos sobre avaliações quantitativas, que supostamente garantiriam a qualidade das pesquisas”, mas esclarecem que “o produtivismo não decorre apenas da existência de métricas ou outros incentivos para a busca de resultados práticos”, está também na estrutura da sociedade contemporânea (VIZEU, MACADAR E GRAEML, 2016, p. 998). Tal entendimento é visível também no posicionamento de Sampaio (2016, p. 79), quando afirma ser o momento de “intensificarmos o debate [...] em torno da configuração atual da publicação de nossos trabalhos científicos, tendo em vista a melhoria contínua da pós-graduação brasileira e sua inserção crítica no mercado científico mundial”.

Alguns apontam prioritariamente as *consequências* do produtivismo, como o faz

Rego (2014, p. 340-341) ao explicar a “pressão pela publicação gerando fatiamento, com artigos imaturos, repetitivos ou "requeitados", plágio e coautorias falsas, crescimento da demanda de pareceres pelo corpo editorial, proliferação de periódicos, surgimento de editoras predatórias” e Streck (2016, p. 544) questiona se “essa proliferação contribui para qualificar a pesquisa ou se serve, prioritariamente, para engordar currículos e estatísticas de instituições”, realçando que precisamos “dar-nos conta de que a quantidade sem a qualidade é inócua”. Silva e Piresa (2014, p. 786), avaliando as mudanças na comunicação científica, retratam o momento no qual “o sistema de qualificação dos periódicos interessantes para a pós-graduação, o *Qualis*/CAPES, tornou-se o principal parâmetro para docentes e discentes de pós-graduação em relação à escolha de onde irão escoar sua produção”.

Resumidamente, sobressai a avaliação do surgimento do produtivismo a partir:

Quadro 6 - Informações extraídas da análise de “hipótese de surgimento e desenvolvimento do produtivismo acadêmico”.

3) hipótese de surgimento e desenvolvimento do produtivismo acadêmico	AUTORES
- da mercantilização da universidade	Giroto (2014, p. 36); Araujo (2014, p. 113); Bernardo (2014, p. 129); Paiva (2016, p. 120); Tschoke (2016, p. 135); Duarte (2017, p. 400); Domingues (2014, p. 226).
- política de metas e mérito	Silva (2016, p. 53); Martinelli (2016, p. 51); Borsoi e Pereira (2013, p. 1218); Bianchetti e Valle (2014, p. 96); Falaster, Ferreira e Canela (2016, p. 286); Patrus, Dantas e Shigaki (2015, p. 5); Dias e Serafim (2015, p. 339 e 343); Fico (2015, p. 1023-1024); Vilaça e Palma (2015, p. 796); Vizeu, Macadar e Graeml (2016, p. 992).
- descrevendo prioritariamente suas	Rego (2014, p. 340-341); Streck (2016, p. 544); Silva e Piresa (2014, p. 786).

A partir da leitura da literatura sobre o assunto, verificou-se que, a partir da instituição de política de metas e mérito e do fenômeno chamado de mercantilização da universidade, adotou-se o *produtivismo acadêmico*, que tem como consequências, dentre outras, (1) o risco de obsolescência, algo comparado com a obsolescência programada que fomenta o consumismo; (2) a mercantilização do conhecimento; (3) a sujeição ao *Qualis* e ao Fator de impacto e (4) a perda de autonomia dos pesquisadores.

3.2.1 O risco de obsolescência

Giroto (2014, p. 26-27) explica como se aplica a obsolescência aos produtos, diferenciando-a entre a “programada” e a “planejada”, sendo a primeira para “produtos pensados e produzidos para não durarem”, e a segunda “pela qual se cria, em torno do produto, um aparato midiático que faz com que, apesar de continuar em condições de uso, o mesmo seja trocado pelo seu usuário por um mais ‘moderno’, adaptado aos desígnios da moda”. Assim, aplicado à produção científica, “os conhecimentos passam a ser cada vez mais incorporados à necessidade de se produzir novidades em menor tempo”, transformando o conhecimento “em mais uma mercadoria como tantas outras”.

Schmidt (2011, p. 330-331), ao enfatizar a padronização e precariedade do desenvolvimento científico, enumera a citação de bibliografia recente como um dos fundamentos do dinamismo rápido e raso do consumo, surgindo, mesmo na ciência, a conveniência da troca de referências num limite temporal de 5 anos, aderindo a discursos que pregam a obsolescência de tudo que não foi pesquisado ou escrito recentemente. Assim, sinaliza o perigo da adoção desta política pelas ciências sociais e humanas, nas quais o uso de autores clássicos é relevante.

Domingues (2014, p. 233-234) esclarece que, “com o sistema vascularizado pelo *money* [...] haverá [...] a obsolescência programada dos resultados das pesquisas e dos artefatos tecnológicos”, e Silveira (2013, p. 96) explica que “é a *tara do agora* que gera a tensão em busca do novo que, em poucos instantes, se transforma em velho e obsoleto”.

Este receio pode ter como fundamento três argumentos, o primeiro, em não ser citado por ter sua publicação mais de três ou cinco anos, o segundo, de ser considerado improdutivo por não ter publicado nos últimos anos, a exemplo do que aconteceu no episódio que ficou conhecido como “lista dos improdutivos”, e o terceiro, a avaliação trienal da CAPES, ou seja, serão considerados os artigos publicados nos últimos três anos para fins de contagem de ponto. Em qualquer hipótese, pode-se dizer ser uma justificativa

para a preocupação com a publicação incessante, mesmo antes do tempo de maturação da pesquisa, levando a publicações ainda imaturas ou que, claramente identificável como mais do mesmo, ou seja, a mesma coisa dita de outra forma, ou, o que seria pior, a mesma coisa dita da mesma forma em outro lugar, o que ficou conhecido na prática acadêmica como *autoplágio*, que consistiria em o pesquisador publicar copiando o próprio texto. Sendo o plágio um conceito inexistente na legislação brasileira, a reflexão sobre a possibilidade real ou não de uma “autocópia” é ainda mais desafiadora, optando-se por deixá-la de fora do escopo desta pesquisa, sendo certo que não foi possível confirmar ser o risco de obsolescência um fator que contribui para o produtivismo e/ou para o chamado autoplágio.

3.2.2 A mercantilização do conhecimento

Quanto à mercantilização da ciência, Vilaça e Palma (2013, p. 475), sob o conceito de *periodicocracia*, que estabelece como quantitativo mínimo um determinado número de pontos no período de avaliação, sugerem que relatórios de pesquisas poderiam ser mais produtores caso o objetivo fosse o combate à ociosidade ou malversação dos recursos. Sobre a necessidade de publicizar produções acadêmicas, sugerem que, sendo requisito indispensável, todos os periódicos deveriam ter o mesmo valor *a priori*.

Trein e Rodrigues (2011, p. 772) fazem um retorno a Freud e Marx em busca de melhor compreensão sobre a importância do trabalho, de onde surgiram as regras do produtivismo e do motivo da adesão dos pesquisadores ao modelo imposto, fundamentando o conceito de *fetichismo* da mercantilização do conhecimento. Reconhecem, conforme Marx, que pela mediação do trabalho modifica-se o mundo e a si mesmo, pugnando, com base em Freud, por uma mudança da relação dos seres humanos com a propriedade (TREIN E RODRIGUES, 2011, p. 774) para, enfim, argumentarem pela mercantilização do conhecimento científico, perspectiva sob a qual só tem valor se tiver valor de troca, se for conversível em outra mercadoria, ou seja, se puder, de alguma forma, ser mercantilizado (TREIN E RODRIGUES, 2011, p. 776). À ideia de conhecimento *fetichizado* de Trein e Rodrigues, Vilaça e Palma (2013, p. 469) adicionam que “o capital produzido pelo produtivismo cria [...] a *egofetichização*, [...] expressa na elevação do reconhecimento” acadêmico, “das possibilidades de empregabilidade e avanços na carreira, bem como da *financiabilidade*” – termo utilizado para designar o poder de captar recursos e ganhar editais, “e *publicabilidade*” – termo utilizado para mensurar a chance de ter um artigo publicado, uma vez que não são claras as premissas para esta aprovação, sendo

questionável se o currículo pode contar mais do que as ideias em si. Realçam a criação do que designam como um círculo virtuoso ou vicioso, “expresso na seguinte equação: Mais e “melhores” publicações = “bom” currículo = mais chances de publicar” (VILAÇA E PALMA, 2013, p. 469).

A obra de Sguissardi e Silva Jr. (2009) é citada em diversos artigos sobre o tema, tornando-se uma referência no assunto da intensificação do trabalho docente. Barsotti (2011, p. 588) a analisa mais detidamente, ressaltando duas implicações do produtivismo: o pragmatismo e a mercadorização da ciência e da inovação tecnológica, e explica que tal obra trabalha ao menos cinco questões importantes:

a forma como as instituições concretizam as diretrizes e metas oficiais, como sujeito coletivo, por meio da prática universitária; os traços mais significativos do processo da identidade institucional pós-reforma; o trabalho e a identidade do professor universitário transformado em função da reforma; a reação do professor à racionalidade utilitária e pragmática da reforma no âmbito cotidiano; e as consequências da precarização do trabalho do professor-pesquisador para sua vida pessoal (BARSOTTI, 2011, p. 589).

Conclui Barsotti (2011, p. 590) que há, por parte da obra, uma contribuição “para a percepção de que esse professor também “se fatiga, adocece e ‘morre’ um pouco a cada minuto de suas práticas universitárias””.

Bernardo (2014, p. 129) aponta como o fenômeno conhecido como mercantilização do desenvolvimento científico impacta o trabalho docente, a partir de uma pesquisa qualitativa realizada em universidade pública federal com quatro docentes de diferentes áreas, na qual ressalta que a prática das universidades nos mais diversos países tem se pautado pelas diretrizes da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial (BM), que pregam reformas nos serviços públicos visando à redução de custos, à eficiência e à produtividade (BERNARDO, 2014, p. 130), e traz um dos relatos no qual uma docente exemplifica sua percepção com uma imagem do atletismo: “aumentaram a altura da vareta do salto em altura” (BERNARDO, 2014, p. 133-134).

Ao comparar o modelo produtivista aplicado nas fábricas com o a universidade, Bernardo (2014, p. 135) destaca o discurso legitimador passível de distorcer a realidade, bem como o exercício de uma profissão que, embora escolhida, torna-se causadora de cada vez mais sofrimento, por não causar mais a mesma realização de antes. Por fim, conclui satisfatoriamente a relação do modelo fabril com o adoecimento dos docentes, apesar de uma provável diferença qualitativa do trabalho: “o desgaste decorrente é evidenciado em todos os relatos e, não por acaso, se dá no nível mental, aspecto mais importante para o

bom desenvolvimento do trabalho dos professores” (BERNARDO, 2014, p. 137).

3.2.3 A imperativa adequação ao *Qualis* e ao Fator de impacto

Barata (2016, p. 16) explica que a função do *Qualis* “é auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES”, servindo como “um dos instrumentos fundamentais para a avaliação do quesito produção intelectual, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo”.

Domingues (2014, p. 239) salienta que o *taylorismo* acadêmico “promove a troca da qualidade pela quantidade, a profundidade da velocidade e o mérito pela performance (índice de impacto)”, o que demonstra que o índice de impacto passa, então, a ser visto como indicativo da performance do pesquisador e, conseqüentemente, este se sentirá inclinado a se adequar ao modo de avaliação próprio de sua prática profissional, ainda que esta avaliação tenha algumas impropriedades, conforme se verificará a seguir.

Um dos casos que causam preocupação é o trazido por Rego (2014, p. 331), ao relatar que, na área de humanas, os temas “costumam ser mais voltados aos problemas nacionais; por isso estão menos internacionalizados e têm fator de impacto relativamente mais baixo do que em outras áreas”.

Outra perspectiva que se ressalta é a trazida por Sampaio (2016, p. 124), quando analisa que “o século XXI traz um diferencial em relação a forma da publicação científica” ao valorizar “o artigo científico (de preferência o publicado em periódicos com alto Fator de Impacto) em detrimento das obras de fôlego, registradas em livros, contendo, às vezes, vários tomos, fato que foi bem característico do século passado”, sendo certo que escrever um livro ainda requer esforço mais elaborado, considerando-se que dificilmente um livro convence se tiver cerca de vinte páginas, como, de costume, têm os artigos. Por outro lado, a imposição de metas pode contribuir para que não só os pesquisadores, mas toda sociedade, prefira ler um trabalho de cerca de vinte páginas, específico quanto a um determinado assunto, a um livro ou enciclopédia com diversos tomos, por isso se pode considerar a prioridade dada à publicação de artigos como uma imposição própria da contemporaneidade.

Silva e Piresa (2014, p. 787) salientam que o fator de impacto é definido pela *Thompson Reuters Corporation*, e Pimenta (2014, p. 200) explica que isso tem como consequência que “as revistas, para terem o seu fator avaliado, precisam associar-se a esta

organização e pagar uma taxa”.

Zuin e Bianchetti (2015, p. 740) analisam que “talvez nunca a palavra impactar tenha estado tão associada com a palavra aparecer, de preferência de forma espetacular”, na significação de que “publicar numa revista desse porte [Nature, com FI de 36.280] rende dividendos que se espraiam para toda a vida do ator/pesquisador”. A repercussão disso, como apontam Dias e Serafim (2015, p. 345) é que “é razoável esperar que as instituições busquem orientar suas atividades na direção sinalizada por quem avalia, de modo que o ‘modelo CAPES’ acaba por produzir uma hierarquia na qual a produção científica ocupa posição central”, embora esta prática tenha sido apontada como uma distorção da finalidade do fator de impacto por Barata (2016, p. 17), ao afirmar que o “*Qualis Periódicos* não é uma base bibliométrica e não permite o cálculo de nenhuma medida de impacto dos periódicos nele incluídos”, conforme crítica já trazida neste trabalho na citação feita no item 2, no sentido de que a classificação não deve ser utilizada para escolha do periódico para a publicação.

Importa dizer que a qualificação da revista, embora tenha sido criada como uma avaliação *a posteriori*, acaba por determinar o que e como publicar e, além de ser um instrumento de comunicação, passa a ser também preocupação dos pesquisadores as estratégias para o aumento da citação para alcançar maior fator de impacto, razão pela qual esta consequência surge com frequência associada à literatura que aborda o produtivismo.

Por fim, em referência à importância dada às citações, trazem Vilaça e Palma (2013, p. 478-479) importante questionamento quanto aos artigos amplamente citados e posteriormente retratados ou cancelados, sendo certo que seu alto índice de citação pode decorrer de fatores diversos da relevância e inovação da pesquisa, tais como metodologia e/ou argumentos polêmicos e/ou conclusões mirabolantes.

3.2.4 Desafios para a autonomia acadêmica

A relação da dimensão objetiva (normas) do sistema de pós-graduação, atualmente estabelecido no Brasil pela CAPES, com a dimensão subjetiva (percepção dos envolvidos), também surge como preocupação abordada pelos pesquisadores. Assim, o conceito de assédio moral torna-se pertinente para avaliar se o comprometimento da autonomia do pesquisador relaciona-se com elementos caracterizadores do assédio moral. Ou seja, com o império da dimensão objetiva, a favor da padronização que seria imposta, a princípio, pelas normas de avaliação, é possível verificar nas pesquisas sobre o produtivismo elementos

tais como perseguição, exclusão e pressão psicológica. Ressalte-se que esta análise é feita “a princípio”, pelo perigo de considerar a CAPES como um ser fora da realidade dos pesquisadores e que os tornam vítimas acríicas, desconsiderando que, além de serem os profissionais que têm na reflexão seu ofício, em última análise, as regras são criadas, absorvidas, cumpridas e reproduzidas *para e pelos* pesquisadores, sujeitos ativos e passivos destas normas. Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 55) mencionam um “empobrecimento identitário sob a lógica do capital”, pois o “que antes podia ser relativamente deliberado passa a ser naturalizado pelo professor-pesquisador, que nada reflete sobre como suas relações com a universidade e o mercado estão intensificando seu trabalho e tirando-lhe o tempo do lazer” e, na prática, “ao naturalizar a identidade da nova instituição universitária ele passa a internalizar outra natureza de sociabilidade”.

Iniciando, ao comentar a “fetichização” trazida por Trein e Rodrigues (2011), Machado e Bianchetti (2011, p. 244) buscam demonstrar a submissão dos pesquisadores às regras de produção, ou seja, ainda que considerem que sua produção seja mais relevante do que as formas de avaliação, o papel central desta avaliação no desenvolvimento econômico e social tiram sua autonomia, colocando-o na mesma posição do trabalhador empregado em fábricas. Argumentam ainda que, embora seja o capital que precise do conhecimento gerado pelos trabalhadores-pesquisadores para reproduzir-se, estes trabalhadores vivenciam a intensificação e alienação do seu trabalho, o que demonstra o desafio de exercer seu poder (MACHADO E BIANCHETTI, 2011, p. 244). Enquanto reconhecem as críticas ao governo/CAPES, Machado e Bianchetti (2011, p. 245) ressaltam a acomodação entre pesquisadores, em humilhante resignação, carregada como fardo típico do ofício. Neste ponto sugere-se a compreensão desta analogia lendo-se tal submissão como “subordinados juridicamente”, uma vez entendido que não há mais “subordinação pessoal” nas relações de trabalho – em tese – ainda que o docente-pesquisador das universidades públicas não se adeque ao conceito de empregado, para fins de direitos trabalhistas. A fim de esclarecer o conceito da subordinação na relação de trabalho, explica Delgado (2016, p. 312) que

a subordinação jurídica é o polo reflexo e combinado do poder de direção empresarial, também de matriz jurídica. Ambos resultam da natureza da relação de emprego, da qualidade que lhe é ínsita e distintiva perante as demais formas de utilização do trabalho humano que já foram hegemônicas em períodos anteriores da história da humanidade: a escravidão e a servidão.

Adiante, indica que pode-se entender que tal subordinação decorre do contrato de

trabalho, pelo qual o trabalhador acolhe o poder diretivo (dimensão clássica ou tradicional), pela integração do trabalhador aos fins e objetivos do empreendimento do tomador de serviços (dimensão objetiva) ou pela inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de seus serviços (dimensão estrutural) (DELGADO, 2016, p. 313-314). Dal Rosso (2008, p. 25) elucida que

os vendedores da força de trabalho não ficam completamente à mercê dos empregadores por duas razões. A primeira é sua capacidade de luta e sua força de resistência. A segunda é a existência prévia de padrões de intensidade construídos através do tempo e que os trabalhadores assumem como referência.

Deste modo, a intensidade permaneceria sendo “objeto de eterna disputa entre capitalistas que exigem labutar com mais empenho e trabalhadores que resistem e buscam manter seus ritmos e cargas definidas pessoal ou grupalmente” (DAL ROSSO, 2008, p. 25).

Importante questão trazida também em outros artigos, a qual destaco em Machado e Bianchetti (2011, p. 248), por comparar a aceleração da esteira de fábrica com as mudanças impostas aos programas de pós-graduação, é que tais normas não contaram com a opinião dos pesquisadores, principais envolvidos, nesta reformulação (texto entre colchetes inserido):

Os consensos relativos à tríade educação, ciência e tecnologia foram construídos fora das universidades, mas trazidos para seu interior por intermédio dos governos, assessorados pelos organismos internacionais[...]. Daí a surpresa dos docentes [brasileiros] com as mudanças irradiadas pela CAPES em meados de 1990, que se fizeram sentir inicialmente pelo controle do tempo de titulação (dois anos para mestrado e quatro para doutorado).

Machado e Bianchetti (2011, p. 249) quando demonstram a inserção do trabalho intelectual de pesquisa no processo de produção comum às fábricas, ainda que não haja uma relação trabalhista subsumida ao conceito previsto na legislação trabalhista brasileira, destacam que “as universidades, no seu segmento de pesquisa, viraram reféns do capital e os pesquisadores a mais nova categoria de trabalhadores explorados, sem necessidade de fábricas nem de esteiras mecânicas nem de cartões de ponto”. E assim continuam, demonstrando a redução do trabalho intelectual às rotinas de fábrica, restando aos pesquisadores integrar a força-tarefa da máquina científica, produzindo de forma alienada ao exercício da crítica e excluídos das decisões que controlam a ciência, a universidade, e, por consequência, seu próprio cotidiano e a humanidade (MACHADO E BIANCHETTI,

2011, p. 244-251). Por fim, concluem sua crítica ao conformismo demonstrado pelos pesquisadores, trabalhadores “sem tempo” para refletir – e lutar pelos seus direitos: “podemos recuperar a potência dos pesquisadores e convidar ao empoderamento, pois o que esperar da classe trabalhadora [...] – se assistimos a tal “apagão” dos intelectuais?” (MACHADO E BIANCHETTI, 2011, p. 252).

Mendonça (2014, p. 121) conjuga a análise da dimensão subjetiva dos pesquisadores com o processo de medicalização da vida, denunciando que “os docentes vêm fazendo uso progressivo de medicamentos, tanto para atenuar o sofrimento causado pelas condições adversas de trabalho, quanto para aguçar a capacidade cognitiva, com vistas ao aumento de sua “produção de conhecimento”. Por outro lado reflete sobre haver, de fato, alguma intenção no sentido de alienar os pesquisadores, quando afirma que “sem querer soar conspiratório, não há como não pensar que o sistema quer justamente nos ocupar em tempo integral com (in)utilidades, de modo a não dispormos mais de espaço para pensar – na acepção estrita da palavra”, uma vez que, em que pese a universidade ser o “*locus classicus* da atividade do pensamento”, esta intenção poderia colocá-lo em risco (MENDONÇA, 2014, p. 122).

Conforme sugerem Dias e Serafim (2015, p. 347), “ora, quem cotidianamente reproduz os padrões da CAPES ou do CNPq se não os próprios docentes e pesquisadores?”. É possível concluir que na pós-graduação o “calouro” entende as regras do trabalho e, mesmo inexperiente, já anseia pela produção, isto quando não é obrigado a produzir desde o início.

Tais análises conduzem à reflexão sobre o possível cenário de assédio moral causado, o que será analisado no item a seguir.

3.3 A INFLUÊNCIA DOS MODELOS DE PRODUÇÃO NO AMBIENTE ACADÊMICO: À SOMBRA SUTIL DO ASSÉDIO

Diante das normas de avaliação atualmente instituídas, cabe refletir sobre o impacto que as mesmas têm sobre o ambiente de trabalho dos pesquisadores envolvidos nos PPGs, sobretudo os que dependem exclusivamente de verba pública, conforme sintetiza Vilaça (2013, p. 208): “Assumir uma postura resistiva ao sistema de avaliação, negando-se a se ajustar às suas normas, é o primeiro passo para o definhamento do PPG”. A preocupação com o assunto publicável, com o fator de impacto no momento da escolha do veículo de publicação, com o retorno que a pesquisa trará em termos de recursos e *status*, além de

afronta à subjetividade do pesquisador, possibilita a perda de oportunidade de conhecimentos inimagináveis, considerando os que surgem no decorrer da pesquisa, enquanto inviável seu conhecimento prévio ou sua expectativa. Igualmente importante é buscar a compreensão do ponto de partida desta inquietação: são mesmo as normas de avaliação ou haveria mais fatores, ainda que obscuros?

Observa-se em algumas ocasiões na história que a corrida pela inovação é tão grande que alguns pesquisadores chegam dar nomes novos a velhos temas. Um bom exemplo é o tema da ética em pesquisa. A partir da Declaração de Nuremberg¹⁷, houve neste tema preocupações inerentes aos voluntários da pesquisa, aos métodos utilizados e à conduta do pesquisador, incluindo aí o uso de recursos públicos e privados. Atualmente estes elementos passaram a fazer parte de um tema “novo” denominado de Integridade Científica. Este fenômeno pode apontar, mas não necessariamente, para a busca de um novo espaço no mundo acadêmico, com novas disciplinas, chances de fomento e a possibilidade da criação de castas de mestres e doutores. Paradoxalmente a ideia de integridade acaba por se perder em interesses de grupos e de indivíduos. Corroborando esta percepção, Mendonça (2014, p. 119) elucida que, embora se pretenda valorizar a inovação, o que se verifica é a “incômoda sensação de *déjà vu*” que, embora injustificável, ocorre a partir da dificuldade em “realizar algo significativo diante da obrigação de uma produtividade em escala quase industrial”. Nas palavras do Professor Blanch, da Universidade de Bolonha, entrevistado por Bianchetti (2010, p. 278), “a criação ou eliminação de especialidades vêm dadas mais por critérios mercantis do que por critérios acadêmicos”. Na ânsia do destaque profissional por inovação, a nova roupagem para antigos debates torna-se cada vez mais aparente.

Para observar mais profundamente estas tensões, cabe trazer aqui o conceito de racionalidade (técnica, econômica, científica, social, política, legal etc) das organizações, concepção que fundamenta a Administração Científica de Taylor (1858-1915), quando busca descobrir e aplicar a melhor maneira para alcançar o desempenho satisfatório (CHAVIENATO, 2016, p. 59). Neste contexto, tem-se como racional a organização “se os meios mais eficientes são escolhidos para alcançar os objetivos desejados”, e nesta escolha “são levados em consideração apenas os objetivos organizacionais, e não os objetivos pessoais dos participantes” (CHAVIENATO, 2016, p. 58), ou seja, a dimensão objetiva

¹⁷ O Código de Nuremberg é um conjunto de princípios éticos criado a partir do julgamento dos médicos nazistas pelo Tribunal de Nuremberg, na década de 40, que passou a reger a pesquisa com seres humanos a partir dos anos 60.

sobrepõe-se às diversas subjetividades na busca pelo resultado almejado. Isto porque se tem a racionalidade individual como limitada, considerando-se que, além de subjetiva é estritamente pessoal, servindo de ferramenta para contribuição pessoal para a organização “à medida que [cada indivíduo] percebe que lhes trazem retorno proporcional aos seus investimentos”, ou seja, conforme haja reciprocidade (CHIAVENATO, 2016, p. 161). Até por ser impossível que o indivíduo isoladamente considerado consiga perceber e interpretar seu ambiente em sua totalidade, busca sua parte ou amostra da situação suficiente para suas tomadas de decisão (CHIAVENATO, 2016, p. 161).

O conceito de eficiência surge como resultante da racionalidade, pois esta permitirá, com “os recursos disponíveis, alcançar o objetivo da maneira mais eficiente” (CHAVIENATO, 2016, p. 59). Cumpre esclarecer que por eficiência se compreende a ênfase nos resultados (e não nos meios), priorizar objetivos e otimizar utilização dos recursos (CHAVIENATO, 2016, p. 86). A eficácia, por sua vez, seria o alcance dos objetivos organizacionais mantendo o sistema interno e adaptando-se ao ambiente externo, esta sim preocupada com a satisfação dos sujeitos, com as boas relações interpessoais e com o baixo absenteísmo (CHAVIENATO, 2016, p. 92). Nesta interação, é preciso ter em vista que “as pessoas passam a maior parte de seu tempo nas organizações das quais dependem para viver, e as organizações são constituídas por pessoas sem as quais não poderiam existir”, ou seja, é preciso haver cooperação entre duas ou mais pessoas para que a organização alcance seus objetivos (CHAVIENATO, 2016, p. 97). Neste ponto as pessoas podem ser analisadas como pessoas – com personalidades e individualidades, aspirações, motivações e objetivos pessoais, ou como recursos da organização – portadoras de habilidades, capacidades, experiências, destrezas e conhecimentos (CHIAVENATO, 2016, p. 104). Se há até bem pouco as pessoas eram tratadas como insumos da organização, atualmente se verifica que esta perspectiva gera, além de conflitos, problemas de qualidade e de produtividade (CHIAVENATO, 2016, p. 104). Assim, a diversidade é atualmente enfatizada, pois “quanto maior a diferenciação, maior o potencial de criatividade e inovação” (CHIAVENATO, 2016, p. 106).

No cenário acadêmico, a fim de subsidiar a análise da percepção das regras de avaliação pelos pesquisadores é que se buscou, a partir da pesquisa a artigos com as palavras “produtivismo” e “acadêmico”, conhecer os argumentos trazidos pelos que percebem o atual cenário de desenvolvimento da ciência como intensificação, para, então, passarmos à análise das relações estabelecidas.

A partir da premissa que, para ao menos alguns pesquisadores, o intenso trabalho de

produção intelectual exigido na avaliação tem sido percebido como intensificação, se faz oportuno analisar como ficam: a priorização da quantidade sobre a qualidade, a liberdade intelectual e a autonomia dos pesquisadores neste sistema de metas, e como esta relação afeta o ambiente de trabalho e, por fim, como normas de avaliação padronizam comportamentos, instrumentalizando seus atores, o que será feito a seguir.

Ensina Dal Rosso (2008, p. 20) que a intensidade é condição intrínseca de qualquer trabalho, uma vez que (1) este envolverá gasto de energia com esforço do trabalhador, tendo “a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar”, e (2) parte de uma análise da pessoa do trabalhador, no que se refere ao empenho (físico, intelectual ou psíquico) que lhe é exigido, e, para sua realização, o trabalhador faz “uso das relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores sem as quais o trabalho se tornaria inviável” (DAL ROSSO, 2008, p. 21). Significa dizer que, mais que coletivo, o trabalho é essencialmente relacional. Dal Rosso (2008, p. 21) prossegue elucidando que na análise da intensificação do trabalho, as relações de cooperação com o coletivo de trabalhadores são conjugadas com “as relações familiares, grupais e sociais que acompanham o trabalhador em seu dia-a-dia”, pois servem tanto como problemas quanto como potencialidades construtivas, e “no capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade” volta-se para a maior exigência no consumo de energias do trabalhador, ou seja, “quanto maior é a intensidade, mais trabalho é produzido no mesmo período”. Neste passo, em economia, intensidade é um dos elementos da produtividade, pois o aumento da produção pode se dar por outros meios que não envolvem somente a relação homem x trabalho (intensidade) do labor (DAL ROSSO, 2008, p. 25), mas podem, por outro lado, se dar em decorrência da majoração do esforço exigido (DAL ROSSO, 2008, p. 27), estando a produtividade mais relacionada ao efeito das transformações tecnológicas (DAL ROSSO, 2008, p. 29). Resumindo a intensidade refere-se à produção, e a produtividade refere-se ao aumento da intensidade, a partir da possibilidade que o trabalhador tem de produzir mais diante de uma administração eficiente do trabalho. Verifica-se, então, que a repercussão sobre o trabalho humano é um ponto-chave na distinção destes conceitos.

Outro ponto importante é a associação sociológica da intensidade com as regras gerais, como condição do trabalho e decorrente de normas de conduta, com a habitualidade, com o padrão de organização, independente “dos desejos, das vontades e das características específicas de cada trabalhador” (DAL ROSSO, 2008, p. 43), ou seja, relaciona-se mais à dimensão objetiva do ambiente (ou da condição) de trabalho do que à dimensão subjetiva.

Conforme Paiva (2016, p. 84) “o docente pode ser definido como um trabalhador produtivo e como improdutivo, tendo como característica fundamental a capacidade de produzir mais-valia”. Neste ponto se faz importante analisar o pesquisador/docente como trabalhador, e como sua relação de trabalho foi e é impactada pela ideologia produtivista.

Explica Oliveira (2011, p. 60) que “os métodos do *Taylorismo* e posteriormente do *Fordismo* necessitavam do operário sadio, com baixo índice de absenteísmo e alta produção”, e, com este objetivo, o médico especialista nas relações de trabalho serviria para selecionar trabalhadores mais aptos à produção. A primeira norma de Medicina do Trabalho seria a Recomendação nº 112 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicada em 1959 (substituída atualmente pela Recomendação nº 171 da OIT), designando, nos locais de trabalho ou suas imediações, um serviço destinado a proteger os trabalhadores contra os prejuízos à sua saúde causados pelo trabalho ou pelas condições nas quais este se efetue, a adaptar física e mentalmente os trabalhadores, colocando-os em lugares de acordo com suas aptidões, estabelecer e manter o bem-estar físico e mental destes. Este serviço, prestado por médico especificamente contratado pelas empresas para este ofício, considera que, com este acompanhamento, os donos do negócio teriam mais lucratividade. Tanto que logo a Administração se apropria desta recomendação para, com a ajuda da Medicina, extrair do trabalhador o máximo de sua produtividade.

Naquele contexto pós segunda-guerra, o custo provocado pela perda de vida por acidentes ou doenças de trabalho começou a prejudicar financeiramente empregadores e companhias de seguro. Surge então a Saúde Ocupacional, a partir da organização de equipes multiprofissionais, com o desenvolvimento do conceito de “higiene industrial”. A partir do tratamento do ambiente de trabalho como questão de saúde pública, nos Estados Unidos, “a saúde ocupacional passa a ser considerada como um ramo da saúde ambiental” (Mendes e Dias, 1991, p. 343), no qual o enfoque médico e epidemiológico perdem espaço paulatinamente. A OIT defende que “o trabalho deve respeitar a vida e a saúde do trabalhador, permitir tempo suficiente para as necessidades de repouso e lazer, propiciando, ainda, que o trabalhador sirva à sociedade desenvolvendo, ao mesmo tempo, suas aptidões pessoais” (OLIVEIRA, 2011, p. 66).

No Brasil, a reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) na década de 70 inseriu a preocupação com a Saúde Ocupacional, e então em 1977, a partir do artigo 155¹⁸,

¹⁸ Art. 155 da CLT – Incumbe ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho: (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

restou autorizada a edição das Normas Regulamentadoras (NR) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – atual Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), mediante a Portaria nº 3.214/78 (OLIVEIRA, 2011, p. 64). Em 1986 é realizada conferência em Brasília na qual o relatório final estabelece que “o pleno exercício do direito à saúde implica garantir trabalho em condições dignas, com amplo conhecimento e controle dos trabalhadores sobre o processo e o ambiente de trabalho” (OLIVEIRA, 2011, p. 69).

Conforme relatam Mendes e Dias (1991, p. 344), o modelo de Saúde Ocupacional “não concretiza o apelo à interdisciplinaridade: as atividades apenas se justapõem de maneira desarticulada e são dificultadas pelas lutas corporativas”. Surge então a Saúde do Trabalhador, disciplina que enfim coloca o trabalhador como parte do processo, protagonista na transformação das condições de trabalho e não mais apenas objeto da ação dos serviços de saúde. Lacaz (2007) aborda a Saúde do Trabalhador como campo da Saúde Coletiva, referenciando tratar-se de área com “eficácia política de um discurso contra-hegemônico que, ao produzir conhecimentos e práticas compartilhados com os dominados, visa a elevar sua consciência sanitária, rompendo com uma rede de relações de poder” (LACAZ, 2007, p. 758), pois a classe operária participa de sua construção e desenvolvimento, enquanto sua antecessora, a Saúde Ocupacional, contribui para a alienação e desinformação do trabalhador, por ser um modelo no qual os profissionais de saúde ditam as regras a serviço do capital. Lacaz (2007) diferencia a Saúde Ocupacional da Saúde do Trabalhador também pela forma de abordagem: a Saúde Ocupacional trata o trabalhador como paciente, por ela se busca selecionar os trabalhadores mais aptos às condições de trabalho oferecidas pela empresa, que tenta se adaptar aos seus trabalhadores. Tudo isto sem considerar a subjetividade do trabalhador, suas percepções e expectativas quanto ao trabalho.

A inclusão do Estado na relação como responsável pela saúde como direito do cidadão e do trabalhador possibilitou à classe operária a obtenção da informação quanto a sua saúde. Por sua vez, a Constituição da República de 1988 eleva o trabalho a ferramenta

I - estabelecer, nos limites de sua competência, normas sobre a aplicação dos preceitos deste Capítulo, especialmente os referidos no art. 200; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

II - coordenar, orientar, controlar e supervisionar a fiscalização e as demais atividades relacionadas com a segurança e a medicina do trabalho em todo o território nacional, inclusive a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

III - conhecer, em última instância, dos recursos, voluntários ou de ofício, das decisões proferidas pelos Delegados Regionais do Trabalho, em matéria de segurança e medicina do trabalho. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

de dignidade e de erradicação da pobreza, a exemplo dos artigos 3º¹⁹, 6º²⁰, 200, inciso VIII²¹ e, ainda, em seu artigo 205²². Também garante o direito ao meio ambiente equilibrado em seu artigo 225²³, o que se aplica inclusive ao ambiente de trabalho e à esfera jurídica do convívio social nas organizações em geral.

A Saúde do Trabalhador se constitui, então, como ramo da Saúde Pública com o objetivo de cuidar do processo saúde e doença dos grupos humanos na sua relação com o trabalho, buscando a apropriação dos trabalhadores da dimensão humana da atividade que desenvolvem, tomando tal atividade como o organizador da vida social. O trabalhador passa a atuar, assim, como ator principal na construção da experiência de trabalho, buscando “o controle das condições e ambientes de trabalho para torná-los mais ‘saudáveis’” (MENDES E DIAS, 1991, p. 347). Neste campo também há a revisão das políticas públicas e do sistema de saúde para abranger a proteção quanto à exposição aos riscos.

Na seara da coletividade do trabalho, considerando o ofício do pesquisador como um trabalho essencialmente coletivo, posto que vários profissionais se envolvem no processo de elaboração, transcrição e comunicação da pesquisa e desenvolvimento da ciência, importante se faz investigar possíveis falhas de cooperação entre os pares na academia realçados pelo ambiente competitivo criado pelas normas de avaliação. Ressaltam Scherer, Pires e Schwartz (2009, p. 722) que

as formas atuais de organização e de gestão do trabalho continuam repousando, predominantemente, sobre princípios que sacrificam a subjetividade em nome da rentabilidade e da competitividade. Se por um lado aumenta a produtividade, por outro desagrega coletivos e separa o trabalho do conjunto da vida, agravando as patologias decorrentes do trabalho.

Adiante, Scherer, Pires e Schwartz (2009, p. 722) vislumbram que a prescrição do

¹⁹ Artigo 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

²⁰ Artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

²¹ Artigo 200: Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

²² Artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

²³ Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

trabalho é “feita pela sociedade e pela instituição, mas também pelo próprio trabalhador e pelos colegas de trabalho, individualmente e em grupo” e explica que o uso de si pelo trabalhador, bem como o uso do outro, são os componentes do coletivo de trabalho. Assim, se por um lado, nenhum pesquisador é, de fato, obrigado a cumprir as normas de produtividade, certo é que, não o fazendo, assume o risco de ser preterido na divisão de recursos, por sua forma de lidar com os constrangimentos da profissão.

Do ponto de vista jurídico, interessa verificar se é possível tipificar a vivência das normas de produtividade criadas pela CAPES como geradoras de assédio moral organizacional, uma vez que a percepção do trabalho como intensificação e o alto índice de competitividade rompe com o sistema cooperativo, levando os trabalhadores a se fecharem em suas normas e monólogos, sem se abrirem ao diálogo e à facilitação do trabalho do colega. Tal verificação não se faz com o intuito de fomentar o fenômeno da judicialização (envolver o Poder Judiciário para heterocomposição do conflito), mas sim de possibilitar aos atores deste processo uma reflexão mais ampliada de sua realidade.

Conforme leciona Dal Rosso (2008, p. 33), o trabalho imaterial demanda “mais intensamente as capacidades intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo”, cabendo refletir “o que é intensidade para um pesquisador, senão for considerado o aspecto imaterial de seu trabalho, o apelo à inteligência?” Da mesma forma, para um professor, o que seria intensidade “caso não seja levada em consideração a capacidade de se relacionar com seus estudantes?”, sendo certo que o serviço de educação é dos que mais apela “à inteligência, à afetividade, à capacidade de representação cultural, à capacidade de relacionar-se”. Por outro lado, Chiavenato (2016, p. 33) explica que “relações humanas não são características opcionais de uma organização, são uma propriedade intrínseca. O sistema existe em virtude do comportamento motivado das pessoas”, ou seja, é possível pensar que a motivação determina os resultados e retroalimenta o sistema.

Schwartz²⁴ atenta que não se sabe identificar nem a intensidade nem o trabalho, ao analisá-lo do ponto de vista externo, de forma que certas situações podem ser vividas tanto como intensas quanto como intensificação, logo, estes julgamentos devem ser feitos pelo próprio trabalhador, sendo este o ponto de vista correto para análise da atividade: o de quem o vivencia. Prossegue explicando que há, em todo trabalho, um debate de normas ao menos em duas dimensões: um debate consigo mesmo, no qual o profissional se questiona

²⁴ In Duc e Duraffourg, 2010, p. 29-30.

o quanto se economiza ou se usa a favor do trabalho e o debate de ordem social, no qual este pensa no coletivo, no quanto ele pretende colaborar com a equipe de trabalho, de acordo com seus valores pessoais, que orientarão os critérios das escolhas deste trabalhador. Havendo algum tipo de conflito entre os debates consigo mesmo e sua relação com os colegas de trabalho, a depender do nível de esgotamento, o profissional talvez não se coloque esta questão, por se sentir em situação tão penosa que prefere nem mesmo saber o que se passa ao lado²⁵. Nesta toada, Chiavenato (2016, p. 16) explica que a “disposição de se confiar à organização varia e flutua de indivíduo para indivíduo e mesmo no próprio indivíduo, com o passar do tempo”.

Esta percepção ganha relevância no trabalho acadêmico porque, conforme Araujo (2014, p. 133) a “qualidade da produção acadêmica [...] passa a ser mensurada pela quantidade produzida”, sendo certo que esta produção tem o viés individual e coletivo, ou seja, no nível individual “se materializa no *Curriculum Lattes* dos docentes e pesquisadores”, e no nível coletivo se materializa nos “recursos financeiros que estes conseguem agregar à instituição por intermédio de convênios de pesquisa nacionais e internacionais, comercialização de patentes, produtos e processos tecnológicos, contratos de transferência de tecnologia e serviços”, ou, conforme Patrus, Dantas e Shigaki (2015, p. 13), no nível coletivo (institucionalmente), “o Programa bem avaliado goza de prestígio e reputação” e, no nível individual, “o pesquisador produtivo também ganha prestígio e se habilita a conquistar bolsas e ter seus projetos aprovados pelas agências de fomento”. Nascimento (2016, p. 184) enfatiza que, embora “muitos docentes afirmam que estão esgotados de trabalho e que seus Planos de Atividades Departamentais (PADs) estão lotados”, acabam por não recusar “trabalho extra, quando este vem acompanhado de bolsas”. A seguir, esclarece Nascimento (2016, p. 186) que ao produzir para alimentar seu *Lattes*, ainda que inconscientemente, “nega-se enquanto ser humano, visto que seu próprio trabalho é apenas instrumento para aumentar os números almejados pela instituição a qual o docente está vinculado, pela CAPES e pelas demais agências financiadoras da educação superior”, e Costa (2016, p. 68) informa que o sistema de avaliação “leva a qualidade a ser mensurada pela quantidade de produção científica, e pelos valores que agregam ao salário e à própria instituição”, o que acaba por caracterizar “um processo de mercantilização da universidade pública” e configura “um sistema de pós-graduação que vem formando um número crescente de pesquisadores, em áreas enfatizadas pelas políticas [...], que refletem

²⁵ Yves Schwartz, *In Duc e Duraffourg*, 2010, p. 45.

as demandas econômicas do país, principalmente do setor industrial e do capital financeiro” (ARAÚJO, 2014, p. 131). Tschoke (2016, p. 185) também considera importante a questão dos financiamentos, “relacionados a uma análise quantitativa da produção científica, aproximando os critérios de avaliação para se credenciar ou se manter em um Programa de Pós-Graduação, com aqueles exigidos para conquista de subsídio de diferentes instituições”.

Nascimento (2016, p. 162-163) amplia a noção do que é considerado produção docente-pesquisador, quando destaca que a ideia da “quantidade” no âmbito da universidade é utilizada de diferentes formas, quando consideradas do ponto de vista da lógica capitalista, tratando-se de produtos relacionados com o mercado, como, por exemplo, a quantidade de aulas, as orientações, os projetos, as patentes, além das publicações. Toda esta produção necessária faz da educação superior um elemento estratégico para a superação das crises do capital.

Nesta perspectiva indicam Vosgerau, Orlando e Meyer (2017, p. 236) que “as exigências e os critérios de avaliação da CAPES repercutem em um crescente individualismo, resultante da disputa por publicações, bolsas e financiamento”. Além da intensificação, dá-se também “o enfraquecimento do sentimento de pertença a um coletivo”. Nesta mesma linha, Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 45) apontam o adoecimento como forma de resistência dos professores às imposições da universidade, embora haja um estigma de “professor improdutivo” que acompanha o adoecimento, sobretudo se for de fundo psíquico ou mental e, enquanto seu “individualismo impede-os de terem um sentimento de pertença ao coletivo institucional, sua competitividade impede-os de se espelharem no âmbito da alteridade”, enquanto “em sua prática universitária cotidiana e por sua própria vontade, joga-se no mercado de trabalho sem os direitos trabalhistas e intensifica seu próprio trabalho” e, enquanto adocece, “se julga o *expert* de sua área de conhecimento e melhor que seus colegas de universidade” (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 143). Corroborando com o adoecimento a partir do trabalho intelectual, Dal Rosso (2008, p. 29-30) confirma que “o trabalho imaterial também é profundamente transformado por práticas intensificadoras, produz efeitos nocivos sobre a saúde dos trabalhadores”, pois repercute sobre o trabalhador de forma geral, ou seja, em seus músculos, cérebro, nervos, emoções e relações sociais, ocupando o trabalhador como um todo, envolvendo diversos aspectos de sua personalidade. Para Ferraz (2012, p. 264)

segundo os docentes, a cultura da colaboração clama por ser gestada, pois eles

consideram a importância da transformação por dentro das iniciativas já existentes, no sentido da instituição de uma cultura do diálogo que produziria frutos para além do produtivismo requisitado pela política de pós-graduação.

Giroto (2014, p. 149) reforça a discussão sobre cooperação e pertencimento ao coletivo, enfatizando que “ao valorizar determinados elementos como a quantidade de artigos [...] em detrimento das práticas vinculadas ao ensino”, “mantém-se uma política que acirra a competição entre os pesquisadores e não a solidariedade, que dificulta o trabalho coletivo” (GIROTO, 2014, p. 35). Sampaio (2016, p. 38) reforça que “o sistema de avaliação e fomento tem um discurso de cooperação, estimulando a participação de pesquisadores de áreas distintas”, entretanto o que se tem na prática, com a diferente atribuição de classificação dos periódicos nas diferentes áreas, é que, “na hora de pontuar um mesmo trabalho, um pesquisador é pontuado como A1 e o seu companheiro de artigo fica como B3, pois é de uma área distinta da área da revista”.

Diversos discursos demonstram o alcance de metas como sistema norteador do trabalho acadêmico, como o de Domingues (2013, p. 195) ao explicar que “é atingindo e superando metas de produtividade que se tem acesso aos poucos recursos disponíveis para o financiamento de pesquisas, principalmente no campo das ciências humanas” e o de Domingues (2014, p. 234), ao elucidar que “a conduta será medida pelos resultados, pela rentabilidade dos processos e a vantagem competitiva advinda dos monopólios, das expertises e das novidades”, o que se daria em detrimento do “dever-ser da norma estrita e [d]o valor incondicional da verdade e do bem comum”, uma vez que, “do lado dos pesquisadores impera o ‘publicar ou perecer’ com sua capacidade de causar estragos terríveis nos meios acadêmicos”, dentre os quais cita a destruição de reputações, a criação de falsos heróis e o apelo a “todo tipo de distorções, como a precipitação das publicações e o fatiamento da produção (técnica do salame)”.

Costa (2016, p. 73) também realça a importância da reflexão sobre “o modelo que se configura a educação superior no país”, pois o que se verifica neste modelo é que a “lógica mercantilista tem se tornado predominante, com a valorização da quantidade, em vez da qualidade, onde o produtivismo, a competitividade e a sobrecarga de trabalho encontram-se acima da saúde e qualidade de vida dos seus trabalhadores”. Duarte (2017, p. 27) também enumera:

competitividade cada vez mais acirrada na comunidade acadêmica; na redução do tempo de estudo para preparação de atividades de ensino; dificuldades de participação e maior envolvimento em ações políticas

coletivas; no comprometimento da crítica na universidade, com disputas veladas; dificuldades voltadas para as relações interpessoais (animosidades, desrespeito, assédio moral, dentre outros) e para a saúde do professor universitário.

Reforçando o argumento da quantidade preponderando sobre a qualidade, ou, ainda, avaliando a qualidade da produtividade baseada na quantidade, além de Silva e Piresa (2014, p. 787), Zuin e Bianchetti (2015, p. 747), afirmam que “cada vez mais o FI deixa de representar um índice da qualidade do artigo para se tornar a qualidade em si”, Ferraz (2012, p. 267) diagnostica que “a ‘onda da produtividade’ é basicamente quantitativa [...] reproduz a ideia de que a quantidade é mais importante que a qualidade”, Pimenta (2014, p. 132-133), traz à baila que “são divulgados apenas os totais quantitativos correspondentes à produção [...] e às orientações [...] de cada docente” e Paiva (2016, p. 8), elucida que “quando se trata de produção e produtivismo há uma valorização da quantidade em detrimento da qualidade na produção de artigos”. Vosgerau, Orlando e Meyer (2017, p. 243) reforçam o argumento, na perspectiva de que “o plano [PNPG] cita que há imperfeições e necessidade de ajustes, especialmente em relação à primazia do quantitativo sobre a qualidade das produções”. Ainda Falaster, Ferreira e Canela (2016, p. 301) sinalizam um “reconhecimento dos pesquisadores mais prolíficos”, sinalizando que, dos artigos enviados para publicação, muitos são rejeitados por apresentarem dificuldade em comunicar eficazmente qual a contribuição social do trabalho e possuem metodologia deficiente.

Rego (2014, p. 328) menciona a “adoção acrítica dos mesmos critérios das ditas ciências duras – com maior tradição de publicar em periódicos e com pesquisas de caráter mais universal – para as ciências humanas e sociais (que produzem num outro ritmo)”, passando a ter, na área de humanidades, a cobrança de “publicar em revistas especializadas e ter seu prestígio mensurado pela quantidade de artigos ou pelo chamado fator de impacto de seu texto” como algo mais recente (REGO, 2014, p. 338), e mesmo assim se tem 36,55% dos títulos indexados na base Scielo (Ciências Sociais Aplicadas com 10,39% e Ciências Humanas com 26,16%), não sendo possível tratar comunicação científica separadamente da produção científica, sem pensar as consequências das práticas “que vêm sendo adotadas por muitos pesquisadores para satisfazer os critérios quantitativos utilizados pelos formuladores de políticas públicas para avaliar, promover e remunerar cientistas” (REGO, 2014, p. 338). Da mesma forma, Streck (2016, p. 538) defende que “não se pode, simplesmente, transferir critérios de outras áreas, sobretudo as chamadas

ciências duras ou exatas” e Dias e Serafim (2015, p. 345) enfatizam que “tendem a ser beneficiadas as áreas do conhecimento nas quais a compartimentalização é mais viável, o que não é o caso das Humanidades e das Ciências Sociais”. Ainda nesta linha de argumentação, Pimenta (2014, p. 220) sugere “que não se reduza a educação às demandas ou desmandos do mercado” ressaltando a importância de se contemplar “a humanidade de cada sujeito nas diferentes áreas, qualificando o desenvolvimento dos processos e das pessoas, sem reduzi-las a estatísticas, gráficos ou percentuais”. Ferraz (2012, p. 31) verifica que “existem áreas cristalizadas em função dos aportes financeiros que tiveram ao longo de uma trajetória, e outras áreas que buscam se firmar no próprio debate”, desta forma, discutir sobre “competição, passa também por esse enfrentamento e por uma perspectiva de disputa de poder entre as áreas do conhecimento”. Paiva (2016, p. 136) verifica que, “segundo a fala dos sujeitos, a área das Ciências Humanas são as que menos recebem incentivo e recursos” institucionais, uma vez que, conforme já se verificou da análise do PNPG no capítulo 1, “não há interesse do governo federal pelo desenvolvimento dessa área, pois ela não gera lucro diretamente para o mercado capitalista. Há prioridade pelas áreas que podem gerar recursos financeiros ao capital”. Tschoke (2016, p. 140) atenta que

a supervalorização da produção na pesquisa, em detrimento do ensino e da extensão, pode influenciar no enfraquecimento da formação das áreas sociais e pedagógicas, hipótese em que os Programas de Graduação e Pós-Graduação em Educação Física podem falhar em sua principal função de formação de professores. Aqui acentua-se mais uma influência nas maneiras de fazer acadêmico, pois a pesquisa tem seu potencial de viabilidade social reduzido, quando se afasta do ensino e da extensão, e nesse cenário produtivista as diferenças entre as áreas humanas e biológicas tendem apenas a aumentar.

Os valores e as especificidades de cada programa de pós-graduação devem e podem prevalecer sobre as regras gerais padronizadas. As normas de avaliação são necessárias e servem como parametrização de qualidade, entretanto não devem ser rígidas e aplicáveis a todas as ciências nem desconsiderar outras formas de produção.

Explica Sampaio (2016, p. 29) ser a produção acadêmica “fortemente marcada pelo tempo, tudo tem que ser feito com muita rapidez. Pesquisas rápidas e artigos produzidos às dezenas a partir de uma única investigação”, assim como Patrus, Dantas e Shigaki (2015, p. 9) afirmam que “o estudo competente de problemas sociais e humanos requer tempo e não deveria separar observação cuidadosa de criação criteriosa”, por isso o “atual sistema de avaliação da CAPES não teria como diferenciar a produção criativa da produção em

escala”, sendo certo que “a lógica do ‘publicar ou perecer’ faz sentido para aquele indivíduo, instituição ou sistema que entende que ser ‘veloz’ implica assumir a quantidade como medida de todas as coisas em prejuízo da qualidade”, sendo certo que a qualidade “adviria de uma reflexão amadurecida, exaustivamente discutida, logo, ‘menos veloz’” (PATRUS, DANTAS E SHIGAKI, 2015, p.5). Esta discussão sobre a definição quanto aos critérios de qualidade também é trazida por Vilaça e Palma (2015, p. 815), quando sinalizam que “algumas questões fundamentais permanecem em aberto: afinal, o que é qualidade? [...] Temos um (ou mais) critérios de qualidade acadêmica/científica epistemologicamente válidos? Qual(is)?”. Conforme sintetiza Camargo Jr. (2013, p. 1.709):

No mínimo não temos mostrado ousadia na proposição de inovações em nossos processos avaliativos que considerem efetivamente a qualidade da produção. Soçobrando num mar de textos que nós mesmos incentivamos a crescer exponencialmente, que provavelmente contribui mais para a deterioração da relação sinal/ruído da comunicação científica do que para a inovação, invocamos o gigantismo por nós mesmos incentivado como limitação para que de fato se avalie qualidade.

Outrossim, alguns autores trazem mais uma perspectiva sobre o assunto, a exemplo de Fico (2015, p. 1.028), sinalizando que “não há nenhuma diretriz de publicar cada vez mais. Pelo contrário, minha orientação é publicar menos e com mais quantidade. [...] Outra coisa é publicar melhor, produzir conhecimento relevante” e Kuhlmann Jr (2015, p. 843), que direciona sua análise de possível assédio moral para “os baixos salários, as más condições estruturais das instituições, a excessiva jornada de trabalho em sala de aula, a quantidade de alunos, as pressões nas instituições”, situações que ficam “enevoadas” e que são “provocadas por outras injunções que não a política de avaliação”, ou seja, sugere que a discussão sobre o produtivismo em verdade retira o foco do que seria a real causa do adoecimento de alguns docentes-pesquisadores.

Pelas mais diversas razões, o discurso do assédio moral é constante nas pesquisas sobre o ambiente acadêmico, sendo certo que o presente trabalho se mantém na possibilidade do chamado produtivismo acadêmico ser uma consequência deste fenômeno, sem descartar que outras existem e podem, inclusive, serem mais importantes. Quanto às causas deste assédio, uma análise psicológica certamente seria mais efetiva, mas arrisca-se propor ser a mesma: a forma como as instituições absorvem e incorporam as regras de avaliação, ou seja, a discussão sobre o produtivismo passa pelo assédio moral, mas vai além. Ressalte-se, não se trata da avaliação em si, mas a percepção dos pesquisadores

sobre esta, decorrente do tratamento dado ao assunto pelas instituições públicas de pesquisa e ensino. Neste sentido, ressalte-se o apontamento de Dias e Serafim (2015, p. 341)

A contribuição da universidade para um desenvolvimento mais inclusivo e justo se dará quando a pertinência e a qualidade se tornarem princípios ordenadores nas instituições, nos processos de produção do conhecimento e no fortalecimento de uma formação cidadã ativa, crítica e participante.

Porém ressalte-se que associar o conceito de assédio moral ao ambiente acadêmico, não é, precipuamente, argumentar que há demissão ou exoneração. Em verdade, configura-se como uma perseguição típica dos trabalhadores com algum nível de ‘estabilidade’ – o que se justifica por alguma garantia provisória de emprego ou por um custo maior na demissão de um empregado. O que se argumenta é que há degradação do ambiente de trabalho, o rebaixamento ou a estagnação na carreira, a perda de prestígio. Significa dizer que o pesquisador pode não ser retirado (fisicamente) da universidade, mas se manterá, possivelmente, marginalizado²⁶ pelos demais colegas, o que pode afetar diretamente a saúde e até – e principalmente – a sanidade mental do pesquisador. Assim leciona Bernardo (2014, p. 134), ao apontar que tal perseguição representa “um aspecto representativo da precariedade subjetiva que assola os ‘professores-trabalhadores’” que “a ameaça a quem não se mantém no padrão esperado não é a demissão, mas o rebaixamento na carreira, que, vale dizer, implica não apenas perda salarial, mas também perda de prestígio na comunidade científica”.

Em referência ao ambiente hostil de trabalho criado pelo clima competitivo estabelecido pelas normas de avaliação, Patrus, Dantas e Shigaki (2015, p. 1) retratam que o produtivismo não se sustenta sem colaboração, mas o sentimento de pertencimento necessário à solidariedade entre pares acaba por sucumbir à competição. Por fim, trazem alguma sugestão para diminuir o ambiente competitivo, de forma a manter a solidariedade entre os colegas de profissão – e de trabalho, que é ter um projeto compartilhado com seu Programa de pós-graduação e avaliar se ele se reduz, de fato, à publicação. Como segunda alternativa propõem pensar o corpo docente permanente de um Programa como um grupo, ou seja, como constante, coeso, consolidado, com metas estabelecidas como um todo e não como a soma de metas e desempenhos individuais de seus membros (PATRUS, DANTAS E SHIGAKI, 2015, p. 15).

²⁶ O termo “marginalizado” significa *deixado à margem*, a *exclusão do grupo*, ou, ainda, o “ostracismo social” do qual se falará mais adiante.

Mendonça (2014, p. 120) enumera estratégias (individuais e coletivas), dentre as quais traz a marginalização: os que “optam por não compactuarem com aquilo que veem como uma rendição da universidade aos ditames da lógica capitalista e se colocam à margem”, principalmente se este posicionamento significar “abrir mão plenamente da docência”, acarreta “uma das causas mais visíveis de adoecimento e sofrimento dos professores”. Outras estratégias seriam a identificação (aderir ao círculo “virtuoso” ou “vicioso”, do “quanto mais se publica, mais facilidade se tem para publicar, ou do quão menos conhecido se é, menos facilidade em ser conhecido”), a sujeição e a adaptação, a que, supõe-se, acarretaria maior afronta à subjetividade, *a priori* (MENDONÇA, 2014, p. 120). Para Costa (2016, p. 89),

os professores vivenciam uma realidade de precarização e flexibilização do trabalho [...]. Com isso, fez com que se instalasse uma lógica empresarial nas universidades públicas, caracterizada pela competitividade exacerbada, produtivismo, gestão por metas, sobrecarga de trabalho, que em consequência leva a uma indissociação tempo-espço da vida acadêmica e pessoal. Dessa forma, o ambiente torna-se propício para a ocorrência de problemas de saúde.

Chiavenato (2016, p. 40) leciona que o espaço organizacional divide-se em separação geográfica, funcional (departamentais), de *status* ou prestígio da função e da posição e a separação pelo poder. Estas duas últimas separações, comuns no ambiente acadêmico, favorecem a luta pelo poder e pelo prestígio, o que muitas vezes pode repercutir em aumento de competitividade. Por outro lado, a cultura e o clima organizacional são próprios de cada organização, e “reflete tanto as normas e valores do sistema formal como sua reinterpretação no sistema informal” (CHIAVENATO, 2016, p. 41), ou seja, o produtivismo pode ser compreendido como uma reinterpretação das normas do sistema de avaliação na organização do trabalho acadêmico.

Para analisar a motivação humana, recorre-se a Chiavenato (2016, p. 116-118), sobre o que explica se tratar de importante elemento de compreensão do comportamento humano, por ser a propulsora deste (especificamente considerado). O comportamento tem uma causa (estímulos internos e externos) e uma finalidade, posto que este é orientado e dirigido e não aleatório ou casual, e é também cíclico, pois opera num contínuo para resolver problemas e satisfazer necessidades (fisiológicas, sociais, de autorrealização, de estima, de segurança) à medida que surgem (CHIAVENATO, 2016, p. 120). Nesta perspectiva, Chiavenato (2016, p. 117) lista, em síntese, duas palavras que justificariam o comportamento e, portanto, funcionam como figuras centrais da motivação: o desejo (de

poder e *status*) e o receio (de ostracismo social²⁷ e de ameaças à sua autoestima), que orientam as inter-relações e, conseqüentemente, o ambiente e o desenvolvimento do trabalho. Chiavenato (2015, p. 165) explica que, segundo a Teoria Contingencial, o homem é visto por Frederick Herzberg (1923-2000) como complexo, que busca demonstrar que a maior motivação individual provém do senso de cumprimento de tarefa, ou seja, de solucionar problemas, superar desafios, e, na mesma linha, David McClelland (1917-1998) descreve como principais necessidades a de realização, a de afiliação e a de poder, que relacionam-se com a necessidade de solução de problemas. Ao individualmente se esforçar para dominar um problema e obter, reciprocamente, uma recompensa da coletividade, os comportamentos passam a ser repetidos e aprendidos, pois o homem passa a confiar em seus métodos. Nesta dinâmica, “o sistema individual, as expectativas dos outros, a tarefa e as variáveis organizacionais formais interagem para formar a opinião do indivíduo sobre o que dele é esperado pela organização” (CHIAVENATO, 2016, p. 165).

A apreciação da motivação conduz à reflexão sobre o engajamento do ser humano em atender suas necessidades mantendo seu equilíbrio interno, ou seja, atendendo, inclusive, sua necessidade de pertencimento, estima e autorrealização, o que Chiavenato (2016, p. 137) sinaliza ser definido como “estado de ajustamento”, sendo a compreensão de um possível “desajustamento” entre as pessoas o objeto de análise do clima organizacional, tido como o “ambiente interno existente entre os membros da organização” (CHIAVENATO, 2016, p. 138).

Chiavenato (2016, p. 137) esclarece que “um bom ajustamento denota ‘saúde mental’”. Por exclusão, é possível afirmar que o desajustamento, ou seja, um clima organizacional ruim – sem possibilidade de desenvolver o pertencimento, a autorrealização e a estima, denota o adoecimento mental, razão pela qual se deve observar as implicações jurídicas do estímulo da competitividade em detrimento da cooperação. O clima organizacional depende de algumas dimensões, dentre as quais se destacam as políticas e os valores da organização como variantes de entrada e determinantes, e os métodos e a produtividade no trabalho, como saídas próximas e variáveis dependentes (CHIAVENATO, 2016, p. 140).

Em decorrência da interação intrínseca ao ser humano, a comunicação funciona como “uma ponte de significados entre as pessoas” (CHIAVENATO, 2016, p. 142), e se por um lado, é a primeira área a ser analisada para o desenvolvimento e ganho pessoal de eficácia, também é o maior ponto de atrito e fonte de desentendimentos e conflitos nas intera-

²⁷ Cf. nota de rodapé anterior, de *marginalização*.

ções humanas (CHIAVENATO, 2016, p. 150), por ser um processo suscetível a ruídos (assim considerados quando internos, e “interferências” quando externos), ou seja, perturbações indesejáveis neste sistema que podem “deturpar, distorcer e alterar, de maneira imprevisível, as mensagens transmitidas” (CHIAVENATO, 2016, p. 143) e tanto o processo de transmitir a mensagem quanto a e receber e utilizar as informações compõe o “ajustamento” do convívio no clima organizacional. Por isso, o bem-estar dos envolvidos também é proporcional à ausência de ruídos ou interferências. Na comunicação humana, cada indivíduo possui seu próprio sistema cognitivo, e “esse padrão pessoal de referência age como um filtro codificador, de modo a condicionar a aceitação e o processamento de qualquer informação” (CHIAVENATO, 2016, p. 145), rejeitando toda aquela que for considerada como não ajustada ou que possa ameaçar este sistema (CHIAVENATO, 2016, p. 146), por fazer com que a mensagem enviada não seja a mesma mensagem que é recebida (CHIAVENATO, 2016, p. 148).

Para tanto, a cognição, a percepção, a motivação e a comunicação do emissor e do receptor se inter-relacionam, considerando o contexto que os envolve, e o resultado deste processo será a percepção social de cada um, isto é, a impressão que se forma individualmente a respeito dos outros (CHIAVENATO, 2016, p. 146-147). Neste contexto é que as normas sociais funcionarão para “preservar os padrões de interação e percepção existentes” (CHIAVENATO, 2016, p. 148).

Compreender os processos de comunicação permite a observação do ruído provocado, quando, nas palavras de Hirigoyen (2014, p. 112), “o enredamento e o controle se estabelecem com a utilização de procedimentos que dão a ilusão da comunicação”, mas que, em verdade, pretendem impedir o intercâmbio pleno da informação com a finalidade de usar o outro, em atendimento à necessidade de poder.

Dal Rosso (2008, p. 55) entende que “em determinado momento da história, foi necessário escravizar pessoas para se obter uma força de trabalho maior. A segunda maneira de aumentar o valor produzido consiste em alongar o tempo de serviço dos mesmos indivíduos que já estão trabalhando”. Em que pese a questionável ênfase dada pelo autor na escravização de pessoas como necessidade, além da aparente taxatividade de opções para se obter mais trabalho, *a priori* restrita à racionalidade militar (não cabe aqui teorizar sobre a possibilidade do senso de pertencimento e utilidade poderem tirar – ou não – do trabalhador muito mais trabalho do que a violência, mas sim aproveitar o que de suporte a afirmação traz para o que se visa argumentar nesta pesquisa), fato é que, no trabalho intelectual, nem mesmo a violência da escravização física poderia garantir a produção do desenvolvi-

mento nacional pela pesquisa. A menos que se pense em outros tipos além da física, ou seja, as psíquicas, ou intelectuais. Assim é possível argumentar que o desejo de reconhecimento e/ou a vaidade do currículo *Lattes* qualificado, a facilidade em obter financiamentos a partir da publicação, são aspectos que, considerados num sistema que se retroalimenta conforme o pesquisador consiga algum tipo de destaque, pode ser uma ferramenta útil de escravização articulada para obter do trabalhador mais trabalho. Ou seja, a busca por reconhecimento pode servir de instrumento de escravização para aumentar a produção. Quanto ao segundo modo, consistente em “alongar o tempo de serviço dos mesmos indivíduos que já estão trabalhando”, pode-se considerar a revolução tecnológica como ferramenta para alongamento do tempo, de acordo com a discussão sobre o senso de ubiquidade trazido por Supiot (2007, p. 164), e, considerando ser o Brasil um país com 7,9% de cidadãos com ensino superior²⁸, a pretensão de desenvolvimento nacional, ao passar pela pesquisa, incidirá, provavelmente, na necessidade de extrair mais daqueles que têm condições de produzir este tipo de conhecimento.

Não se pode desconsiderar que, conforme afirma Oliveira (2011, p. 72), “não se pode pensar em qualidade do produto sem qualificar o seu produtor, nem se conseguem serviços que satisfaçam ao cliente quando o trabalhador designado para atendê-lo está insatisfeito”. Assim, é preciso integrar o ser humano ao seu trabalho, de forma digna e que propicie a satisfação com sua atividade (OLIVEIRA, 2011, p. 73), sendo o trabalho um importante viés do direito à saúde.

Em que pese não haver no ordenamento jurídico brasileiro, ainda, um conceito expresso sobre o que seria o assédio moral organizacional, é possível sua construção a partir da utilização de dispositivos tais como o do Código de Trabalho de Portugal (Lei n.º 7/2009), que prevê a “Proibição de assédio”:

Artigo 29.º - Assédio

1 - Entende-se por assédio o comportamento indesejado, nomeadamente o baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

(...)

4 - Constitui contraordenação muito grave a violação do disposto neste artigo.

O Código de Trabalho francês (*Code du travail*) também trata sobre o assunto no

²⁸ Percentual referente ao ano de 2010, cf. Portal do MEC (2012)

capítulo II do título V:

Article L1152-1 – Aucun salarié ne doit subir les agissements répétés de harcèlement moral qui ont pour objet ou pour effet une dégradation de ses conditions de travail susceptible de porter atteinte à ses droits et à sa dignité, d'altérer sa santé physique ou mentale ou de compromettre son avenir professionnel.

Article L1152-2 – Aucun salarié, aucune personne en formation ou en stage ne peut être sanctionné, licencié ou faire l'objet d'une mesure discriminatoire, directe ou indirecte, notamment en matière de rémunération, de formation, de reclassement, d'affectation, de qualification, de classification, de promotion professionnelle, de mutation ou de renouvellement de contrat pour avoir subi ou refusé de subir des agissements répétés de harcèlement moral ou pour avoir témoigné de tels agissements ou les avoir relatés²⁹.

A menção às legislações estrangeiras se dá porque são aplicáveis em território brasileiro diante da permissão conferida pelo artigo 8º da CLT³⁰. Na legislação brasileira, a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, buscando evitar situações discriminatórias, dispõe em seu artigo 1º:

É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Posteriormente, tratando sobre o assédio em ambiente escolar, a Lei nº 13.185 de 6 de novembro de 2015, instituiu o Programa de Combate a Intimidação Sistemática (antibullying) e dispõe:

Art. 3º. A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;

II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

(...)

²⁹ Em tradução livre:

Artigo L1152-1 - Nenhum funcionário será submetido a repetidos atos de assédio, que visem à degradação das condições de trabalho susceptíveis de afetar os seus direitos e dignidade, alterar sua saúde física ou mental ou comprometer o seu futuro profissional.

Artigo L1152-2 - Nenhum funcionário, estagiário ou profissional em formação pode ser punido, demitido ou vítima de discriminação, direta ou indireta, nomeadamente em termos de remuneração, formação, qualificação, classificação, promoção, transferência ou renovação de contrato por ter sofrido ou se recusar a submeter a repetidos atos de assédio moral, para testemunhar sobre tais atos ou tê-los denunciado.

³⁰ As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o **direito comparado**, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público. G.n.

- IV - social: ignorar, isolar e excluir;
- V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

Explica Hirigoyen (2014, p. 65) que o assédio no local de trabalho se configura a partir de “toda e qualquer conduta abusiva [...] que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, por em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho”, o que, além de favorecer o absenteísmo, diminui a produtividade, normalmente dirigido a pessoas que exercem alguma resistência à autoridade ou ao autoritarismo, recusando-se a permitir a subjugação, mas torna-se possível quando o assediador consegue, ainda que sutilmente, desvalorizar a vítima e esta desvalorização é aceita pelo grupo, que posteriormente acaba por aderir, levando a vítima a acreditar que merece, de fato, tal desvalorização (HIRIGOYEN, 2014, p. 68). Continua Hirigoyen (2014, p. 66) esclarecendo que “em um primeiro momento, as pessoas a quem tais desvalorizações são dirigidas, não querem mostrar-se ofendidas”, porém tais “ataques vão se multiplicando e a vítima é seguidamente acuada, posta em situação de inferioridade [...] durante um período maior”, e que “é a repetição dos vexames, das humilhações, sem qualquer esforço no sentido de abrandá-las que torna o fenômeno destruidor”. Diante de tal contexto, elucida Hirigoyen (2014, p. 67) que “o medo provoca na vítima comportamentos patológicos, que servirão de álibis para a agressão”, causando transtornos que a levam a cometer erros seguidamente. Como consequência, a vítima é estigmatizada porque se atribui à sua personalidade uma característica que é decorrente do conflito (HIRIGOYEN, 2014, p. 69) e, pessoalmente, perde eficiência e começa a ter dificuldade em manter seu potencial, tornando-se suscetível “às críticas sobre a qualidade de seu trabalho” (HIRIGOYEN, 2014, p. 69). O alto nível de estresse por ser alvo constante de críticas e censuras, sentir-se vigiada e cronometrada colaboram para a vítima discernir cada vez menos o que lhe ocorre (HIRIGOYEN, 2014, p. 76), tornando-se cada vez mais fácil seu afastamento por incompetência ou erro. Muitas vezes, embora o discurso seja de autonomia e iniciativa, a lógica inserta traz submissão e obediência, levando o trabalhador a produzir por obsessão com as ameaças e/ou “por estarem sendo continuamente chamados à atenção, ou seja, por sua eventual culpa” (HIRIGOYEN, 2014, p. 83).

Calvo (2014, p. 68) analisa a perspectiva do assédio moral do ponto de vista institucional, ou objetivista, definindo-a como aquele no qual o assediador “é a própria pessoa jurídica” mediante política de gestão tida por desumana “para aumentar seus lucros, criando uma verdadeira cultura institucional de assédio”, que é “distinta do assédio moral

interpessoal”, caracterizando-se “como a face despersonalizada do assédio” (CALVO, 2014, p. 78). Seguindo, Calvo (2014, p. 78) traz outros elementos configuradores, tais como a ofensa ao direito fundamental à saúde no ambiente de trabalho e a administração por estresse, e explica que “psiquiatras e psicólogos têm reconhecido a existência da síndrome do assédio moral institucional gerada por algumas empresas [...], consideradas tóxicas, que impõem políticas [...] que atentam contra a saúde dos trabalhadores” (CALVO, 2014, p. 77).

Neste exame sobre as regras de avaliação da pós-graduação, é possível verificar que há uma racionalidade que gera, em algum grau, adoecimento. Esta foi sinalizada por alguns pesquisadores que configuraram seus processos de trabalho como adoecedores, sendo possível imaginar que outros pesquisadores há que ainda não perceberam estarem inseridos em tal processo. Logo, é possível configurar um assédio moral organizacional, decorrente da forma que as normas do sistema de avaliação são interpretadas pelos programas e percebidas pelos pesquisadores. Em outras palavras, se pode atribuir à percepção dos pesquisadores esta responsabilidade, ou seja, uma lógica distorcida do que deveria ser o escopo da regulamentação do processo avaliativo. É ainda possível argumentar ser a responsabilidade do sistema em si, por esta configuração assediante, o que, novamente se analisa como incauto, uma vez que normas são necessárias para o convívio em sociedade e, sobretudo, para justificar a intervenção estatal na retribuição à sociedade do investimento realizado. Ademais, sendo um problema do sistema, só restaria ao pesquisador aderir, o que não pode ser considerado verdade, pois tal sistema é formado pelos próprios pesquisadores.

Por outro lado, o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira não visa aumentar lucros, mas institui a forma de buscar indicadores de qualidade majoritariamente na produção literária científica, o que demanda tempo, envolvimento e dedicação, conforme se verificou. Não há subordinação jurídica como há no contrato de trabalho formal, celetista, nem há uma pessoa jurídica empregadora, com número de cadastro específico, mas há uma racionalidade da organização do sistema de pesquisa e da pós-graduação, além de haver, também uma racionalidade individual direcionada ao aumento do *status* e do poder (inclusive para facilitar a obtenção de recursos estatais), mediante aumento da produção, que torna cada pesquisador integrante deste sistema (individualmente considerado) em uma réplica da racionalidade coletiva. Cabe ressaltar também que, embora não seja possível afirmar, com absoluta certeza, que há uma gestão por estresse, estabelecer qualidade atrelada à quantidade de produção e a busca por espaço em determinados meios de comunicação considerados como representações da qualidade do

trabalho favorecem, por si só, a autogestão por estresse. A mesma lógica, com outros elementos.

Por isso, necessário se faz analisar a dimensão subjetiva e as implicações éticas da forma que a norma é absorvida pelos indivíduos que integram a organização acadêmica.

Uma reflexão mais aprofundada do que motiva a adesão a esta política do produtivismo como cultura ou ideologia pode ser feita a partir da premissa de haver uma compreensão utilitarista do trabalho, justificando moralmente que “o objetivo humano por excelência consistiria na busca do prazer ou da felicidade”, ou seja, a percepção de que a promoção da felicidade ou do bem-estar relaciona-se ao currículo extenso, correspondendo à qualidade de produção. Instrui Carvalho (2014, p. 101) que o “utilitarismo é uma das teorias éticas que concedem importância prioritária a questões atinentes ao bem-viver, à qualidade de vida, ao bem-estar ou à felicidade”. Como ética consequencialista, elege um “*telos*, isto é, um fim ou objetivo, qual seja, o bem do próprio agente, a emancipação das classes trabalhadoras, ou dos indivíduos humanos em geral, o autodesenvolvimento etc”, identificando a “vida digna de ser vivida com aquela que suprime o sofrimento, liberta o indivíduo e lhe permite o gozo solidário” (CARVALHO, 2014, p. 105), diferenciando-se das éticas que consideram as condutas boas ou más em si mesmas, independentes das consequências causadas, conhecidas como éticas deontológicas. Ao eleger este bem, busca-se maximizá-lo, “pois se algo é tido por um bem, não seria razoável produzir uma quantidade menor desse bem, quando seria viável produzir uma quantidade maior” (CARVALHO, 2014, p. 108). Tal ética é objeto de diversas críticas, pois justificaria, inclusive, a exigência de escravizar indivíduos, por exemplo, ao se concluir que isto contribuiria para o incremento do bem-estar da maioria, por subordinar direitos e deveres ao bem-estar da coletividade (CARVALHO, 2014, p. 111).

Para esta ponderação ressalta-se o utilitarismo defendido por John Stuart Mill (1806-1873), que professou “um hedonismo qualitativo, que realça o valor dos prazeres intelectuais e morais” (CARVALHO, 2014, p. 101), e, segundo Carvalho (2014, p. 104), “tem uma concepção plural de bem-estar ou felicidade, que inclui entre seus ingredientes a virtude, o desenvolvimento, a autonomia, o autorrespeito”.

Isto ao se considerar que a moralidade da busca por produção ocorre em função de suas consequências (CARVALHO, 2014, p. 100), ou seja, de que haveria, de fato, um viés utilitarista em se justificar o ambiente hostil, o adoecimento, e as demais repercussões atribuíveis ao produtivismo pelos ganhos auferidos (*status*, poder e reconhecimento). Nesta perspectiva, conforme apontam os críticos do utilitarismo, é possível defender que esta

percepção “instrumentaliza as pessoas, sacrificando-as em nome de um suposto bem coletivo, sujeitando-as às perversas leis do mercado” (CARVALHO, 2014, p. 99).

Após a sugestão de a interpretação das normas de avaliação configurar um ambiente com características de assédio moral na organização do trabalho acadêmico, se passará a analisar, no próximo tópico, os delitos mais comentados nas investigações coletadas.

3.4 AS PRESSÕES ORIUNDAS DO PRODUTIVISMO ACADÊMICO E SEUS DELITOS CONSEQUENTES

Chiavenato (2016, p. 113) classifica o comportamento das pessoas em relação à organização como complexo e dependente “de fatores internos (decorrentes de suas características de personalidade [...]) e fatores externos (decorrentes [...] das características organizacionais, como sistemas de recompensas e punições, fatores sociais, políticas [...] etc)”. Neste item serão analisados os delitos listados como consequência do produtivismo, sendo certo que, em razão da complexidade do comportamento humano, não é clara a configuração do produtivismo como motivo real das condutas antiéticas no espaço acadêmico, mas é observável a incidência de tais condutas para atender aos ditames da ideologia pela qual os pesquisadores têm a produção como maior indicador de qualidade.

Especificamente sobre as práticas de comunicação científica nas ciências humanas e sociais, Rego (2014, p. 329) traz à baila questões relevantes, tais como a instalação de climas de rivalidade e disputa entre colegas na busca cada vez mais frenética e desmedida por espaços editoriais qualificados, e ressalta que, além da profusão de artigos e periódicos problemáticos (caracterizados pela irregularidade na publicação e distribuição, endogenia de seu corpo editorial ou de autores, ausência ou deficiência em padrões de normalização, dificuldade de indexação em bases internacionais reconhecidas etc.), as consequências deste processo envolvem as reconhecidas como “más condutas na pesquisa”, uma vez que a publicação de artigos dita o ritmo da produção científica e é o item com o maior peso nas decisões sobre a avaliação dos programas, refletindo na distribuição das oportunidades e dos recursos financeiros (REGO, 2014, p. 331). Esclarece sobre o mau uso do Fator de Impacto e seu efeito nocivo sobre o desenvolvimento dos periódicos (REGO, 2014, p. 337), relacionado a condutas tais como: manipulação, falsificação ou fabricação de dados ou de resultados, plágio, autoplágio e coautoria de fachada (REGO, 2014, p. 338). Seguindo, resume a profissão na pergunta que melhor expressa essa tendência: “Quanto tempo falta para que eu possa me aposentar?” (REGO, 2014, p. 339). A autora arrola com

clareza os impactos mais importantes da estrutura produtivista, tais como a pressão pela publicação, o “fatiamento” ou repetição de artigos (*salami science*), o aumento de trabalho para os pareceristas das revistas reconhecidas pelo maior fator de impacto, proliferação de periódicos, editoras que lançam periódicos com nomes similares aos já reconhecidos, bem como a dificuldade de encontrar os bons trabalhos em meio a tantos trabalhos de qualidade questionável. O artigo explica seu título: “a antinomia da expressão veneno-remédio que intitula este ensaio (...) indica o duplo sentido que as palavras podem assumir” (REGO, 2014, p. 328), e conclui: “como diz um velho ditado popular, a diferença entre o remédio e o veneno pode estar apenas na dosagem” (REGO, 2014, p. 345), sugerindo que uma diminuição de dosagem poderia solucionar a questão. Falaster, Ferreira e Canela (2016, p. 301) diagnosticam que há “foco maior em quantidade de artigos em detrimento de pesquisas com efetivo impacto e contribuição”.

Sampaio (2016, p. 33-34) traz breve lista das estratégias de caráter questionável que, com certa constância, aparecem para adaptação às regras:

Autoplágio o que dá a sensação de que se está publicando “mais do mesmo”;
Aumento de autores por artigo, fato que levanta a discussão sobre a real participação de cada autor para construção daquele artigo;
Troca de favores entre amigos que possuem duas vertentes: um coloca o nome do outro como coautor do texto ou assume o compromisso de citar o outro em seu artigo a fim de aumentar o fator de impacto da revista;
Uso de referências sem consultar o texto citado. Neste caso, a desculpa é a falta de tempo para ler todas as referências;
Fatiamento dos resultados da pesquisa para gerar mais artigos e apresentações em congressos³¹.

Domingues (2013, p. 195) explica que “a cobrança e a pressão para publicar fazem parte do cotidiano dos pesquisadores, e neste contexto, existem aqueles que usam de estratégias nada éticas para cumprir e superar metas”, como, por exemplo, “autoria de artigos científicos em cuja elaboração, execução e redação não se teve uma participação efetiva”. Ferraz (2012, p. 267) verificou que

a importância do papel dos orientadores engajando seus alunos levou à discussão com alunos recém-ingressos no programa [...] para esclarecer que todo trabalho produzido por um aluno, como resultado de uma orientação, deveria ter a coautoria atribuída ao seu orientador.

Além de participar como coautor quando, em verdade, apenas orienta, “sugeriu-se também que cada aluno, ao entrar no programa, deveria assumir o compromisso de

³¹ Grifo nosso.

publicar, no mínimo, um artigo, no transcorrer de seu curso”, o que, por consequência, seria publicado com o nome do orientador. À guisa de esclarecimento, cumpre lembrar os conceitos legais de autoria e coautoria adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro, nos artigos 11 e 15, §1º da Lei nº. 9.610/98: “Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica” e “não se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio”, o que, conforme se pode constatar, é a função do orientador da produção científica. Aqui, em que pese a pertinência de crítica a esta prática, verifica-se maior adesão dos alunos, pois publicar artigo sem coautoria do orientador se torna mais difícil, quiçá impossível, tendo em vista que este possui titulação a partir do doutorado e o aluno ainda não, razão pela qual tal coautoria se faz necessária, ou o estudante não conseguirá iniciar suas publicações, caindo no já referido círculo ‘vicioso’, e não no ‘virtuoso’.

Ainda sobre coautoria, Camargo Jr. (2013, p. 1.708) adverte que “muitas revistas científicas limitam o número de referências por artigo, o que encoraja autores, por exemplo, a citar revisões ao invés de buscar referências originais, criando problemas adicionais de atribuição de crédito”. Sguissardi e Silva Jr (2009, 227) explicam que a racionalidade às avessas, no campo do produtivismo, resulta na divisão do processo de produção do conhecimento e do trabalho, “como o são no processo de trabalho na fábrica”, levando à “coautoria amigável”, ferramenta para inchar currículos “para que seus programas e eles mesmos [pesquisadores] sejam passíveis de uma boa avaliação”, enquanto Fico (2015, p. 1.029) esclarece que há combate a “mecanismos artificiais de ampliação da produção, como o excesso de coautoria”.

Vizeu, Macadar e Graeml (2016, p. 996) apresentam lista com mais estratégias de caráter questionável:

- 1) submissão de um artigo já publicado para outro congresso ou revista, alterando o título para mascarar a falta de ineditismo [...]; 2) a exigência de um artigo como trabalho final de disciplina, que será assinado pelo professor como coautor e submetido a congressos e revistas; 3) a submissão simultânea do mesmo trabalho a dois periódicos acadêmicos, de forma a minimizar o tempo de espera, retirando-o do processo de submissão da revista que estiver demorando mais.

Silva e Piresa (2014, p. 787), no mesmo sentido apresentam: “elevado número de coautorias”, “produção em série de artigos ‘fatiados’”, “citações mútuas, negociadas [...] para melhorar fator de impacto”. Domingues (2014, p. 244), adverte que tal sistema

“dissemina as fraudes e os plágios, nas suas mais variadas formas, e induz à precipitação, à corrida para chegar primeiro”, e sinaliza a

transformação da ciência e seus produtos em negócio e do cientista em empresário ou em empregado, associada à expansão da indústria cultural e do próprio turismo, permitindo a multiplicação de eventos e, por extensão, de atas de congressos e de artigos (DOMINGUES, 2014, p. 235).

Por fim, não menos importante, Vilaça e Palma (2015, p. 813) argumentam pela desigualdade das punições, atentando que

a punição ou o perdão pode variar de acordo com o "nome" do praticante da má conduta. Ou seja, pode aplicar a mais severa sanção a uma aluna de graduação que plagiou sua monografia de conclusão de curso, mas 'tolerar' ou compreender como um mero erro ou descuido a acusação de falsificação de pesquisa acerca de um pesquisador experiente e renomado.

Como proposta, sugerem Vilaça e Palma (2015, p. 813)

três pontos fundamentais quanto ao tratamento da questão das más condutas: (1) diminuição da pressão por publicação e mudanças no modelo cientométrico em vigor; (2) investimento na formação em ética científica de alunos da educação básica, graduandos, pós-graduandos e pesquisadores; e (3) formulação de regras claras para sancionar diferencial e progressivamente os pesquisadores, considerando seu estágio de formação, experiência e gravidade e/ou reincidência numa má conduta.

Ressalte-se a impossibilidade de afirmar, com total certeza, se tais condutas decorrem da ideologia produtivista ou se apenas a reforçam. Objetiva-se apurar quais condutas são apontadas como relacionadas ao fenômeno. No quadro apresenta-se a síntese apurada quanto às condutas de caráter questionável apontadas nos artigos, teses e dissertações analisadas:

Quadro 7 - Condutas de caráter questionável apontadas como atreladas ao produtivismo:

• Aumento de autores por artigo;
• Autoplágio, publicação do “mais do mesmo”;
• Autoria de artigos científicos em cuja elaboração, execução e redação não se teve uma participação efetiva;

<ul style="list-style-type: none"> • Desigualdade das punições;
<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de artigo como trabalho final de disciplina, que será assinado pelo professor como coautor e submetido a congressos e revistas;
<ul style="list-style-type: none"> • Fatiamento dos resultados da pesquisa para gerar mais artigos e apresentações em congressos;
<ul style="list-style-type: none"> • Multiplicação de eventos e, por extensão, de atas de congressos e de artigos;
<ul style="list-style-type: none"> • Submissão de artigo já publicado para outro congresso ou revista;
<ul style="list-style-type: none"> • Submissão simultânea do mesmo trabalho a dois periódicos acadêmicos;
<ul style="list-style-type: none"> • Troca de favores: um assume o compromisso de citar o outro em seu artigo a fim de aumentar o fator de impacto da revista;
<ul style="list-style-type: none"> • Troca de favores: um coloca o nome do outro como coautor do texto;
<ul style="list-style-type: none"> • Uso de referências sem consultar o texto citado.

Fonte: A autora, 2017.

Após análise das condutas antiéticas mais citadas como decorrentes do produtivismo, o próximo e último item trará argumentos para a reflexão sobre a transparência e a moralidade da prática científica.

3.5 TRANSPARÊNCIA E MORALIDADE PÚBLICA NA ATIVIDADE DO PESQUISADOR

Após análise da dimensão subjetiva e de possíveis consequências do produtivismo, este tópico foi reservado para discutir se a publicação tornou-se, a partir da ideologia, fim em si mesma, servindo cada vez menos como meio de divulgação das descobertas científicas e mais como meio de obter pontuação. Aqui cabe mencionar a integridade científica, objeto de preocupação da Bioética, a fim de pensar a moralidade da pesquisa, o sentido de sua elaboração, considerando, ainda, o envolvimento e a participação de outros seres e todo o dispêndio investido até sua materialização em um *paper*. Isto importa em refletir sobre a real utilidade da pesquisa, em sentido estrito (principalmente) para os

sujeitos envolvidos – a mobilização do pesquisador, o envolvimento e a participação dos sujeitos, a expectativa com a qual estes recebem o pesquisador e respondem à pesquisa –, e, em sentido amplo (também) para a sociedade que a financia.

Necessário se faz sopesar como se conjuga os fins da ciência com o papel do Estado no fomento da pesquisa e no resultado das descobertas, aliado ao desenvolvimento nacional, como prestação de serviço público. Isto porque, como alguns pesquisadores defendem e sintetiza Domingues (2014, p. 239), o atual sistema de avaliação “mede o talento pelo produto e leva ao produtivismo ou à produção pela produção como valor e atitude”, sendo certo que a obtenção de recursos públicos a partir da produção literária científica atualmente assemelha-se à licitação³² (embora não lhe seja usualmente atribuído este nome) conforme elucida o mesmo autor, “por um lado, transforma a produção intelectual em um grande certame, como nos play-offs, dividindo o mundo entre vencedores (produtivos) e derrotados (improdutivos)” (DOMINGUES, 2014, p. 239).

Ressalta Streck (2016, p. 538) que “há, na atividade de pesquisa, uma dimensão pública (mais ainda se é feita com recursos públicos!), que implica disposição de partilhar o processo e os resultados”. Por outro lado, Sustenta Schmidt (2011, P. 330-331) que, na busca pela quantidade, a associação a condutas “arranjadas”, a regimes padronizados da linguagem, além da prática de uma escrita esquemática e simplificada, impessoal e neutra política e ideologicamente, demonstra como o sistema de avaliação tornou-se um fim em si mesmo, capaz de anular diferenças e escolhas, expressando a predisposição ao controle heterônomo das práticas de ensino e pesquisa. Por fim, Araujo (2014, p. 113) alerta que a universidade “passa a deixar para segundo plano o compromisso com a produção do saber pela pesquisa e de um conhecimento crítico que resulte em benefícios sociais”, e isto acontece por subsumir-se “às forças econômicas, deixando de estar comprometida eticamente com a problemática de seu tempo e de seu entorno”. Como reação às imposições econômicas, Ferraz (2012, p. 296) sugere que “a resistência ao produtivismo evidencia a importância de resistir produzindo com responsabilidade, ou através de ações de resistência que se vinculam na maioria das vezes a motivos políticos e pessoais”.

Dias e Serafim (2015, p. 342-343) ressaltam a “importância desproporcional ao conceito da inovação tecnológica, deixando de lado outros aspectos – como a formação

³² Nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”.

cidadã ou humanística – fundamentais da educação”, e, em seguida, analisam que,

em um ambiente em que a reflexão, o pensamento crítico, o belo e o lúdico são necessários - inclusive para que a missão civilizatória da universidade seja viável - o imperativo produtivista, idealmente, não encontraria terreno fértil para prosperar. Essa contudo, não é a realidade: a imagem da universidade que temos hoje já não se apresenta mais tão distante daquela de uma hipotética gráfica onde são produzidos materiais impressos e cuja produção, em termos de volume, é até mesmo mais importante que o próprio conteúdo que veicula, ou o efeito social das ideias que dissemina (Dias e Serafim, 2015, p. 344).

Sguissardi e Silva Jr (2009, p. 32) apontam que as instituições federais de ensino superior “vão-se colocando a serviço das empresas multinacionais de novo estilo e, assim, perdendo sua autonomia. Sua pauta de pesquisa é o que interessa, enquanto sua autonomia é posta em segundo plano. E o Estado nacional perde sua soberania”. Nesta conjuntura, “o professor-pesquisador que atua na pós-graduação precisa submeter-se a uma série de exigências”, sendo certo que “tudo isso se dará em contexto de crescente individualismo e competitividade, em face da também crescente competição por publicação e financiamento” (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 43).

Tschoke (2016, p. 131) esclarece que “é possível um professor não se vincular a lógica do produtivismo, porém ele perde a conexão com a Pós-Graduação e diminui consideravelmente suas possibilidades de conquistar financiamentos para o desenvolvimento de seus projetos”, ao qual caberá, então duas alternativas: “buscar acumular capital a fim de permanecer no ambiente da Pós-Graduação ou se retirar e permanecer à margem do processo que deveria ser comum à sua função de docente do Ensino Superior, participando da formação de mestres e doutores”.

Em análise às premissas constitucionais, verifica-se que a Constituição de 1988 traz como diretriz, em seu artigo 206, que o ensino será ministrado com base, entre outros, nos princípios da (inciso II) “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e da (inciso VII) “garantia de padrão de qualidade”. Prossegue estabelecendo no artigo 207 que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Já em seu artigo 213, § 2º, a Constituição autoriza a percepção de apoio financeiro do Poder Público pelas atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento às inovações realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica. É possível perceber, dentro dos ideais de “liberdade” e “autonomia”, as ideias

de normatização da avaliação para estabelecer a garantia de qualidade que possibilitará o apoio financeiro. Outro ponto que merece consideração é a análise do modelo econômico adotado por nossa República. Dispõe o artigo 170 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB):

CRFB, art. 170. A ordem econômica, fundada na **valorização do trabalho humano** e na **livre iniciativa**³³, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - livre concorrência;

(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego; (...).

A ordem econômica prioriza, a partir destes ditames, a justiça social e o trabalho humano em detrimento dos valores liberais da economia de mercado, sendo, entretanto, a livre iniciativa e a livre concorrência pilares do modelo brasileiro. Porém, como estes pilares irão se transpor para a área de desenvolvimento do conhecimento é o desafio de como conjugar a moralidade pública (dimensão objetiva) na aplicação dos recursos com o ambiente causado por seus processos de elaboração e a valorização do trabalho humano (dimensão subjetiva) que se pretende analisar, considerando, ainda, os princípios administrativo-constitucionais expressos no cabeçalho do artigo 37 da Constituição³⁴.

Este normativo constitucional regulamenta, em seu cabeçalho, os princípios pelos quais a Administração Pública deverá se pautar no relacionamento com os administrados, os quais precisam ser avaliados em cada conduta administrativa, prevenindo arbitrariedades e constituindo princípios básicos do Estado Democrático de Direito, no qual todo poder emana do povo e a ele deve proteger.

Assim, o princípio da *Legalidade* restringe a atuação da Administração Pública à observância dos dispositivos legais, o que significa dizer que o administrador tem sua margem de atuação limitada por lei. Já o princípio da *Impessoalidade* garante tratamento isonômico aos cidadãos, ou seja, a todos de forma igualitária, bem como garante que a atuação do agente público não é atribuída à pessoa física, mas sim ao órgão que este

³³ Grifo nosso.

³⁴ Artigo 37, *caput* da CRFB: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

representa, tornando-se, assim, o fundamento da responsabilidade objetiva³⁵ do Estado prevista no parágrafo sexto do mesmo artigo³⁶. O princípio da *Moralidade*, de extrema relevância para análise ético-jurídica, diz respeito a uma moralidade jurídica, ou seja, o agente público precisa observar em todos os seus atos o comportamento ético-jurídico mais adequado, demonstrando lealdade à coisa pública (no idioma latim, *res publica*). Ou seja, além de observar a previsão legal que autorize a ação do agente público, em respeito ao princípio da legalidade, também é necessário que o ato administrativo expresse probidade e boa-fé, conforme o preceito do §4º deste artigo³⁷. Já o princípio da *Publicidade* impõe a transparência dos atos administrativos mediante publicação em órgão oficial, como regra geral, servindo como condição de validade do ato, para fins de conhecimento do conteúdo dos atos praticados por agentes públicos pelo administrado, cabendo exceções apenas em casos restritos nos quais outros interesses juridicamente relevantes precisem ser resguardados. Por fim, o princípio da *Eficiência*, incluído como princípio administrativo-constitucional mínimo da Administração Pública pela Emenda 19³⁸, torna expressa a diretriz já existente de que o administrador deve agir de modo rápido e preciso, produzindo resultados que satisfaçam as necessidades dos administrados, maximizando resultados com o menor comprometimento possível de recursos públicos.

Porém, na prática, o que se observa atualmente, conforme lista Sampaio (2016, p. 35), com o uso de verbas públicas, são algumas anomalias resultantes do produtivismo, conforme as listadas abaixo, dentre outras:

- A cisão entre pesquisa/ensino, tendo a supremacia da pesquisa, uma vez que ensinar rouba um tempo precioso, tempo que deveria estar sendo investido na produção de artigos;
- Surge, no cenário das universidades, os professores que são verdadeiros “pontuadores” e não construtores de conhecimento, pois não agregam quase nada à formação do aluno, uma vez que estão tão somente preocupados em ganhar editais e publicar em periódicos A1;
- Surgiu um verdadeiro negócio de produção de eventos científicos; congressos, seminários, publicação de periódicos para escoamento de todo material produzido.

³⁵ A responsabilidade se diz objetiva quando é aplicada independentemente da intenção do agente.

³⁶ Artigo 37, §6º da CRFB: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

³⁷ Artigo 37, §4º da CRFB: Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

³⁸ Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que modificou o regime e dispôs sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, além de outras providências.

Tschoke (2016, p. 133-134) observa que “a publicação do conhecimento é tarefa inerente ao professor pesquisador”, mas o que a cultura do produtivismo gera, “com as demandas geradas pela CAPES para os Programas de Pós-Graduação” é a inversão da “ordem das coisas”, quando “a publicação se transforma em verdadeiro pré-requisito para ingresso e permanência no ambiente da Pós-Graduação”, enquanto “na tradição científica a publicação dos resultados de uma pesquisa seria uma consequência do fazer acadêmico”. Martinelli (2016, p. 54-55) constata “que o modelo de gestão da administração pública tem efeitos sobre a produção do conhecimento”, e apresenta a dicotomia de efeitos, pois “por um lado é necessário que haja mecanismos para avaliar e melhor direcionar os investimentos em pesquisas científicas”, entendendo, assim, as regras de avaliação como necessárias, em que pese, “por outro lado, muitas vezes o excesso de normas e [...] pressões criadas pela necessidade de produzir resultados e melhorar indicadores de produtividade” refletem na qualidade desta produção, razão pela qual se faz “importante haver uma reflexão por parte das instituições produtoras de conhecimento e pelos pesquisadores sobre que tipo de conhecimento se quer produzir”. Por outro lado, a criação de periódicos sem real necessidade, segundo Rego (2014, p. 332) sugere uma fórmula para dar vazão à necessidade de publicar: “se analisados em conjunto [os periódicos], salvo uma ou outra exceção, cada vez mais rara, a maior parte indica ser nada mais do que veículos para escoar a produção de pesquisadores, centros de pesquisas, universidades e faculdades”.

Ressalte-se a importância das normas de avaliação, pois conforme conhecida máxima jurídica, *ubi homo ibi societas; ubi societas, ibi jus*³⁹, ou seja, não é possível pensar uma sociedade sem regras, sendo certo que, uma vez não adequadas, estas regras devem ser alteradas, mas somente se e quando outras melhores existam para se colocar no lugar. Leciona Carvalho (2014, p. 105) que “no âmbito de uma deontologia as ações são corretas quando se conformam a determinadas normas ou princípios, os quais definem os limites do que nós podemos fazer aos outros”, estabelecendo limites do que é moralmente permitido tendo a dignidade humana como fim, “sendo moralmente ilícito” instrumentalizar pessoas (CARVALHO, 2014, p. 106). Com esta finalidade, as normas jurídicas contribuem para “a reflexão ético-política, no sentido de chamar a atenção para valores como *dignidade humana, justiça, igualdade, liberdade*, tantas vezes [...] tidos por subprodutos de uma política de geração de riquezas e geração de um bem-estar não qualificado” (CARVALHO,

³⁹ Em tradução livre significaria “onde está o homem, aí estará a sociedade; onde está a sociedade, aí estará o direito”.

2014, p. 114).

Fico (2015, p. 1029) explica que, uma vez que o governo brasileiro financia a pós-graduação, ressalte-se, com verba pública, há como consequência a expectativa, como contrapartida, que a produção intelectual destes programas seja significativa enquanto conhecimento relevante, além de propiciar a formação de bons mestres e doutores. Para cumprir esta expectativa, “a única maneira de avaliar isso é por meio dos pares”, razão pela qual “o *Qualis* [...] não é uma matematização sem sentido, nem um produtivismo. É uma pontuação pactuada com a área”. Patrus, Dantas e Shigaki (2015, p. 5), igualmente, esclarecem que “devido aos altos investimentos envolvendo recursos públicos”, e, ainda, considerando “que não devem ser desperdiçados, espera-se que as pesquisas beneficiem a sociedade e a população. Isso significa que o controle aparentemente rígido e intolerante da CAPES poderia ser interpretado como uma ‘luta contra o desperdício’”. Streck (2016, p. 538), ressalta que “a qualidade refere-se ao valor ou aos valores atribuídos não apenas ao produto, mas, acima de tudo, ao processo de pesquisa, sendo, por isso, o tema da qualidade necessariamente perpassado pela ética”. Desta leitura é possível inferir-se que moralizar a pesquisa é buscar critérios que a qualificam, sendo preciso constante reflexão sobre o processo avaliativo e sobre como estabelecer tais critérios, bem como sobre a possibilidade do sistema atual ter se configurado numa sistematização de critérios meramente quantificadores, mesmo que se considere não ter sido esta sua intenção inicial.

O cuidado com a coisa pública importará, eventual ou habitualmente na pressão por prazos e retorno social, característicos da busca por eficiência e da manutenção da moralidade pública no investimento dos recursos do erário, e a adaptação do agente público ocorrerá da mesma forma que o trabalhador-empregado se adequa à racionalidade empresarial, ou que o trabalhador-voluntário se adequa aos objetivos da instituição sem fins lucrativos, ou este agente precisará reavaliar suas aspirações e, talvez, optar por ofício que não envolva, ao menos diretamente, a responsabilidade fiscal pelo gerenciamento e uso de verbas públicas. Ademais, estas são produzidas mediante a implantação de um sistema tributário capaz de expropriar o patrimônio individual a serviço da coletividade. Logo, é de se esperar que haja grande expectativa social diante e, especificamente, decorrente do pagamento de pesados tributos. Isto, contudo, não quer dizer que se deva aceitar condições degradantes ou desumanas de trabalho, em nenhuma de suas modalidades, principalmente em ofício responsável pelo desenvolvimento da nação.

Diante desta ponderação de interesses, porventura conflitantes, é que se faz essencial a reflexão sobre os rumos do desenvolvimento científico e sobre o papel das instituições

públicas de ensino superior nesta conjuntura, sempre sem se olvidar que as instituições são criadas a partir da junção destas mesmas pessoas. No caso da organização científica, especialmente por aquelas com o desenvolvimento intelectual capaz de produzir novos conhecimentos (conforme mencionado anteriormente, no Brasil, estes indivíduos correspondem a menos de dez por cento desta população, principal motivo pelo qual o estudo da integridade científica se preocupa com a ética no uso desta ferramenta, que não deve servir para dominar, sobretudo, os demais componentes dos outros noventa por cento).

Em que pese assumir personalidade própria após efetivamente criada, continuamente as instituições interagem com os agentes que a formam e com o sistema que lhe é externo, logo, os ruídos nesta interação devem ser constantemente avaliados e, caso se conclua que é possível estabelecer novas diretrizes, então sim será possível sua reorganização. Porém, individualmente, é relevante pensar o que leva cada pessoa a aderir a tal organização – neste caso, a tornar-se docente e pesquisador – e o motivo de, uma vez participante, voltar-se contra a mesma, inclusive recorrendo a condutas antiéticas para nela se manter, e o que a impede de, uma vez insatisfeita com os rumos da organização, continuar dela participando, ainda que seja preciso adoecer ou recorrer a estratégias moralmente (e mesmo juridicamente) questionáveis.

Precipuamente por ser o principal conhecedor das limitações da gestão de recursos públicos, por ser um sistema que se baseia estruturalmente na escassez – ainda que sejam suficientes, sempre será possível oferecer um retorno melhor à sociedade – não é plausível que o cientista queira ascensão profissional ou mesmo ausência de cobranças sem considerar que o Estado tem o dever moral e jurídico de conjugar cargos e salários com políticas tributárias. Isto não autoriza que o indivíduo, para atender a tais necessidades, possa recorrer a artifícios antiéticos, ou que repasse a outro o que é sua responsabilidade profissional, pois há pessoas reais, com problemas reais que anseiam pelas soluções que este profissional pode e deve oferecer à sociedade, por contrato que assinou autonomamente e por livre manifestação de vontade.

Relevante, ainda, considerar, o que os pesquisadores, de fato, oferecem ao sistema, posto que o escopo principal da ciência é melhorar a qualidade de vida, e não possibilitar ao pesquisador lucro, prestígio ou *status*. Em contrapartida, certo é que a produção científica configura o produto da organização acadêmica, a ser oferecido (ou vendido) ao sistema que a mantém. Caso assim não o faça, o sistema buscará outro produto para atender às suas necessidades, logo, o sistema existe sem os pesquisadores, mas estes não

existem sem aquele. As estratégias para atender isto é que devem ser criteriosamente pensadas, ponderando eficiência e eficácia.

O produtivismo, enquanto ideologia, surge da atual inabilidade em lidar com tais questões, principalmente porque estas são recentes. O avanço tecnológico, a revolução informacional, as reformas de estado, todos estes componentes possuem, quando muito, pouco mais de três décadas, sobretudo no Brasil, conhecidamente tardio na formação educacional. As primeiras faculdades de Direito no Brasil possuem menos de duzentos anos, quando, então, foi possível a formação de críticos nacionais para pensar um Estado nacional, independente (PALMA, 2015, p. 365). Para alcançar a formação *stricto sensu* levou-se cerca de cem anos – e ainda não se completou o centenário (SGUISSARDI E SILVA JR, 2009, p. 11), tornando-se importante a adequação para possibilitar alcançar alguma igualdade com países com esta formação mais desenvolvida. Por isso as reformas e normas de avaliação cada vez mais voltadas à publicação literária científica pareceu, *a priori*, importante e prioritária. Seu caminhar, contudo, acabou por apresentar algumas distorções que, neste momento, carecem de ajuste e, para tanto, qualificação do debate sobre seus principais aspectos.

Quanto às corporações editoriais privadas, embora se justifiquem pela necessária transparência e publicidade das pesquisas científicas, também se tornaram, paulatinamente, uma ferramenta de cultivo à própria imagem, pelo *status* e reconhecimento que são capazes de gerar. Assim, os cientistas ávidos por glórias pessoais conseguem utilizar tal instrumento, reforçando o poder que estas exercem sobre a comunidade acadêmica, possivelmente a fim de alcançar os prêmios, bolsas e demais incentivos fornecidos com verba pública, que os possibilitarão ocupar os cargos mais estratégicos das mais renomadas instituições.

Embora os critérios de produtividade da CAPES tenham gerado o fenômeno do produtivismo, estes ainda são coisas distintas. A transformação deste clima organizacional numa ideologia capaz de trazer morbidades aos seus integrantes se deu pela adoção de uma ética utilitarista, que ao conjugar a eficiência com a eficácia, considera bom o que é útil. Portanto, em que pese a importância de se ressaltar os efeitos do produtivismo acadêmico na saúde dos pesquisadores, isto não deve se dar ignorando a necessidade de retorno efetivo à sociedade, evitando o desperdício de recursos e investimento públicos. Por outro lado, enquanto as publicações garantem o desenvolvimento científico, seu excesso se mostra tão somente patológico.

O intuito de garantir que a ciência brasileira demonstre seu valor na comunidade

internacional e lá se mantenha, aliando o sentido de busca pela inovação à responsabilidade fiscal, sugerem como solução a reformulação das políticas de avaliação do trabalho científico e da distribuição de recursos às instituições, o que somente poderá ocorrer a partir do enriquecimento dos debates quanto à metodologia e desenvolvimento da pesquisa e da carreira acadêmica.

Afinal, é aos cientistas, acadêmicos e intelectuais que a população brasileira atribui a premissa de conhecerem os princípios éticos, as limitações do Estado e o melhor modo de desenvolver a ciência, possibilitando o crescimento individual conjuntamente com o coletivo, e em quem esta deposita a esperança de levar o Brasil, ainda que tardiamente, a ocupar posição estratégica no cenário internacional. Se isto puder acontecer não pela busca de um poderio bélico, mas pelo comprometimento nacional com a qualidade de vida dos habitantes do planeta (em compasso com as ciências humanas e sociais e com os motivos e objetivos que levaram à criação da Organização das Nações Unidas), ainda melhor.

4 BREVES APONTAMENTOS

Verificou-se na presente pesquisa que o desenvolvimento da ciência, a partir do século XVII, e, especificamente no Brasil, a partir do século passado, exigiu cada vez mais a sistematização de sua produção, acarretando a necessidade da organização dos cientistas para a convergência de esforços. Neste processo, a criação de normas para distinguir a pesquisa séria, capaz de gerar uma nova verdade, tomou proporção ao abranger também os critérios de comunicação. Em seguida, tais critérios serviram de base para classificação de mérito para a obtenção do investimento estatal e, inclusive, como critério de justiça para a distribuição dos recursos públicos para a pesquisa.

O pesquisador não deve ver satisfeito seu propósito apenas por entender que atendeu às metas estabelecidas. Ele tem dever moral de produzir observando a responsabilidade com o dinheiro público, atentando aos prazos, respeitando o Direito Autoral e, sobretudo, considerando que o produto da pesquisa não é direcionado para uma abstração de “ser humano”, mas para pessoas concretas, com problemas concretos e que, concretamente, financiam toda pesquisa praticada no Estado.

Em busca de melhor colocação no cenário mundial, o Brasil elegeu a pesquisa como propulsor do desenvolvimento nacional e, sendo a internacionalização uma variável importante no processo de avaliação, se observou como os periódicos, a fim de se adequarem a esta exigência, passaram a ter nome em língua estrangeira. Outro passo foi o aumento do percentual correspondente ao peso da produção literária científica na nota dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, com a consideração dos periódicos utilizados para compor boa parte desta nota.

Observou-se ainda como a aplicação da racionalidade *taylorista e fordista* no que diz respeito à segregação do conhecimento, diferenciando o valor atribuído aos periódicos de acordo com as áreas, pode acabar por desestimular a convergência de saberes na produção do conhecimento. Outro ponto, pouco explorado, mas não menos importante, foi a consideração sobre o impacto da particularização do conhecimento, derivada desta segregação, levando o pesquisador a fechar-se em sua área em busca de cada vez mais especialização, tornando seu trabalho cada vez mais enfadonho e sua percepção cada vez menos crítica, conforme for maior sua falta de visão de conjunto.

O desenvolvimento das organizações em geral suscitou a preocupação, na ciência jurídica, com a saúde do trabalhador, campo que, dentro de sua trajetória, tem mostrado significativos avanços, pondo o trabalhador cada vez mais como merecedor de cuidado e pre-

ocupação moral, demonstrando maior atenção com o ambiente laboral. Porém este estudo ainda carece de maior desenvolvimento, pois está sempre aquém do aperfeiçoamento das máquinas, capazes de enfraquecer as delimitações feitas entre o tempo de trabalho e o tempo de vida pessoal, ao passo que o trabalhador também, de certa forma, adere à sensação de onipresença diante das possibilidades conferidas pelos novos equipamentos e pelo novo cenário informacional. Por isso, o estudo da dimensão jurídica do ambiente de trabalho é relevante, pois se, por um lado, se busca humanizar a relação dos humanos com as máquinas, por outro, quando se tem como objetivo uma racionalidade precipuamente econômica, é possível a permissão de regras que impõem cada vez mais produção, gerando ambiente organizacional mórbido.

Assim, buscou-se abordar como eixo da presente dissertação, a relação entre a pesquisa, o produtivismo e a moralidade pública. Considerando a individualidade brasileira quanto à sua história, concepção econômica e sistema de governo, se optou por analisar o que autores nacionais têm publicado, em língua portuguesa, bem como o que se tem desenvolvido nos programas de especialização sobre o assunto.

Na observação das reflexões encontradas, foi possível verificar, a todo tempo, a dicotomia: tanto no embate entre a dimensão objetiva das normas de avaliação com a dimensão subjetiva da percepção dos pesquisadores; quanto na dimensão jurídica de organização social com a dimensão ética de absorção das normas prescritas; na prioridade dada à esfera institucional com a consideração da esfera individual; no cuidado do público se observando a coexistência do privado; demonstrando que existe a busca por um modelo (ideal) de organização que tenha como convergência a moralidade da pesquisa com o pretendido retorno social, agrade a todos e aprimore o próprio sistema em si considerado, na qual as ciências sociais ganham destaque por ser a responsável pela análise dos fenômenos de interação e da interseção destes interesses, sobretudo quando se observa sua inserção na lógica de mercado.

Quanto à pesquisa, utilizou-se sua importância como ferramenta para desenvolvimento nacional e melhora da qualidade de vida, ocupando lugar estratégico para a sociedade como um todo, razão pela qual é objeto de incentivo, prioridade e reflexão sobre as melhores formas de proporcionar sua desenvoltura. Nesta perspectiva, a produção científica foi tida como forma de intercâmbio desta organização com a sociedade e como ferramenta para o aprimoramento do conhecimento, e considerou-se a possibilidade da ciência se autossustentar a partir das publicações, sendo decorrência inafastável do envolvimento com a pesquisa, por ter se tornado o modo de sobrevivência da organização

em si considerada. Assim, aos componentes da CAPES é determinada a responsabilidade por estabelecer os critérios de avaliação, que vieram, no seu desenrolar, a gerar o que se chamou de produtivismo acadêmico.

Quanto ao produtivismo, procurou-se compreender o cenário (motivos e finalidades) dos indivíduos, ao buscarem ter a produtividade elevada, compreendendo-se o produtivismo como busca desequilibrada por estes fins, a partir da crença numa ética consequencialista. Isto porque as delimitações ao produtivismo encontradas o colocavam como construção ideológica ou cultura institucional, internalizada pelos pesquisadores, resultantes da burocracia criada pela CAPES, que tem como base o pragmatismo e a mercadorização da ciência e da inovação tecnológica.

Logo surgiram as analogias ao *taylorismo* e ao *fordismo* como formas de traduzir a adaptação da produção fabril à organização acadêmica, relacionando-as à autoria e à comunicação científica, à mudança no papel das universidades, ou seja, à prática científica em geral. Com o aumento da competitividade dos pesquisadores e dos programas, a solidariedade e a cooperação ganharam espaço nestes debates.

Entendeu-se ser o produtivismo acadêmico o *(i) princípio político; (ii) ideologia; (iii) quadro mórbido ou condição patológica de produção literária científica dos pesquisadores de forma excessiva, ao tornar-se o eixo central da atividade acadêmica, ao qual os pesquisadores aderem a partir de (i) medo de ser rotulado como improdutivo; (ii) crença; (iii) senso de utilidade; e/ou (iv) sensação de (i) poder; (ii) status e/ou (iii) reconhecimento, consistindo na busca de extenso rol de publicações no currículo, podendo envolver estratégias, inclusive, consideradas como más condutas, em razão (efeito) do modo como as regras de avaliação dos programas de pós-graduação são recebidas e repassadas pelas instituições de ensino superior, equiparado a uma espécie de ditadura da eficácia intelectual ou a uma eficiência acadêmica, ainda que aparente. Como fenômeno recente e complexo, envolve diversas variáveis, ainda imprecisas abstratamente, mas observáveis nos casos individuais, de forma geral.*

Os estudos sobre o assunto, em termos gerais, apontam os desequilíbrios causados pelo produtivismo no desenvolvimento científico, ao reduzir a qualidade, ao se constatar que há a proliferação das condutas antiéticas ou o desgaste da saúde dos envolvidos a partir da ocorrência deste fenômeno, razão pela qual se conclui que a presente lógica de produção científica, ao menos por alguns pesquisadores, é tida como produtivista.

Por tais razões, a presente pesquisa agregou ao fenômeno a compreensão do assédio moral, aqui considerado pelo viés organizacional. Isto porque, embora o assédio moral

normalmente seja atribuível a uma pessoa física, classificada como agressor, no produtivismo acadêmico se observou que não há um agressor específico, mas todo o sistema é conjecturado por seus partícipes de forma que tenha como resultado uma pressão por metas, que tem como consequência, no nível individual, uma autogestão por estresse.

Tal conjectura se torna importante ao se verificar que há a percepção do trabalho como intensificação, junto ao aumento da competitividade e conseqüente ruptura com o sistema cooperativo e com a solidariedade entre os pares. Sem qualquer intuito de fomentar a prática de levar ao Poder Judiciário a responsabilidade de solução deste conflito, tal reflexão visa possibilitar aos indivíduos inseridos neste processo uma observação mais ampla da realidade da qual participa.

O assédio passa, então, a acontecer, a partir da coexistência dos indivíduos com as ameaças a quem não se mantém no padrão esperado. Ressaltou-se que tais ameaças vão além da possibilidade de demissão ou exoneração, mas chegam ao medo do rebaixamento, da estagnação na carreira, da perda salarial, de prestígio entre seus pares, o que significa que o pesquisador, em que pese possa até permanecer na organização científica, será, possivelmente, *deixado à margem* pelos colegas, ou seja, poderá passar por um processo, dentre as muitas formas possíveis, de exclusão desta comunidade.

Assim, embora quem tenha a capacidade de escolher o modo de sua produção seja o próprio pesquisador, não há como negar que nesta elaboração são consideradas todas estas ameaças. Porém, em vez de resistir e pensar os meios de transformar este sistema para melhor, alguns optam somente pela adesão a esta lógica, ainda que isto signifique agir antieticamente ou a partir de ética que considere apenas os fins que se pretende alcançar, ou, em última análise, com a consideração estrita da busca pelo poder e mesmo a prevalência da idolatria à própria imagem.

Quanto aos muitos argumentos encontrados com críticas às corporações editoriais e os que defendem a responsabilidade da CAPES ou das normas de avaliação que esta estabelece, ressaltou-se o cuidado de não se considerar a CAPES um ser fora da realidade dos pesquisadores, capaz de torná-los vítimas acríicas. Além de ter a reflexão como norte e ponto central de seu ofício, as regras são criadas, absorvidas, cumpridas e reproduzidas, em última análise, *para e pelos* pesquisadores, que são sujeitos tanto ativos quanto passivos destas normas. Também se observou que tais políticas são necessárias, então ater-se às críticas ao órgão responsável poderia implicar na conclusão de se encontrar, como solução, a extinção deste órgão e/ou destas políticas.

Quanto às causas deste assédio, propõe como decorrente da forma como as

instituições absorvem e incorporam as regras de avaliação, ou seja, a discussão sobre o produtivismo não se restringe à análise do assédio moral, mas vai além, considerando não somente as normas de avaliação em si, mas a percepção dos programas de pós-graduação e dos pesquisadores sobre estas, de acordo com o tratamento dado pelas instituições de pesquisa e ensino. Em outras palavras, tal assédio decorre mais da forma que as normas do sistema de avaliação são interpretadas pelos programas e percebidas pelos pesquisadores do que das normas em si consideradas.

Utilizou-se, para tal proposta, as lições sobre o comportamento humano ter causa e finalidade, pois é sempre orientado e dirigido, e não aleatório ou casual, e que, ao se correlacionar as políticas e valores da organização social, os métodos adotados e a produtividade, a absorção destas variáveis impactará no comportamento individual e no clima organizacional, levando às considerações sobre a importância da ponderação entre eficiência e eficácia e entre as dimensões objetiva e subjetivas.

Nesta reflexão é relevante considerar que existe a finalidade de garantir a produção do desenvolvimento nacional pela pesquisa, e que, no Brasil, menos de dez por cento da população tem a formação suficiente para participar deste processo, logo, é palpável afirmar que algum tipo de escravização possa ser utilizado para motivar estes indivíduos. Assim se conjecturou ser o desejo de reconhecimento e/ou a vaidade do currículo *Lattes* qualificado para mais facilmente obter financiamentos, aspectos que colaborem para obter do pesquisador mais trabalho. Ou seja, a busca por reconhecimento pode servir de instrumento para aumentar a produção, aliada à revolução tecnológica que proporciona algum senso de onipresença, o que se dá desconsiderando a qualidade de vida, a saúde e a dignidade do pesquisador, principalmente quando se consegue colocá-lo como protagonista desta desconsideração. Assim, pela própria autonomia e manifestação de vontade, ele desqualifica sua vida, sua saúde e sua dignidade, por acreditar que os fins que pretende alcançar são mais importantes que a ética ou até mesmo que seu próprio bem-estar. Não só o sistema transforma o pesquisador em instrumento de produção: ele também instrumentaliza, a si e a seus pares, para atender a tais exigências.

Por isso a importância da dimensão mórbida do produtivismo. Tal situação não pode estar desligada do contexto histórico-social no qual vivemos, que transferiu o modelo axiológico *fordista* para o ambiente do conhecimento científico, outrora determinada pelo ócio. Não se trata de mero modelo diverso do anterior, mas de fenômeno que aparece diante da forma que cada pesquisador e a organização científica em geral tratam o novo modelo. Não chega a representar um obstáculo, pois é pela práxis que se alcança a

excelência, sendo necessário apenas promover o ajuste que se entender necessário a partir do diagnóstico de existência de uma patologia.

Quanto à moralidade pública, avaliou-se o quanto a ânsia de produzir para fins de pontuação, pode ter, como consequência, a falta de sentido em algumas pesquisas, bem como a observância dos deveres éticos e jurídicos no uso de verbas públicas. Não é possível desconsiderar que a produção do conhecimento se insere na gestão de recursos públicos pela administração pública, que tem o dever de observar, além da moralidade, a legalidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência, por isso os investimentos precisam ser direcionados da forma que se entender como a mais correta possível, pois ao financiar a pós-graduação, o governo brasileiro e a sociedade esperam, como contrapartida, o retorno significativo na forma de conhecimento relevante, e de mestres e doutores bem formados. O desperdício de recursos deve ser combatido, e isso não justifica a imoralidade, mas pelo contrário, fundamenta o combate também à conduta antiética.

A consideração sobre os critérios de qualidade não poderem se basear na quantidade de produção merece cada vez mais aprofundamento, pois se detectou a dificuldade em estabelecer critérios meramente qualitativos, capazes de demonstrar, objetivamente, que o investimento na pesquisa se justificou, por ter sido esta, de fato, relevante para a sociedade. Porém, insta salientar que, embora ainda seja difícil dizer de forma precisa o que faz de uma pesquisa relevante socialmente, é plenamente possível detectar que pesquisas sem sentido, imaturas, republicadas ou com falsa atribuição de autoria estão longe de alcançar tal relevância tão esperada.

Não obstante os critérios de produtividade da CAPES tenham gerado o fenômeno do produtivismo, estes ainda são coisas distintas de uma de suas consequências. A transformação deste clima organizacional numa ideologia capaz de trazer morbidades aos seus integrantes se deu pela adoção de uma ética utilitarista, que ao conjugar a eficiência com a eficácia, considera bom o que é útil. Logo, o produtivismo coexiste com a organização científica, que lhe é anterior e que sem este pode sobreviver, pois não é o excesso de publicações que garante o melhor desenvolvimento científico, por isso não se sustenta qualquer afirmação no sentido de ser esta sua racionalidade intrínseca ou estrutural.

Conclui-se que o produtivismo como fenômeno, ideologia ou política adotada, como tudo que se conhece, não surge do nada. As normas de produtividade são produtos humanos, por isso o Direito se configura como instrumento a ser bem manejado e jamais negligenciado, por ser capaz de, ao menos, criar obstáculos às arbitrariedades e destacar o cui-

dado do bem-estar que fundamenta o direito à saúde, e que também fundamentará o direito ao desenvolvimento pelo exercício do trabalho, tanto individual quanto socialmente, e do Brasil enquanto nação.

Por fim, a pesquisa pretendeu contribuir com o debate para a reflexão sobre a política científica nacional, na medida em que a função dos Programas de Pós-graduação é a sinergia de esforços, contrariamente ao estímulo à competição entre os componentes (pesquisadores) desta organização. Assim, foi descrita a necessidade de considerar, na construção de novas políticas de avaliação, todos os aspectos relevantes tanto para os pesquisadores quanto para o desenvolvimento coletivo, científico, social e econômico, garantindo que a ciência brasileira ocupe seu lugar de valor na comunidade internacional, mesmo considerando seu início tardio, mantendo a busca pela inovação aliada à responsabilidade fiscal, e considerando a importância da metodologia e do desenvolvimento da pesquisa e da carreira acadêmica, sempre tendo como primeiro plano a ética mais adequada, as limitações do Estado e o desenvolvimento da ciência, possibilitando o seu próprio crescimento e o daqueles que nela têm o seu ofício. Caso a motivação para tanto não seja somente a busca pelo poder, mas também a busca por melhor qualidade de vida dos habitantes do planeta, respeitando as vulnerabilidades que nos humanizam, articulada com as ciências humanas e sociais e com os motivos e objetivos que levaram a humanidade a criar a Organização das Nações Unidas, estaremos mais próximos ainda da real autocomposição destes conflitos e da idealizada pacificação social.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARAUJO, J. B. **Uma Análise Macroeconômica da Tendência da Pós-graduação**: um estudo sobre a UFMG. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2705>>. Acesso em: 11 jun. 2017
- BARATA, R. C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o *Qualis*. **RBPG**. Brasília, v. 13, n. 30, p. 013-040, jan./abr. 2016.
- BARBOSA, W.V. O materialismo histórico. In: REZENDE, A. (Org.) **Curso de Filosofia**: para professores e alunos dos cursos de ensino médio e de graduação. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 173-195.
- BARRETO, A. A. A liberdade das vozes. **DataGramZero**, v. 4, n. 6, p. A01-0, 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/7786>>. Acesso em 30 jan. 2017.
- BARSOTTI, P. D. Produtivismo acadêmico: essa cegueira terá fim?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 587-590, jun. 2011.
- BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicol. Soc.**, v. 26, n. spe, p. 129-139, 2014.
- BIANCHETTI, L. O processo de bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista com Josep M. Blanch. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 110, p. 263-285, mar. 2010.
- BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. Ensaio: **aval. pol. públ. Educ.**, v. 22, n. 82, p. 89-110, mar. 2014.
- BORSOI, I. C. F.; PEREIRA, F. S. Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. **Univ. psychol**; v. 12(4), p. 1213-1235, oct.-dez. 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- BRASIL. Decreto n. 8.877, de 18 de outubro de 2016. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 out. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8877.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Decreto n. 91.146, em 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 mar. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91146.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jun. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Lei de Improbidade Administrativa (LIA). Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.029, de 13 de abril de 1995. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 abr. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9029.HTM>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Lei n.10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. EDIT NOVO MCTI 5min. Brasília, 27 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EGtpIHTaDI0>>. Acesso em 14 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Estado do Trabalho (MTB). Portaria MTB n. 3.214, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 1978. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/mte/1978/3214.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

CALVO, A. **O Direito Fundamental à Saúde Mental no Ambiente de Trabalho: o combate ao assédio moral institucional - visão dos tribunais trabalhistas**. São Paulo: LTr, 2014.

CAMARGO JÚNIOR, K. R. Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1707-1711, set. 2013

CARTA POTIGUAR. Notícia: Delinquência acadêmica: o crime de autoria nas universidades. Alipio de Sousa Filho. Publicado em: 26 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2015/11/26/delinquencia-academica-o-crime-de-autoria-nas-universidades/>>. Acesso em 09 jun. 2016.

CARVALHO, M. C. M. Por uma ética ilustrada e progressista: uma defesa do utilitarismo. *In*: OLIVEIRA, M. A. (Org). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 99-117.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>>. Acesso em 6 jun. 2017.

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA CIENTÍFICA (CNRS). Agências de financiamento no Brasil. [S. l.]: CNRS Brasil, [S.a.]. Disponível em: <<http://www.cnrs-brasil.org/a-pesquisa-no-brasil/agencias-de-financiamento-no-brasil/>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CHIAVENATO, I. **Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos**. 8. ed. São Paulo: Manole Conteúdo, 2016.

COIMBRA JR., C. E. A. Efeitos colaterais do produtivismo acadêmico na pós-graduação. **Cad. Saúde Pública**, Out 2009, vol.25, no.10, p.2092-2092. ISSN 0102-311X.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Apresentação Institucional**. [S. l.]: CAPES, 2016. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao_institucional/>. Publicado em: 22 jan. 2016. Duração: 4min50seg. Acesso em 14 nov. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Diretrizes traçadas pelo CNPq**. [S. l.]: CAPES, [S. a.]. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>>. Acesso em: 15 jun. 17.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Plataforma Lattes**: sobre a Plataforma. [S. l.], CNPq, [S. a.]. Disponível em: <<http://Lattes.cnpq.br/>>. Acesso em 14 nov. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Classificação da produção intelectual**. Brasília, 1º Abr. 2014. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em 15 nov.2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Portaria CAPES nº 013, de 01 de abril de 2002**. Dispõe sobre as notas atribuídas aos programas de pós-graduação nos procedimentos do sistema de avaliação e no funcionamento de cursos de mestrado e doutorado. [n. l.], Brasília, DF, 1º abr. 2002. Disponível em: <<http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Portaria-capes-13-2002.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020**, v. 1. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Classificação da produção intelectual**. [S. l.]: CAPES, 2014. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em 15 nov. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área 2017**: Administração. [S. l.]: CAPES, 2017. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/27_ADMI_documentoarea_2016.pdf>. Publicado em 5 jan. 2017. Acesso em 18 jan. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área 2017**: Saúde Coletiva. [S. l.]: CAPES, 2016. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/22_SCOL_documentoarea_2016.pdf>. Publicado em 6 dez. 2016. Acesso em 14 abr. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **História e Missão**. [S. l.]: CAPES, 2008. Publicado em: 17 jun. 2008. Disponível em: <<https://www.CAPES.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 14 nov. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório de Avaliação 2010-2012 Trienal 2013**: Interdisciplinar. [S. l.]: CAPES, 2013. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4674-interdisciplinar>>. Acesso em 15 Nov. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Sobre as áreas de avaliação**. [S. l.]: CAPES, 2014. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>>. Acesso em 15 nov. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). INTERDISCIPLINAR. **Relatório de Avaliação 2010-2012 Trienal 2013**. Brasília, 24 Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4674-interdisciplinar>>. Acesso em 15 Nov. 2016. p. 2.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área 2017**. Administração, p. 10. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/27_ADMI_documentoarea_2016.pdf>. Publicado em 5 jan. 2017. Acesso em 18 jan. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área 2017**. Saúde Coletiva, p. 16-17. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/22_SCOL_documentoarea_2016.pdf>. Publicado em 6 dez. 2016. Acesso em 14 abr. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Sobre avaliação de cursos**. [S. l.]: CAPES, [s. a.]. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

COSTA, D. L. **Análise da relação entre saúde mental e trabalho de docentes universitários**. 114f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21921>>. Acesso em 11 Jun. 2017.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo, Boitempo, 2008.

DELGADO, M. G. **Capitalismo, Trabalho e Emprego**: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016.

DIAS, R.; SERAFIM, M. Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira. **Avaliação**. Campinas, v. 20, n. 2, p. 335-351, jul. 2015.

DOMINGUES, E. Autoria em tempos de "produtivismo acadêmico". **Psicol. estud.**, v. 18, n. 2, p.195-198, jun. 2013.

DOMINGUES, I. O sistema de comunicação da ciência e o *taylorismo* acadêmico: questionamentos e alternativas. **Estud. av.**, v. 28, n. 82, p. 225-250., dez. 2014.

DUARTE, J. L. N. **Trabalho docente do assistente social nas federais**: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico. 467 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/23495>>. Acesso em 11 Jun. 2016.

DUC, M.; DURAFFOURG, J. O trabalho e o ponto de vista da atividade, Cap. 1. *In*: Louis Durrive; Yves Schwartz (orgs.). **Trabalho e Ergologia**. Niterói: EdUFF, 2010.

FALASTER, C.; FERREIRA, M. P.; CANELA, R. Motivos de rejeição dos artigos nos periódicos de administração. **Organ. Soc.**, v. 23, n. 77, p. 285-306, jun. 2016.

FERRAZ, B. T. **Reconfiguração da profissionalidade docente na docência universitária no contexto da avaliação da pós-graduação**. 352 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12996>>. Acesso em 10 Jun. 2017

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Coord. Marina Baird Ferreira. 8. ed., v. atual. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FICO, C. A pós-graduação em História: tendências e perspectivas da área. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v. 22, n. 3, p. 1019-1031, set 2015.

GIROTTO, E. D. **Entre a escola e a universidade**: o produtivismo-aplicacionismo na formação de professores em Geografia. 245f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02072014-125310/>>. Acesso em 10 Jun.2016

HIRIGOYEN, M.-F. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KUHLMANN JUNIOR., M. Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. **Cad. Pesqui.**, v. 45, n.158, p. 838-855, dez. 2015.

LACAZ, F.A.C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23(4): p. 757-766, abr. 2007.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51,

n. 3, p. 244-254, mai-jun. 2011.

MANCEBO, D. Trabalho docente e produção de conhecimento. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 519-526, 2013.

MARTINELLI, S. G. **Modelagem de um sistema de gestão para a sustentabilidade do conhecimento em universidades**: um desenho para o GAP da UFSM campus Palmeira das Missões. 274f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8690>. Acesso em 11 Jun. 2017

MENDES, R.; DIAS, E.C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev Saúde públ.**, São Paulo, v. 25, p. 341-9, 1991.

MENDONÇA, A. Dos valores de medida aos valores como medida: uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. **Ensaio Filosóficos**. v. X, p. 111-133, dez. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Censo. Número de brasileiros com graduação cresce 109,83% em 10 anos. **Portal do MEC**: Brasília, 3 mai. 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/17725-numero-de-brasileiros-com-graduacao-cresce-10983-em-10-anos>>. Acesso em 27 jun. 2017.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASCIMENTO, C. M. V. **As políticas públicas de avaliação do ensino superior e o trabalho docente no Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo**: sinais da ditadura ou a ditadura do SINAES. Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/2247>>. Acesso em 10 Jun. 2017.

NEVES, A.G.M. Opinião: Publicar mais ou melhor? A ciência brasileira se preocupa mais com a quantidade ou a qualidade da sua produção? **Pós-graduando**. Belo Horizonte, 16 jun. 2010. Disponível em: <<http://posgraduando.com/publicar-mais-ou-melhor/>>. Acesso em 09 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação n. 112**: recomendação sobre os serviços de medicina do trabalho. 24 jun. 1959. 43ª reunião. Genebra: [s. n.], 1959. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312450:NO>. Acesso em: 22 jun.2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação n. 117**. Recomendação sobre os serviços de saúde do trabalho. 26 jun. 1985. 71ª reunião. Genebra: [s. n.], 1985. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312509>. Acesso em: 22 jun.2017.

PAIVA, J. Z. S. **As transformações do trabalho docente na Universidade Federal do**

Amazonas: da produção ao produtivismo na pós-graduação. 167f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5295>>. Acesso em 10 Jun. 2017.

OLIVEIRA, S. G. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2011.

PALMA, R. F. **História do Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PATRUS, R.; DANTAS, D. C.; SHIGAKI, H. B. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação *stricto sensu*: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, p. 1-18, 2015.

PIMENTA, A. G. **(Des)caminhos da pós-graduação brasileira**: o produtivismo acadêmico e seus efeitos nos professores pesquisadores. 324f. Tese (Doutorado em Educação – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2014. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4823>>. Acesso em 10 Jun.2017

PORTAL BRASIL. **Governo**: governo federal é formado por ministérios, secretarias e órgãos especiais. [S. l.], Portal Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/governo-federal-e-formado-por-ministerios-secretarias-e-orgaos-especiais>>. Acesso em 14 nov. 2016.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Censo**: número de brasileiros com graduação cresce 109,83% em 10 anos. [S. l.], Portal do MEC, 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/17725-numero-de-brasileiros-com-graduacao-cresce-10983-em-10-anos>>. Acesso em 27 jun. 2017.

PORTUGAL. **Lei n. 7/2009, de 12 de fevereiro**. Aprova a revisão do Código do Trabalho. Lisboa: Diário da República n. 30/2009, série I de 2009-02-12. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada-/lc/75194475/201701182137/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice>. Acesso em: 22 jun. 2017.

POS-GRADUANDO. **Opinião**: publicar mais ou melhor? A ciência brasileira se preocupa mais com a quantidade ou a qualidade da sua produção? Publicado em: 16 jun. 2010, por Armando G. M. Neves. Disponível em: <<http://posgraduando.com/publicar-mais-ou-melhor/>>. Acesso em: 09 Jun. 2016.

REGO, T. C. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. **Educ. Pesqui.**, v. 40, n. 2, p. 325-346, jun. 2014.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Ordonnance n. 2007-329 du 12 mars 2007 relative au code du travail**. 2008. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006072050&dateTexte=20170709>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SAMPAIO, P. P. **Ser (in)feliz na universidade**: sofrimento/prazer e produtivismo no

contexto da pós-graduação em Saúde Coletiva/Saúde Pública. 240f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2016. Disponível em:

<<https://uolp.unifor.br/oul/conteudosite/F86027120161124090228345103/Tese.pdf>>.

Acesso em 10 Jun. 2017.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D.; SCHWARTZ, Y. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 721-725, aug. 2009.

SCHMIDT, M. L. S. Avaliação acadêmica, ideologia e poder. **Psicol. USP**, v. 22, n. 2, p. 315-334, jun. 2011.

SGUISSARDI, V. Produtivismo acadêmico. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em:

<<http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=336>>. Acesso em 30 mai. 2017.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, K. **Assédio moral e sofrimento no trabalho de professores universitários em Manaus**. 67f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em:

<<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5586>>. Acesso em: 11 Jun. 2017

SILVA, M. R.; PIRESA, G. L. Motrivivência, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 36, n. 4, p. 780-789, dez. 2014.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico**. Autorializadores: Nagib Slaib Filho e Glaucia Carvalho. Rio de Janeiro: 2006, Forense.

SILVEIRA, L. **Hóspedes do profeta sem morada: estudo sobre modos de subjetivação da migração, a partir das experiências de estudantes de pós-graduação participantes de programas de intercâmbio internacional**. 202f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6109>. Acesso em 10 Jun.2017.

SOUSA FILHO, A. Notícia: Delinquência acadêmica: o crime de autoria nas universidades. **Carta Potiguar**. Natal, 26 nov. 2015. Disponível em:

<<http://www.cartapotiguar.com.br/2015/11/26/delinquencia-academica-o-crime-de-autoria-nas-universidades/>>. Acesso em 09 Jun. 2016.

STRECK, D. R. Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade. **Interface (Botucatu)**, v. 20, n. 58, p. 537-547, set. 2016.

SUPIOT, A. **Homo Juridicus: ensaio sobre a função antropológica do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 769-792, dez. 2011.

TSCHOKE, A. **Da recreação e lazer para o lazer e sociedade**: as maneiras de fazer acadêmico no campo do lazer ligadas a área da Educação Física. 198f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/44718>>. Acesso em 10 Jun. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Directiva de base para a Organização do tempo de trabalho Directiva nº 93/104/CE do Conselho, de 23 de Novembro de 1993 relativa a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho, alterada pela Directiva 2000/34/CE, de 22 de Junho de 2000, do Parlamento Europeu e do Conselho. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 18 nov. 2003. Disponível em: <http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/Directiva_2003_88.pdf>. Acesso em 15 nov. 2016.

VILAÇA, M. M. **Publicar ou perecer**: uma análise crítico-normativa das características e dos efeitos dos modelos cientométrico e bibliométrico adotados no Brasil. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VILAÇA, M. M.; PALMA, A. Comentários sobre avaliação, pressão por publicação, produtivismo acadêmico e ética científica. **Cad. Pesqui.**, v. 45, n. 158, p.794-816, dez. 2015.

VILAÇA, M. M.; PALMA, A. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 467-484, jun. 2013.

VIZEU, F.; MACADAR, M. A.; GRAEML, A. R. Produtivismo acadêmico baseado em uma perspectiva habermasiana. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 984-1000, dez. 2016.

VOGEL, M. J. M. **Avaliação da pós-graduação brasileira**: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica. 188f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-29062015-150747/pt-br.php>>. Acesso em: 11 Jun. 2017.

VOSGERAU, D. S.R.; ORLANDO, E. A.; MEYER, P. Produtivismo acadêmico e suas repercussões no desenvolvimento profissional de professores universitários. **Educ. Soc.**, v. 38, n. 138, p. 231-247, jan. 2017.

ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do "publique, apareça ou pereça": um equilíbrio difícil e necessário. **Cad. Pesqui.**, v.45, n.158, p.726-750, dez. 2015.

APÊNDICE A – REVISTAS COM NOME EM OUTRO IDIOMA

Título atual	Publicação de:	Título anterior
<u>Acta Scientiarum.</u> <u>Agronomy - 38 números</u>	Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM	-
<u>Acta Scientiarum. Animal</u> <u>Sciences - 23 números</u>	Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM	-
<u>Archives of Clinical</u> <u>Psychiatry (São Paulo) - 92</u> <u>números</u>	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	Boletim da Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade De São Paulo
<u>Archives of Endocrinology</u> <u>and Metabolism - 11</u> <u>números</u>	Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia	<u>Arquivos Brasileiros de</u> <u>Endocrinologia &</u> <u>Metabologia</u>
<u>Audiology -</u> <u>Communication Research -</u> <u>13 números</u>	Academia Brasileira de Audiologia	<u>Revista da Sociedade</u> <u>Brasileira de</u> <u>Fonoaudiologia</u>
<u>Bragantia - 226 números</u>	Instituto Agrônomo de Campinas	-
<u>Clinics - 122 números</u>	Faculdade de Medicina / USP	<u>Revista do Hospital das</u> <u>Clínicas</u>
<u>Crop Breeding and Applied</u> <u>Biotechnology - 27</u> <u>números</u>	Crop Breeding and Applied Biotechnology	-
<u>Dementia &</u> <u>Neuropsychologia - 37</u> <u>números</u>	Associação de Neurologia Cognitiva e do Comportamento	-
<u>Dental Press Journal of</u> <u>Orthodontics - 41 números</u>	Dental Press International	<u>Revista Dental Press de</u> <u>Ortodontia e Ortopedia</u> <u>Facial</u>
<u>Genetics and Molecular</u>	Sociedade Brasileira de	<u>Brazilian Journal of</u>

<u>Biology - 79 números</u>	Genética	<u>Genetics</u>
<u>Hoehnea - 39 números</u>	Instituto de Botânica	-
<u>International Archives of Otorhinolaryngology - 20 números</u>	Fundação Otorrinolaringologia	<u>Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia</u>
<u>JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management - 35 números</u>	TECSI Laboratório de Tecnologia e Sistemas de Informação - FEA/USP	-
<u>Journal of Aerospace Technology and Management - 4 números</u>	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	-
<u>Journal of Applied Oral Science - 80 números</u>	Faculdade De Odontologia De Bauru – USP	Revista Da Faculdade De Odontologia De Bauru
<u>Journal of Coloproctology (Rio de Janeiro) - 20 números</u>	Sociedade Brasileira de Coloproctologia	<u>Revista Brasileira de Coloproctologia</u>
<u>Journal of Microwaves, Optoelectronics and Electromagnetic Applications - 14 números</u>	Sociedade Brasileira de Microondas e Optoeletrônica e Sociedade Brasileira de Eletromagnetismo	Journal of Microwaves and Optoelectronics
<u>Journal of Physical Education - 1 número</u>	Universidade Estadual de Maringá	<u>Revista da Educação Física / UEM</u>
<u>Journal of Seed Science - 14 números</u>	ABRATES - Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes	<u>Revista Brasileira de Sementes</u>
<u>Journal of the Brazilian Chemical Society - 174 números</u>	Sociedade Brasileira de Química	-
<u>Journal of Venomous Animals and Toxins including Tropical</u>	Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos - CEVAP,	<u>Journal of Venomous Animals and Toxins</u>

<u>Diseases - 41 números</u>	Universidade Estadual Paulista – UNESP	
<u>Latin American Journal of Solids and Structures - 58 números</u>	Associação Brasileira de Ciências Mecânicas	-
<u>Materials Research - 84 números</u>	ABM, ABC, ABPol	-
<u>MedicalExpress - 17 números</u>	Mavera Edições Técnicas e Científicas Ltda	-
<u>Nauplius - 11 números</u>	Sociedade Brasileira de Carcinologia	-
<u>Neotropical Ichthyology - 53 números</u>	Sociedade Brasileira de Ictiologia	-
<u>Pandaemonium Germanicum - 16 números</u>	Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/	-
<u>Per Musi - 18 números</u>	Escola de Música da UFMG	-
<u>Production - 74 números</u>	Associação Brasileira de Engenharia de Produção	-
<u>Research on Biomedical Engineering - 7 números</u>	Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica	<u>Revista Brasileira de Engenharia Biomédica</u>
<u>Summa Phytopathologica - 43 números</u>	Grupo Paulista de Fitopatologia	-
<u>Trends in Psychiatry and Psychotherapy - 20 números</u>	Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul	<u>Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul</u>
<u>Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology - 11 números</u>	Associação Brasileira de Antropologia (ABA)	-

Fonte: A autora, 2017.

APÊNDICE B – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO INTELECTUAL COMO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO⁴⁰

Área / Avaliação	Avaliação Trienal 2010	Avaliação Trienal 2013	Avaliação Trienal 2016
<u>Administração, Ciências Contábeis e Turismo</u>	35%	35%	35%
<u>Antropologia/Arqueologia</u>	40%	40%	40%
<u>Arquitetura e Urbanismo</u>	40%	40%	n/l
<u>Artes/Música</u>	40%	35%	35%
<u>Astronomia/Física</u>	35%	35%	35%
<u>Biodiversidade</u>	40%	35%	35%
<u>Biotecnologia</u>	40%	40%	40%
<u>Ciência da Computação</u>	40%	40%	40%
<u>Ciência de Alimentos</u>	40%	40%	40%
<u>Ciência Política e Relações Internacionais</u>	40%	40%	40%
<u>Ciências Agrárias I</u>	40%	40%	40%
<u>Ciências Ambientais</u>	n/l	35%	35%
<u>Ciências Biológicas I</u>	35%	35%	35%
<u>Ciências Biológicas II</u>	35%	35%	35%
<u>Ciências Biológicas III</u>	40%	40%	40%
<u>Ciências Sociais Aplicadas I</u>	40%	40%	40%
<u>Direito</u>	40%	40%	40%
<u>Economia</u>	35%	35%	35%
<u>Educação</u>	35%	35%	n/l
<u>Educação Física</u>	40%	40%	40%
<u>Enfermagem</u>	40%	40%	40%
<u>Engenharias I</u>	35%	35%	35%
<u>Engenharias II</u>	40%	40%	40%
<u>Engenharias III</u>	35%	35%	35%
<u>Engenharias IV</u>	35%	35%	35%
<u>Ensino</u>	35%	35%	n/l
<u>Farmácia</u>	40%	40%	40%

⁴⁰ Não foram analisados os Mestrados Profissionais, somente Doutorados e Mestrados Acadêmicos.

<u>Filosofia</u>	35%	35%	35%
<u>Geociências</u>	40%	35%	35%
<u>Geografia</u>	40%	35%	35%
<u>História</u>	35%	35%	40%
<u>Interdisciplinar</u>	35%	35%	35%
<u>Letras/Linguística</u>	40%	35%	35%
<u>Matemática/Probabilidade e Estatística</u>	40%	40%	40%
<u>Materiais</u>	35%	35%	35%
<u>Medicina I</u>	40%	35%	40%
<u>Medicina II</u>	40%	35%	35%
<u>Medicina III</u>	40%	35%	35%
<u>Medicina Veterinária</u>	40%	35%	35%
<u>Nutrição</u>	n/l	35%	35%
<u>Odontologia</u>	40%	40%	40%
<u>Planejamento Urbano e Regional/Demografia</u>	35%	35%	35%
<u>Psicologia</u>	35%	35%	n/l
<u>Química</u>	35%	35%	35%
<u>Saúde Coletiva</u>	40%	35%	35%
<u>Serviço Social</u>	40%	40%	40%
<u>Sociologia</u>	40%	40%	40%
<u>Teologia</u>	35%	35%	35%
<u>Zootecnia/Recursos Pesqueiros</u>	40%	35%	35%

Nota: n/l = não localizado.

Fonte: A autora, 2017.

APÊNDICE C – RESULTADO DA PESQUISA NA BASE SCIELO

BIREME/OPAS/OMS - Biblioteca Virtual em Saúde

Base de dados : **article**

Pesquisa : **produtivismo [Todos os índices] and acadêmico [Todos os índices]**

Total de referências : **22**

1/22

Falaster, Christian, Ferreira, Manuel Portugal and Canela, Renata Motivos de rejeição dos artigos nos periódicos de administração. *Organ. Soc.*, Jun 2016, vol.23, no.77, p.285-306. ISSN 1984-9230

• [resumo em português](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

2/22

Silva, Mauricio Roberto da and Piresa, Giovani de Lorenzi *Motrivivência*, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Dez 2014, vol.36, no.4, p.780-789. ISSN 0101-3289

• [resumo em português](#) | [inglês](#) | [espanhol](#) • [texto em português](#)

3/22

Vizeu, Fábio, Macadar, Marie Anne and Graeml, Alexandre Reis Produtivismo acadêmico baseado em uma perspectiva habermasiana. *Cad. EBAPE.BR*, Dez 2016, vol.14, no.4, p.984-1000. ISSN 1679-3951

• [resumo em português](#) | [espanhol](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

4/22

Patrus, Roberto, Dantas, Douglas Cabral and Shigaki, Helena Belintani O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?. *Cad. EBAPE.BR*, Mar 2015, vol.13, no.1, p.1-18. ISSN 1679-3951

• [resumo em português](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

5/22

Machado, Ana Maria Netto and Bianchetti, Lucídio **(Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador**. *Rev. adm. empres.*, Jun 2011, vol.51, no.3, p.244-254. ISSN 0034-7590

• [resumo em português](#) | [inglês](#) | [espanhol](#) • [texto em português](#)

6/22

Schmidt, Maria Luisa Sandoval. **Avaliação acadêmica, ideologia e poder**. *Psicol. USP*, Jun 2011, vol.22, no.2, p.315-334. ISSN 0103-6564

• [resumo em português](#) | [inglês](#) | [francês](#) | [espanhol](#) • [texto em português](#)

7/22

Domingues, Eliane. **Autoria em tempos de "produtivismo acadêmico"**. *Psicol. estud.*, Jun 2013, vol.18, no.2, p.195-198. ISSN 1413-7372

• [texto em português](#)

8/22

Bernardo, Marcia Hespagnol. **Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes**. *Psicol. Soc.*, 2014, vol.26, no.spe, p.129-139. ISSN 0102-7182

• [resumo em português](#) | [espanhol](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

9/22

Streck, Danilo Romeu. Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade. *Interface (Botucatu)*, Set 2016, vol.20, no.58, p.537-547. ISSN 1414-3283

• [resumo em português](#) | [espanhol](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

10/22

Fico, Carlos. A pós-graduação em história: tendências e perspectivas da área. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Set 2015, vol.22, no.3, p.1019-1031. ISSN 0104-5970

• [resumo em português](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

11/22

Domingues, Ivan. **O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas.** *Estud. av.*, Dez 2014, vol.28, no.82, p.225-250. ISSN 0103-4014

• [resumo em português](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

12/22

Bianchetti, Lucídio and Valle, Ione Ribeiro **Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus.** *Ensaio: aval.pol públ.Educ.*, Mar 2014, vol.22, no.82, p.89-110. ISSN 0104-4036

• [resumo em português](#) | [inglês](#) | [espanhol](#) • [texto em português](#)

13/22

Rego, Teresa Cristina. **Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio.** *Educ. Pesqui.*, Jun 2014, vol.40, no.2, p.325-346. ISSN 1517-9702

• [resumo em português](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

14/22

Vosgerau, Dilmeire Sant'Anna Ramos, Orlando, Evelyn de Almeida and Meyer, Patricia **PRODUTIVISMO ACADÊMICO E SUAS REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS.** *Educ. Soc.*, Jan 2017, vol.38, no.138, p.231-247. ISSN 0101-7330

• [resumo em português](#) | [inglês](#) | [francês](#) • [texto em português](#)

15/22

Barsotti, Paulo Douglas. **Produtivismo acadêmico: essa cegueira terá fim?.** *Educ. Soc.*, Jun 2011, vol.32, no.115, p.587-590. ISSN 0101-7330

• [texto em português](#)

16/22

Bianchetti, Lucídio. **O processo de bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista com Josep M. Blanch.** *Educ. Soc.*, Mar 2010, vol.31, no.110, p.263-285. ISSN 0101-7330

• [resumo em português](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

17/22

Coimbra Jr., Carlos E. A. **Efeitos colaterais do produtivismo acadêmico na pós-graduação.** *Cad. Saúde Pública*, Out 2009, vol.25, no.10, p.2092-2092. ISSN 0102-311X

• [texto em português](#)

18/22

Zuin, Antônio A. S. and Bianchetti, Lucídio **O produtivismo na era do "publique, apareça ou pereça": um equilíbrio difícil e necessário.** *Cad. Pesqui.*, Dez 2015, vol.45, no.158, p.726-

750. ISSN 0100-1574

- [resumo em português](#) | [inglês](#) | [espanhol](#) • [texto em português](#)

19/22

Vilaça, Murilo Mariano and Palma, Alexandre Comentários sobre avaliação, pressão por publicação, produtivismo acadêmico e ética científica. *Cad. Pesqui.*, Dez 2015, vol.45, no.158, p.794-816. ISSN 0100-1574

- [resumo em português](#) | [inglês](#) | [espanhol](#) • [texto em português](#)

20/22

Kuhlmann Jr, Moysés. Apresentação: Produtivismo acadêmico e qualidade da pesquisa. *Cad. Pesqui.*, Dez 2015, vol.45, no.158, p.722-724. ISSN 0100-1574

- [texto em português](#)

21/22

Kuhlmann Jr., Moysés. Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. *Cad. Pesqui.*, Dez 2015, vol.45, no.158, p.838-855. ISSN 0100-1574

- [resumo em português](#) | [inglês](#) | [espanhol](#) • [texto em português](#)

22/22

Dias, Rafael and Serafim, Milena Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira. *Avaliação (Campinas)*, Jul 2015, vol.20, no.2, p.335-351. ISSN 1414-4077

- [resumo em português](#) | [inglês](#) • [texto em português](#)

APÊNDICE D – RESULTADO DA PESQUISA NA BASE BVS

[Home](#) > [Pesquisa](#) > produtivismo AND acadêmico (7)



1.

[Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade / Metodologías participativas de investigación y educación popular: reflexiones sobre criterios de calidad / Participatory research methodologies and popular education: reflections on quality criteria](#)

[Streck, Danilo Romeu.](#)

Interface comun. saúde educ; 20(58): 537-547, jul.-set. 2016.

Artigo em Português | [LILACS-Express](#) | ID: lil-784226



[Mostrar mais](#)



[Texto completo](#)



[Fotocópia](#)



[Documentos relacionados](#)



2.

[Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade / Metodologías participativas de investigación y educación popular: reflexiones sobre criterios de calidad / Participatory research methodologies and popular education: reflections on quality criteria](#)

[Streck, Danilo Romeu.](#)

Interface comun. saúde educ; 20(58): 537-547, Jul.-Set. 2016.

Artigo em Português | [LILACS-Express](#) | ID: lil-784354



[Mostrar mais](#)



[Texto completo](#)



[Fotocópia](#)



[Documentos relacionados](#)



3.

[Motrivivência, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade / Motrivivência, 25: records of a journey, prospects of continuity / Motrivivência, 25: registros de una trayectoria, perspectivas de continuidad](#)

[Silva, Mauricio Roberto da; Piresa, Giovani de Lorenzi.](#)
Rev. bras. ciênc. esporte; 36(4): 780-789, 2014.
 Artigo em Português | [LILACS-Express](#) | ID: lil-731183



[Mostrar mais](#)



[Texto completo](#)



[Fotocópia](#)



[Documentos relacionados](#)



4.

[Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes / Productivismo y precariedad subjetiva en la universidad pública: el desgaste mental de los docentes / Productivity and subjective precariousness in the public university: the professors' wear down](#)

[Bernardo, Marcia Hespagnol.](#)
Psicol. soc. (Online); 26(spe): 129-139, 2014.
 Artigo em Português | LILACS | ID: lil-718309



[Mostrar mais](#)



[Texto completo](#)



[Fotocópia](#)



[Documentos relacionados](#)



5.

[Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento / Professors of Public Higher Level Education: Productivity, Productivism and Sickness](#)

[Ferreira Borsoi, Izabel Cristina; Silva Pereira, Flavilio.](#)
Univ. psychol; 12(4): 1213-1235, oct.-dez. 2013. *ilus, tab*
 Artigo em Português | [LILACS-Express](#) | ID: lil-712607



[Mostrar mais](#)



[Texto completo](#)



[Fotocópia](#)



[Documentos relacionados](#)



6.

[Autoria em tempos de "produtivismo acadêmico"](#)

[Domingues, Eliane.](#)

Psicol. estud.; 18(2): 195-198, abr.-jun. 2013.

Artigo em Português | [LILACS-Express](#) | ID: lil-695212



[Mostrar mais](#)



[Texto completo](#)



[Fotocópia](#)



[Documentos relacionados](#)



7.

[Avaliação acadêmica, ideologia e poder / Evaluation, ideology and power / Évaluation académique, idéologie et pouvoir / Evaluación académica, ideología y poder](#)

[Schmidt, Maria Luisa Sandoval.](#)

Psicol. USP; 22(2): 315-334, abr.-jun. 2011.

Artigo em Português | LILACS | ID: lil-604546



[Mostrar mais](#)



[Texto completo](#)



[Fotocópia](#)



[Documentos relacionados](#)

APÊNDICE E – RESULTADO DA PESQUISA NA BASE BDTD

- Busca: PRODUTIVISMO AND ACADÊMICO

UFPB
TESE

[\(Des\)caminhos da pós-graduação brasileira: o produtivismo acadêmico e seus efeitos nos professores pesquisadores](#)

por [Pimenta, Alessandra Giuliani](#)

Publicado em 2014

Assuntos: '; "...Produtivismo Acadêmico..."

[Obter o texto integral](#)

2

UFPA
DISSERTAÇÃO

[O trabalho docente nas instituições públicas de ensino superior: intensificação do produtivismo acadêmico na UFPA](#)

por [FARIAS, Laurimar de Matos](#)

Publicado em 2010

"... produtivismo acadêmico na UFPA. Nossas aproximações nos levam a compreensão de que esta nova face estatal é uma..."

[Obter o texto integral](#)

3

UFSCAR
DISSERTAÇÃO

[A intensificação das contradições das práticas institucionais induzidas pela atual cultura da universidade pública: o caso da FEMEC-UFU](#)

por [Stopa, Lia Bernardes Basile Silveira](#)

Publicado em 2011

Assuntos: '; "...Produtivismo acadêmico..."

[Obter o texto integral](#)

4

UNIFOR
TESE

[Ser \(in\)feliz na universidade : sofrimento/prazer e produtivismo no contexto da pós-graduação em saúde coletiva/saúde pública](#)

por [Sampaio, Patricia Passos](#)

Publicado em 2016

"... produtivismo acadêmico. É pois objetivo geral desse estudo compreender como os professores da Saúde Coletiva..."

[Obter o texto integral](#) [Obter o texto integral](#)

5

UFAM
DISSERTAÇÃO

[As transformações do trabalho docente na Universidade Federal do Amazonas: da produção ao produtivismo na pós-graduação](#)

por [Paiva, Janaína Zildéia da Silva](#)

Publicado em 2016

“... específicos: identificar a rotina do trabalho acadêmico dos docentes da UFAM que atuam na pós-graduação...”

[Obter o texto integral](#)

6

UFPR
TESE

[Produtividade acadêmica e políticas avaliativas no ensino superior](#)

por [Battini, Okçana](#)

Publicado em 2011

“... esse ranqueamento entr as instituições e professores, oriundos do produtivismo acadêmico, tem gerado...”

[Obter o texto integral](#)

7

UFES
TESE

[AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O TRABALHO DOCENTE NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: SINAIS DA DITADURA OU A DITADURA DO SINA...](#)

por [NASCIMENTO, C. M. V.](#)

Publicado em 2016

“... produtivismo acadêmico e o processo de desvalorização do trabalho do professor da graduação) descreveu como...”

[Obter o texto integral](#)

8

USP
TESE

[Arte, ensino, utopia e revolução: os ateliês artísticos Vkhutemas/Vkhutein \(Rússia/URSS, 1920-1930\)](#)

por [Jair Diniz Miguel](#)

Publicado em 2006

“... linguagens artísticas, do futurismo italiano ao mais vigoroso produtivismo (uma vertente radical de fusão da...”

[Obter o texto integral](#)

9

UNICAMP
DISSERTAÇÃO

[30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte : educação física e a construção de uma hegemonia](#)

por [Luciano Galvão Damasceno](#)

Publicado em 2011

“... produtivismo acadêmico, somada à articulação das instâncias constitutivas da entidade - o elo entre o político...”

[Obter o texto integral](#) [Obter o texto integral](#)

10

UERJ
TESE

[Hóspedes do Profeta sem Morada: estudo sobre modos de subjetivação da migração, a partir das experiências de estudantes de pós-graduação participantes de programas de intercâmbio i...](#)

por [Luana da Silveira](#)

Publicado em 2013

“... efeito lattes, que incita o produtivismo; a tara contemporânea que nos impele a um estado permanente de...”

[Obter o texto integral](#)

11

PUC_RS
DISSERTAÇÃO

[Por uma Universidade-Ponte : processos sociais e práticas discursivas na área de psicologia social em programas de pós-graduação do sul do Brasil](#)

por [D'oca, Karen Nunes Montes](#)

Publicado em 2014

“... produtivismo acadêmico e o conseqüente gerenciamento de currículos; bem como o fenômeno da internacionalização...”

[Obter o texto integral](#)

12

UFPE
TESE

[Reconfiguração da profissionalidade docente na docência universitária no contexto da avaliação da pós-graduação](#)

por [Ferraz, Bruna Tarcília](#)

Publicado em 2012

“... defendida pelo produtivismo acadêmico a docência configura-se tomando a pesquisa como elemento central...”

[Obter o texto integral](#)

13

UFAM
DISSERTAÇÃO

[Assédio moral e sofrimento no trabalho de professores universitários em Manaus](#)

por [Silva, Keila](#)

Publicado em 2016

“... produtivismo acadêmico, o ensino compartimentalizado. Falaram de uma Gestão desprovida de uma política...”

[Obter o texto integral](#)

14

UFSCAR
DISSERTAÇÃO

[A reconfiguração do campo da pós-graduação e da pesquisa na universidade à luz de mudanças jurídicopolíticas decorrentes das políticas de inovação no Brasil: o caso UFU...](#)

por [Sacramento, Leonardo Freitas](#)

Publicado em 2011

“... no produtivismo acadêmico. Argumentou-se que essas reformas coadunaram-se aos fundamentos da Reforma do Estado e...”

[Obter o texto integral](#)

15

UFSCAR
DISSERTAÇÃO

[Uma análise macroeconômica da tendência da pós-graduação: um estudo sobre a UFMG](#)

por [Araujo, Juliana Borges de](#)

Publicado em 2014

“... da pós-graduação, resultando no empresariamento do conhecimento e no chamado produtivismo acadêmico...”

[Obter o texto integral](#)

16

UFSM
DISSERTAÇÃO

[MODELAGEM DE UM SISTEMA DE GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DO CONHECIMENTO EM UNIVERSIDADES: UM DESENHO PARA O GAP DA UFSM CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES](#)

por [Suélen Ghedini Martinelli](#)

Publicado em 2016

“... para instigar uma reflexão a cerca do produtivismo acadêmico e da necessidade de qualificar o...”

[Obter o texto integral](#)

17

UFRN
DISSERTAÇÃO

[Análise da relação entre saúde mental e trabalho de docentes universitários](#)

por [Costa, Danielle Loren](#)

Publicado em 2016

“... subcategorias correspondentes a cada uma, quais foram: Produtivismo acadêmico – “Publicar ou perecer”; Professor...”

[Obter o texto integral](#)

18

USP

TESE

[Entre a escola e a universidade: o produtivismo-aplicacionismo na formação de professores em geografia](#)

por [Eduardo Donizeti Giroto](#)

Publicado em 2014

Assuntos: ‘; “...Produtivismo...”

[Obter o texto integral](#)

19

UFPR

TESE

[Da recreação e lazer para o lazer e sociedade : as maneiras de fazer acadêmico no campo do lazer ligadas a área da Educação Física](#)

por [Tschoke, Aline](#)

Publicado em 2016

[Obter o texto integral](#)

20

UFSC

DISSERTAÇÃO

[A Universidade e o ensino da pesquisa](#)

por [Silva, Evellyn Ledur da](#)

Publicado em 2012

[Obter o texto integral](#)